

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

Guardiões da Floresta, retóricas e formas de controle da
gestão ambiental e territorial

GIMIMA BEATRIZ MELO DA SILVA

Orientadora: Profa. Dra. Delma Pessanha Neves

Linha de Pesquisa: Antropologia na Amazônia: movimentos
sociais, políticas públicas e desenvolvimento sustentável

Niterói-RJ
Janeiro/2013

GIMIMA BEATRIZ MELO DA SILVA

***Guardiões da Floresta, retóricas e formas de controle da
gestão ambiental e territorial***

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia– PPGA, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal Fluminense, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutor em Antropologia.

Orientadora: Profa. Dra. Delma Pessanha Neves

Niterói-RJ
Janeiro/2013

SILVA, Gimima Beatriz Melo da

Guardiões da Floresta, retóricas e formas de controle da gestão ambiental e territorial. / Gimima Beatriz Melo da Silva – Niterói: UFF, 2013.

209 f.; il.

Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Antropologia – PPGA) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal Fluminense, 2013.

Orientadora: Profª Drª Delma Pessanha Neves

1. Antropologia 2. Gestão Territorial e Ambiental 3. Relações de Poder 4. Teatralização

FOLHA DE APROVAÇÃO

Guardiões da Floresta, retóricas e formas de controle da gestão ambiental e territorial.

Gimima Beatriz Melo da Silva

Orientadora: Prof. Dra. Delma Pessanha Neves

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia – PPGA, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal Fluminense, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em Antropologia.

Aprovada em 10 de janeiro de 2013.

Presidente – Profa. Dra. Delma Pessanha Neves
Universidade Federal Fluminense – PPGA/ UFF

Profa. Dra. Elenise Faria Scherer
Universidade Federal do Amazonas – PPGSCA/UFAM

Prof. Dr. Pedro Fonseca Leal
Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA

Prof. Dr. Cesar Augusto F. de Carvalho
Universidade do Estado do Rio de Janeiro – INARRA/UERJ

Prof. Dr. Sidnei Clemente Peres
Universidade Federal Fluminense – PPGA/UFF

Suplentes:

Profa. Dra. Eliane Cantarino O´Dwyer
Universidade Federal Fluminense – PPGA/UFF

Prof. Dr. José Colaço Dias Neto
Universidade Cândido Mendes – UCAM

Niterói / RJ
janeiro – 2013

*Da minha aldeia vejo o quanto da terra se pode ver do universo
Por isso minha aldeia é tão grande quanto outra terra qualquer
Pois sou do tamanho do que vejo
E não do tamanho da minha altura.*

(Fernando Pessoa)

À minha família amazônica: meu pai (*in memoriam*), minha mãe, filhos, marido, irmãos, tios, primos, sobrinhos e parentes em geral, cuja existência compartilhada com todos os habitantes de áreas protegidas me faz pensar constantemente o quanto temos que buscar esclarecimento para tomada de atitudes propositivas frente à correlação de forças que se opera diariamente na definição dos rumos a serem dados a essa - quase inesgotável - fonte de recursos da qual fazemos parte enquanto capital social, a saber, a Amazônia.

AGRADECIMENTOS

O resgate da trajetória que trilhei até aqui me fez refletir a respeito da importância de algumas pessoas e instituições de quem recebi apoio, de todas as formas, e que contribuíram para a realização que hoje se materializa nesse texto de tese. Embora não cite todas nesse momento, vou dar atenção particular a três segmentos que combinados, refletem o cenário no qual se dá minha existência hoje, a saber, plano familiar, acadêmico e institucional.

Assim, inicio meus agradecimentos por ele, Sr. Tomaz Vagno da Silva (*in memoriam*), que plantou a idéia de um processo que hoje protagonizo sua conclusão. Foi ele que sempre depositou nos filhos a esperança de realizar um sonho que não pôde concretizar, a saber, obter formação superior em um curso em que pudesse ser chamado de Doutor. Embora não tivesse assumido esse projeto de meu pai, os caminhos que percorri, curiosamente, me trouxeram a esse momento, que culmina com a conferência desse grau tão almejado por ele. A meu pai, obrigada pela inspiração.

Agradeço também a uma mulher de valor, sabedoria e amor sem medida em relação aos seus. Dona Beatriz Melo da Silva, que nunca aspirou a conquista de títulos, mas sempre apoiou todas as iniciativas que seus filhos tomaram em função da busca por crescimento, fosse ele acadêmico, profissional ou espiritual. À minha mãe, obrigada pelo incentivo em todas as minhas empreitadas.

Quero agradecer a um companheiro que sempre esteve acompanhando minha trajetória acadêmica, desde a graduação, o mestrado e o doutorado, bem como meu processo de preparação para o ingresso na carreira de docente junto à Universidade do Estado do Amazonas-UEA, onde atuo nessa carreira desde 2008. Em todos os momentos, fossem alegres ou difíceis, em minha vida acadêmica e profissional não me faltaram por parte dele manifestações de apoio e companheirismo, mesmo que isso significasse assumir o papel de pai e mãe de nossos filhos por um semestre inteiro, quando tive que me ausentar de Manaus para cursar o primeiro semestre das disciplinas do doutorado em Niterói. Assim, ao meu marido, Sgt. Gilson Nascimento de Paula, obrigada pelo companheirismo e parceria.

Em Niterói minha base ficou sendo o lado fluminense de minha família, base esta que se materializou no apoio recebido ao longo desses anos de doutorado por parte de Alcir e Cristina. A esse casal agradeço de coração pelo apoio que deram à minha empreitada entre idas e vindas pela ponte-aérea Manaus-Niterói, pois o convívio com os membros desse núcleo familiar deu-me a sensação de não estar tão distante assim de casa.

No que diz respeito ao plano acadêmico, não poderia deixar de citar em conjunto os professores do curso de Ciências Sociais da UFAM e do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia PPGA/UFAM onde iniciei minha vida acadêmica de pesquisadora na e da região amazônica, e onde percebi a relevância que a região em que nasci e em que vivo sustenta no âmbito das agendas políticas em nível nacional e internacional. A todos aqueles com quem debati as temáticas que envolvem essa região, e que dedicam-se diariamente ao seu estudo, obrigada pela formação.

Manifesto ainda meus agradecimentos aos professores da linha de pesquisa “Antropologia na Amazônia: Movimentos Sociais, Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável”, do Programa de Pós-Graduação em Antropologia – UFF, com os quais compartilhei minhas intenções de pesquisa e aprimorei, em alguma medida, meus conhecimentos sobre as categorias de análise inerentes ao campo de investigação antropológica. Assim, agradeço aos discentes e docentes dessa linha de pesquisa pela acolhida e enriquecimento intelectual ao longo do curso.

Quero agradecer, em particular, àquela que não esmoreceu nesse processo de incentivo, direcionamento e correção na construção de meus argumentos acerca das estratégias adotadas pela gestão territorial e ambiental na região do Baixo Rio Negro, e que por ter uma larga experiência de pesquisa deu-me o tempo necessário para direcionar meu foco num objeto que foi sendo construído ao longo da realização da própria pesquisa. À Profa. Dra. Delma Pessanha Neves, obrigada pela dedicação e paciência dispensadas a meu ritmo particular de produção e por compartilhar comigo, de forma generosa, sua percepção acerca dos processos que envolvem a relação estado, cultura e sociedade na Amazônia.

No plano das instituições envolvidas na realização dessa tese inicio agradecendo àquelas que permitiram o acesso às comunidades que compõem a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Negro – RDS do Rio Negro, recorte da pesquisa realizada. Assim, agradeço à Secretaria de Desenvolvimento Sustentável (SDS) que, por intermédio do Centro Estadual de Unidades de Conservação (CEUC), tornou possível o registro etnográfico do universo que permeia as representações desses habitantes acerca das transformações experimentadas por eles em seu cotidiano a partir das estratégias de gestão citadas anteriormente. Agradeço pela autorização e apoio dispensados em uma das minhas idas a campo.

À Universidade do Estado do Amazonas (UEA), que propiciou a minha participação na seleção do Doutorado e concedeu a liberação para realização do curso. Obrigada pelo investimento que contribuiu para meu aprimoramento profissional.

Agradeço ainda à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM) pela bolsa concedida por intermédio do Programa RH-Doutorado. Entendo que esse nível de investimento se faz extremamente relevante por conta da particularidade que representa realizar pesquisa na região amazônica, pois dependendo do recorte feito pelo pesquisador, o deslocamento para o acesso às áreas pesquisadas pode se dar por vias não convencionais, envolvendo serviços, os mais diversos, que compreendem inclusive a contratação de serviço de barqueiro e aquisição de combustível para embarcação com o intuito do deslocamento em campo. Assim, agradeço à FAPEAM por entender que a pesquisa científica no Amazonas apresenta particularidades logísticas de toda ordem e que por isso necessita de programas constantes de incentivo.

Contudo, embora essa região se destaque nacional e internacionalmente por sua diversidade biológica é ao componente social que quero dar destaque e ao qual manifesto aqui meus agradecimentos. Aos habitantes do polo 1 da RDS do Rio Negro, os denominados *Guardiões da Floresta*, agradeço pela recepção nas idas a campo e por ter compartilhado suas visões acerca do que representa viver numa RDS. Obrigada pela confiança na pessoa da pesquisadora, pela acolhida hospitaleira em suas

residências, e, sobretudo, pelo enriquecimento que me proporcionaram ao compartilhar sua visão de mundo acerca dessa quase inesgotável fonte de recursos, a Amazônia.

Por fim, e acima de tudo, agradeço à grande força criadora, aquela que creio traçar jornadas a serem trilhadas pelos seres vivos, que no seu percurso amadurecem suas idéias acerca de sua existência e da missão que devem cumprir antes que seu tempo nesse plano se acabe. Obrigado a Deus por ser a força que atua em minha vida e que através da fé transforma dúvidas em certezas, medo em coragem, desânimo em vontade e descrença em realização.

RESUMO

Neste texto de tese, realizo uma discussão acerca da dinâmica e do simbolismo inerente às relações de poder constituídas entre o Estado e os habitantes da RDS do Rio Negro, no âmbito dos processos que envolvem a gestão territorial e ambiental na região do Baixo Rio Negro, no estado do Amazonas. Nesse processo, considero que as estratégias adotadas pela esfera federal e estadual do governo apresentam-se embasadas em orientações distintas, ora priorizando a preservação dos recursos sem permitir a participação dos seres humanos nas áreas destinadas a essa preservação, ora priorizando a conservação, considerando que tal processo se opera a partir da adoção de uma nova postura a ser adotada pelos seres humanos em relação à exploração dos recursos naturais. Essas orientações de gestão, mesmo que distintas, findam por almejar como meta a *manutenção da floresta em pé*, como *slogan* de um ideal de desenvolvimento que se apropria do componente ambiental mantendo em suas bases o ideal do crescimento econômico como ideia fundante, o que analiso tendo como referência a ideia de teatralização, formulada por Clifford Geertz. Alia-se à análise desses processos, como elemento que corrobora para a sustentação da tese da convergência entre as estratégias distintas adotadas para a gestão territorial e ambiental da região em análise, as representações de sujeitos que habitam a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Negro, que faz parte de um complexo de áreas protegidas denominado Mosaico do Baixo Rio Negro. Os sujeitos envolvidos nessa dinâmica do ordenamento territorial experimentam em seu cotidiano os reflexos dessas estratégias distintas ao passarem de exploradores ilegais de recursos naturais à situação de corresponsáveis pela gestão ambiental quando por intermédio de sua inserção num programa de Pagamento por Serviços Ambientais, assumem a denominação de *Guardiões da Floresta*.

Palavras-Chave: Amazônia; Poder; Gestão Territorial; *Guardiões da Floresta*.

ABSTRACT

In this thesis, I will discuss the dynamics, symbolism and the inherent power relations established in the proceedings involving the territorial and environmental management in the Lower Rio Negro, in Amazonas State. In the process, I believe that the strategies adopted by the federal and state government presents guidelines grounded in different attitudes. Sometimes prioritizing the preservation of resources without allowing the participation of human beings in such areas for preservation and sometimes prioritizing conservation, whereas such a process operates with the adoption of a new attitude to be adopted by humans in relation to natural resources. These management guidelines, even though distinct, cease to aim for the goal of maintaining the forest standing as a slogan for ideal development that appropriates the environmental component in maintaining their ideal foundations of economic growth as a foundational idea, which analyze with reference to the idea of theatricality, formulated by Clifford Geertz. In addition to the analysis of these processes as an element which confirms the support of the thesis of convergence between the different strategies adopted for land management and environmental analysis in the region, the representations of individuals that inhabit the Sustainable Development Reserve of Rio Negro, Region that is part of a complex mosaic of protected areas known as the Lower Rio Negro. The subjects involved in this dynamic spatial experience in their daily reflections of these distinct strategies to move from illegal exploiters of natural resources to the situation of co-responsibility for environmental management as through its inclusion in a program of Payment for Environmental Services, take the name of the *Forest Guardians*.

Keywords: Amazon, Power, Land Management, the *Forest Guardians*.

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS	14
LISTA DE FIGURAS.....	15
INTRODUÇÃO.....	17
O Objeto de estudo e o campo da pesquisa.....	17
As condições sociais da pesquisa.....	23
Caracterização das comunidades pesquisadas	31
A Comunidade Nova Esperança.....	31
A Comunidade Tiririca.....	34
A Comunidade Marajá.....	36
A Comunidade Santo Antonio.....	38
A estrutura do texto.....	39
1. A GESTÃO TERRITORIAL NO AMAZONAS E AS INTERFACES ENTRE CENTRALIZAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO ESTATAIS	45
1.1. Alternativas analíticas na abordagem da questão territorial.....	45
1.2. A questão territorial na Amazônia: pertinência e prestígio.....	54
1.2.1. Gestão territorial: intervenção estatal e pertencimento comunitário.....	58
1.2.2. O ZEE como base de informação sobre o espaço amazônico	63
2. DINÂMICA E SIMBOLISMO DO PODER NA GESTÃO AMBIENTAL NO BAIXO RIO NEGRO-AM.....	68
2.1 Formas de recrutamento e produção de adesões.....	75
2.1.1 O Pagamento pelos Serviços Ambientais em RDS no Amazonas.....	75
2.1.2 As experiências Zona Franca Verde e Bolsa Floresta.....	84

3. O MOSAICO DE ÁREAS PROTEGIDAS NO BAIXO RIO NEGRO: Capitalismo domesticado e projeto civilizatório.....	94
3.1 O caso Novo Airão.....	96
3.2 A dinâmica da regulação fundiária em Novo Airão.....	98
3.3. Potencial ecoturístico de Novo Airão.....	102
3.4. O mosaico do ordenamento territorial no Baixo Rio Negro.....	108
4. RDS E CELEBRAÇÃO DOS <i>GUARDIOES DA FLORESTA</i>.....	118
4.1. Contexto de criação do Parque Nacional do Jaú.....	118
4.2. RESEX Catuá-Ipixuna: gestão de recursos demanda pela comunidade.....	128
4.3. RDS do Rio Negro e RDS do Juma: gestão ambiental em co-responsabilidade compulsória	134
5. <i>GUARDIÕES DA FLORESTA?</i>: Representações sobre o que é viver numa RDS no Rio Negro.....	143
5.1. RDS e o regime de proibição.....	144
5.2. RDS e trabalho legalizado.....	150
5.3. RDS e gestão dos <i>Guardiões da Floresta</i>	159
6. SOBRE O REFLEXO DAS ESTRATÉGIAS DE GESTÃO AMBIENTAL E TERRITORIAL NO BAIXO RIO NEGRO-AM.....	165
6.1. Do (re)ordenamento das atividades socioeconômicas	165
6.2. Dos efeitos do regime de tutela na (des)ocupação de áreas protegidas.....	169
6.3. Da organização comunitária sob tutela.....	173
6.4. Dos chamados e dos escolhidos à integração seletiva: o Centro de Conservação e Sustentabilidade do Baixo Rio Negro:.....	175
7. PARA CONCLUIR	187
8. REFERENCIAS.....	200

LISTA DE SIGLAS

APL – Arranjos Produtivos Locais
BFF – Bolsa Floresta Familiar
BFR – Bolsa Floresta Renda
BFS – Bolsa Floresta Social
BFA – Bolsa Floresta Associação
CAT – Centro de Atenção ao Turista
CEUC – Centro Estadual de Unidades de Conservação
CPRM – Centro de Pesquisas em Recursos Minerais
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias
FAS – Fundação Amazonas Sustentável
FVA – Fundação Vitória Amazônica
IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio – Instituto Chico Mendes de Biodiversidade
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPA – Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IPAAM – Instituto Proteção Ambiental do Estado do Amazonas
IPÊ – Instituto de Pesquisas Ecológicas
ITEAM – Instituto de Terras do Estado do Amazonas
MMA – Ministério do Meio Ambiente
PARNA Anavilhanas – Parque Nacional de Anavilhanas
PARNA Jaú – Parque Nacional do JAÚ
PBF – Programa Bolsa Floresta
PIM – Polo Industrial de Manaus
RDS – Reserva de Desenvolvimento Sustentável
RESEX – Reserva Extrativista
SAE - Secretaria de Assuntos Estratégicos
SDS – Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas
SEDUC – Secretaria Estadual de Educação e Qualidade do Ensino
SEPLAN – Secretaria Estadual de Planejamento
SEPROR – Secretaria Estadual de Produção Rural
SEUC – Sistema Estadual de Unidades de Conservação
TI – Terra Indígena
UC – Unidade de Conservação
UFAM – Universidade Federal do Amazonas
WWF – World Wildlife Foundation
ZEE - Zoneamento Ecológico-Econômico
ZFV – Zona Franca Verde

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Recorte da área de estudo da RDS do Rio Negro.....	p.24
Figura 02: Base flutuante do CEUC em Novo Airão, maio/2011.....	p.28
Figura 03: Gimima Silva e Sr. “Mineiro”, vice – presidente da comunidade Nova Esperança, novembro/2011.....	p.32
Figura 04: Construção do laboratório da FVS na comunidade Nova Esperança, novembro/2011.....	p.33
Figura 05: Vista da comunidade Tiririca, maio/2011.....	p.35
Figura 06: Praia no PARNA Anavilhanas, novembro/2011.....	p.36
Figura 07: Moradias em ilhas que compõe a comunidade Marajá, maio/2011.....	p.36
Figura 08: Vista de residência na comunidade Santo Antônio, maio/2011...	p.39
Figura 09: Mapa Síntese do ZEE do Estado do Amazonas em março/2010..	p.65
Figura 10: Quadro: Balanço do programa Bolsa Floresta, outubro/2012.	p.86
Figura 11: Vista do porto de Novo Airão.....	p.94
Figura 12: Entrada da Cidade de Novo Airão julho/2010.....	p.95
Figura 13: Venda de Biojoias na comunidade Tiririca, maio/2011.....	p.97
Figura 14: Queimada ativa na estrada de Novo Airão, julho/2010.....	p.99
Figura 15: Visualização da localização do município de Novo Airão- AM.	p.102
Figura 16: Turista com Boto Vermelho em Novo Airão, julho/2010.....	p.106
Figura 17: Oferta de passeios fluviais em Novo Airão, novembro/2011.....	p.106
Figura 18: Mosaico das unidades de conservação do Baixo Rio Negro.....	p.109
Figura 19: Quadro de unidades de conservação que compõe o mosaico do Baixo Rio Negro.	p.112
Figura 20: Centro de Atenção ao Turista- CAT de Novo Airão com equipe de atendimento itinerante do IPAAM – julho/2010.....	p.115
Figura 21: Corredor Ecológico Central da Amazônia.....	p.122
Figura 22: Localização da RESEX Catuá-Ipixuna – 2009.....	p.128
Figura 23: Moradia na RESEX Catuá-Ipixuna – 2009.....	p.131
Figura 24: Oficina de planejamento participativo na RESEX Catuá-Ipixuna março/2009.....	p.133
Figura 25: Comunidades Tiririca e Marajá, maio/2011.....	p.135
Figura 26: Vista aérea da RDS do Juma-2009.....	p.137
Figura 27: Produção de espeto na comunidade Santo Antônio, maio/2011.	p.157
Figura 28: Gimima Silva e Mariete vice-presidente da comunidade Santo Antônio, novembro/2011.....	p.159
Figura 29: Capoeira em descanso, comunidade Marajá, maio/2011.....	p.1706
Figura 30: Antena adquirida para uso da escola na comunidade Nova Esperança, novembro/2011.....	p.177
Figura 31: Vista aérea do Núcleo de Conservação e Sustentabilidade, março/2010.....	p.179

Figura 32: Escola de ensino fundamental na comunidade Santo Antonio, RDS do Rio Negro..... p.180

Figura 33: Localização dos Núcleos de Conservação e Sustentabilidade implantados nas RDS's do Amazonas até abril/2012..... p.184

INTRODUÇÃO

O objeto de estudo e o campo da pesquisa

No presente texto dedico-me à análise de processos sociais que contribuem para convergência e divergência entre gestão territorial e ambiental no estado do Amazonas, no período compreendido entre 2003 e 2010. Tomo como referencia para esta analise as comunidades que compõem o polo 1 dentre os três polos que abrigam as dezenove comunidades existentes no interior da RDS do Rio Negro.

Centrei a pesquisa em quatro comunidades denominadas de Tiririca, Santo Antonio, Marajá e Nova Esperança ou Igarapé-Açú para a análise dessa Reserva de Desenvolvimento Sustentável, localizada na região do Baixo Rio Negro¹, e criada em 2008, sendo o seu polo 1 localizado totalmente no município de Novo Airão, distante cerca de 115km , em linha reta, da capital do estado do Amazonas, Manaus .

Referenciei-me neste estudo em fontes constituídas no decorrer do trabalho de campo: as entrevistas com os vários agentes envolvidos com as ações de gestão ambiental e territorial no Amazonas, a saber: Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas - IPAAM –, Centro Estadual de Unidades de Conservação, CEUC – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Sustentável SDS e Fundação Amazonas Sustentável – FAS. Além dos contatos e

¹ A região do Baixo Rio Negro está inserida no âmbito de um complexo de áreas de proteção denominado Mosaico do Baixo Rio Negro, que será abordado ao longo desse texto com maiores detalhes e, por sua vez, está inserido na área de abrangência do Projeto Corredores Ecológicos, desenvolvido pelo PPG7, desde o início dos anos 2000. (Disponível em <http://www.isa.org.br>)

convivências com moradores de comunidades situadas na RDS do Rio Negro, de textos de estudiosos dessa temática; bem como do aparato de leis, projetos políticos e relatórios técnicos de instituições governamentais e não-governamentais que definem o ordenamento territorial naquela região. Enfim, ações referenciadas por políticas públicas dirigidas a cenários sociais de grande complexidade e diversidade sociocultural, na região amazônica.

Para este fim, foram analisadas algumas ações efetivadas, em nível estadual e federal. De um lado, as políticas do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), que desde 2002 tem sido considerado instrumento primordial para o ordenamento territorial no Amazonas². De outro, aquelas desenvolvidas pelo Plano Amazônia Sustentável (PAS) que desde 2003 tem embasado as ações públicas do Governo Federal para a Amazônia. Essas intenções políticas, se inter cruzam nas ações dos gestores governamentais federais e estaduais que buscam ajustar os planos, projetos e ações articulando-se com os poderes municipais e a iniciativa privada na condução dos objetivos do desenvolvimento regional pautados no paradigma da *sustentabilidade*³.

² SILVA, G.B.M. Estratégias de ordenamento territorial no Amazonas: impactos na qualidade de vida das populações tradicionais. Manaus, UFAM, 2003 (Dissertação de Mestrado)

³ O conceito de sustentabilidade e de desenvolvimento sustentável suscitam variadas interpretações e, ao longo dessa tese sempre serão referenciados em itálico para simbolizar que não há unanimidade frente a esse entendimento. Entendo que as abordagens desenvolvidas até esse momento apresentam uma vasta gama de argumentação que, em resumo, centralizam o peso desse novo paradigma de desenvolvimento em três elementos. No biológico, quando referenciado pelas ciências da natureza. No econômico, quando referenciado pelas ciências econômicas e no social, quando referenciado pelas ciências humanas. Neste sentido, limitar-me-ei a adotar ao longo do texto a interpretação pela qual este novo modelo de desenvolvimento constitui *“Um novo paradigma que situe o ser humano como centro do processo de desenvolvimento e que deverá, necessariamente, considerar o crescimento econômico como um meio e não um fim, terá que proteger as oportunidades de vida das gerações atuais e futuras, e terá, finalmente, que respeitar a integridade dos sistemas naturais que possibilitam a existência de vida na Terra”* Guimarães, P. Roberto. *Desenvolvimento Sustentável: da retórica à formulação de políticas*

Parti da análise das experiências sociais e busquei averiguar a correlação existente entre aspirações sociais das chamadas populações tradicionais que habitam nas comunidades alvo de ações de zoneamento e das metas pré-estabelecidas pelo quadro de políticas de gestão territorial. Considerei importante compreender o sentido da ação pública materializadas nos planos e projetos federais coadunadas com à gestão territorial e ambiental praticada estaduais nesse período investigado.

Baseio-me, nesta análise, no referencial teórico das Ciências Sociais, que pressupõe a análise e a compreensão do território enquanto objeto que perpassa por diversas leituras, sobretudo as que o definem como prática política, como assinalam Allain Faure e Emmanuel Négrier (2007). Nesses termos, a unidade social de análise das interpretações apresentadas neste texto constitui-se do processo de criação da RDS do Rio Negro, no município de Novo Airão, no estado do Amazonas, enquanto ação relacionada à estratégia de gestão territorial e ambiental caracterizada pela dinâmica e pela teatralização do poder político, como destaca Georges Balandier, 1997)⁴, no período entre 2003 e 2010.

Considero que naquela região, há diversos processos de territorialização em curso. Assim, referenciei-me por contribuições teóricas de alguns estudiosos das ciências sociais brasileiras que refletem sobre a temática. Entre

públicas. In: Becker, Bertha e Miranda, Mariana (Orgs.) **A Geografia Política do Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997, p.18.

⁴ A teatralização do poder político insere-se no âmbito da teatrocracia, que corresponderia a uma encenação na qual o poder se mostra com outra aparência, distinta da sua essência, fazendo com que o poder político esteja a efetivar-se por intermédio do acesso a novas fontes relativas à tecnologia, ao simbolismo e ao imaginário político, adequando-se ao contexto social ao qual pretenda se aplicar. (BALANDIER, 1997).

eles, destaco Alfredo Wagner de Almeida (2005) e Paul Eliot Little (2005). Evidencio, ainda, a importante contribuição da perspectiva dinamista de BALANDIER (1976 e 1997)⁵, para quem a existência de instituições políticas é condição da vida social. E, também, os estudos de Luis Fernando Santos (2002) e Henyo Barreto (1997) que desenvolveram pesquisas em nível de mestrado e doutorado, respectivamente, sobre o cenário construído naquela região acerca do exercício do poder na relação Estado e populações tradicionais, tendo como elemento estratégico a criação de áreas de proteção ambiental para a gestão territorial e ambiental.

Registro que o trabalho etnográfico pauta-se em análises a partir de situações sociais. Com esse olhar e perspectiva procurei identificar as relações nas quais residem as relações de poder no âmbito das ações voltadas ao ordenamento territorial, e que convertem-se, em última análise, num reordenamento da vida social. Assim, sob a perspectiva dinamista ou processual, enfoquei os agentes sociais promotores das ações políticas desenvolvidas nos programas de ordenamento territorial no Amazonas, bem como o alvo dessas ações: os moradores das comunidades pelas diferentes esferas governamentais.

Considerando que a territorialidade constitui-se em força latente em qualquer grupo, e que o território é produto histórico de processos sociais e políticos, privilegiarei, nesta análise, agentes em situação social, enfatizando a compreensão de contextos em que tais situações ocorrem, ou seja, as

⁵ A perspectiva dinamista em Georges Balandier (1997) corresponde à ideia de que as dinâmicas sociais são processos contínuos e ininterruptos, permitindo concluir que o termo "dinâmica" é apresentado como de alcance crítico, contrariando as análises estáticas. Assim, faz-se necessário entendermos a sociedade como um processo histórico de produção contínua

comunidades estudadas serão analisadas a partir da configuração atual de suas relações com as esferas de poder político que operam a gestão do território em que habitam. Assim dito, considero ainda, como aspecto fundamental no estudo da territorialidade humana, a multiplicidade de expressões com que ela se configura, levando à existência de uma diversidade de tipos de territórios, portanto, cada um com suas particularidades socioculturais.

Paul Little (2001), ao utilizar o conceito de cosmografia para refletir sobre o conjunto de elementos inerentes às concepções de territórios, destaca os saberes ambientais, as concepções ideológicas e identitárias, coletivamente construídas e historicamente situadas, que um grupo social utiliza para estabelecer e manter suas diversas ações de pertencimento.

Nessa perspectiva pode se identificar com maior clareza, as estratégias que os diversos grupos humanos utilizam para estabelecer e manter seu território. Entre essas, destaque-se o regime de propriedade, os vínculos afetivos que os agentes mantem com seu território específico, a história da sua ocupação construída por memória coletiva, o uso social dos territórios e às suas formas de defesa.

Os estudos sobre território necessitam ainda, segundo Francisco Ríos (2006), do conhecimento das imbricações existentes entre o local e o global, mesmo que, os que já tenham sido realizados até à atualidade, apresentem um maior enfoque nas transformações ocorridas num plano global e menor enfoque nas que ocorrem num plano local. Todavia, aspecto inerente, segundo o autor, pelo fato de que as mudanças sociais causadas pela globalização se

refletem nas condições em que os grupos humanos se percebem vinculados a totalidades mais amplas; e ainda porque tais imbricações também referenciam o fazer antropológico, que investiga os modos de construção de territórios. Assim, compreender o território significaria para RÍOS (2006), contar com a possibilidade de situar-se na ação e no processo de construção de tais unidades de vinculação e de percepção identitária. Trata-se, nas palavras do autor, de um compromisso com a ação que se reclama hoje ao conhecimento antropológico construído para investigar os sentidos de configuração do território.

Com base ainda nas perspectivas teóricas apontadas por Clifford Geertz (1980), referencio-me à ideia que o poder político não pode se constituir sem o poder simbólico, base fundamental para construção ou projeção dos grupos em universos sociais, inclusive da concepção das metas que definem meios e fins para se atingir o projetado sucesso. Desse modo, poder e simbolismo estão intimamente relacionados, tal como adverte BOURDIEU (1989), ressaltando inclusive o caráter mascarado que o poder político assume. Por isso, faz-se necessário compreender as imbricações com que tais relações de poder se constituem, objetivo que pretendo alcançar a partir da pesquisa ora apresentada e realizada nas comunidades da RDS do Rio Negro que tem sido alvo de programas de *desenvolvimento sustentável* que se coadunam: a política de gestão territorial e a política ambiental implantada pelas esferas de poder estadual e federal no Amazonas, no período aqui analisado.

As condições sociais da pesquisa

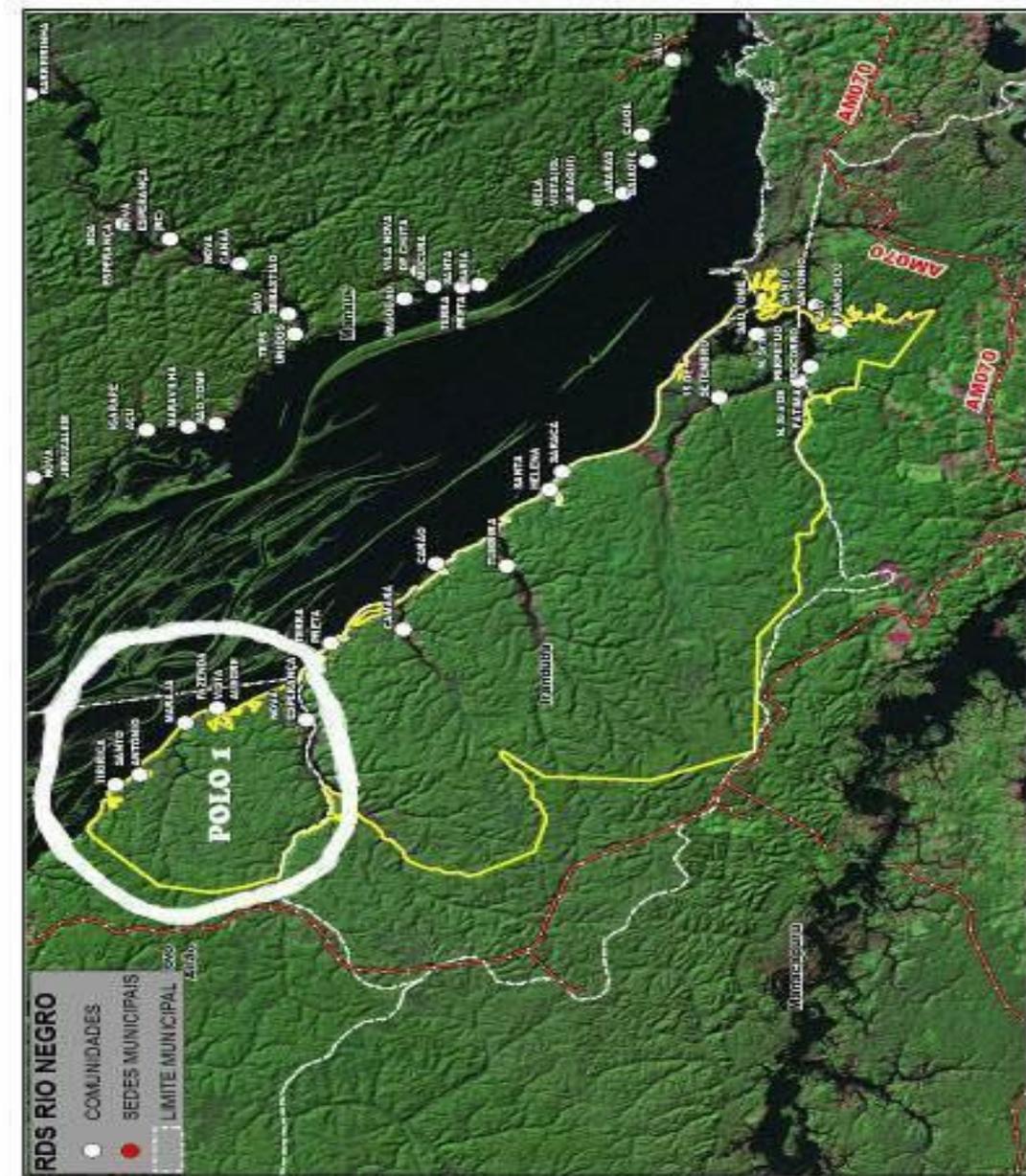
A pesquisa de campo se configurou em estratégia extremamente relevante para a construção do presente texto, voltado ao estudo de cenários da convergência entre gestão ambiental e territorial na microrregião do Baixo Rio Negro. Essa região constitui-se em *lócus* de diversos investimentos acadêmicos de pesquisa que enfocaram o processo de criação do Parque Nacional de Anavilhanas e Parque Nacional do Jaú e as ações de intervenção que promoveram mudanças significativas no cotidiano dos habitantes daquela região. Entre eles, cito, os realizados por BARRETO (1997) e SANTOS (2002), cujas ideias serviram-me de parâmetro para as reflexões propostas acerca do processo de “ambientalização” nessa região.

Nos termos referenciados por José Sérgio Leite (2006), a “ambientalização” refere-se ao processo pelo qual a questão ambiental vai se interiorizando de diferentes modos nas pessoas, grupos sociais e instituições, promovendo arranjos institucionais que contemplem a questão ambiental enquanto uma questão pública a ser associada à questão social, política e econômica.

No âmbito do processo de ambientalização realizamos as entrevistas com moradores de quatro comunidades que compõem o Polo 1: Tiririca, Santo Antonio, Marajá e Nova Esperança, entre as dezenoves existentes na RDS, distribuídas em três polos ao longo de três municípios, a saber, Iranduba, Manacapuru e Novo Airão. As comunidades elencadas para a pesquisa e acima citadas, estão localizadas em sua totalidade dentro dos limites do

município de Novo Airão, conforme recorte de imagem a seguir fornecida pela Fundação Amazonas Sustentável - FAS.

Figura 01



Recorte da área de estudo: (latitude 2° 15 min a 3° S / longitude 61° 30 min a 60° W) RDS do Rio Negro, 2010
Fonte: FAS

A região do chamado Baixo Rio Negro é composta em sua quase totalidade por Unidades de Conservação, seja de proteção integral ou parcial, e pela presença de instâncias disciplinadoras desse uso, tanto no nível federal,

como o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis (IBAMA) e Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio). E em nível estadual, do Centro Estadual de Unidades de Conservação (CEUC), autarquia ligada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Sustentável (SDS) e ao Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM). Essas agências refletem um cenário de gestão cujas estratégias adotadas divergem em forma, mas convergem nos objetivos a serem alcançados, a saber, a *valorização da floresta em pé*.

Em julho de 2010, durante viagem ao município de Novo Airão, tive um primeiro contato com a realidade local. As primeiras impressões, de início, pude apreender que se tratava de um contexto socioeconômico complexo, pois a economia do Baixo Rio Negro é quase totalmente dependente de produtos extrativistas como peixes ornamentais, fibras vegetais e o cultivo da agricultura familiar.

Contudo, em Novo Airão, pela sua beleza cênica, se confirma uma acentuada tendência à exploração dos atrativos turísticos, como o Parque Nacional de Anavilhanas, com suas praias que surgem no período da vazante do rio Negro. Essa beleza cênica, constitui-se num ambiente voltado para a exploração do turismo ambiental, com a presença de hotéis de selva, cujo acesso é restrito. Em geral, eles ficam fora dos limites urbanos da sede municipal, escondidos na floresta e não permitem a visualização de quem passa, seja pela estrada, seja pelo rio Negro. Sabe-se de suas existências pelas informações dos barqueiros e de seus improvisados portos e pequenos barcos ali ancorados.

Os hotéis de selva, como são conhecidos na região amazônica, apresentam-se em geral com essas características bem peculiares, onde os hóspedes, em sua grande maioria, oriundos de outros países, buscam a privacidade de uma rede hoteleira que lhes permita um contato mais próximo do ambiente natural. Geralmente, esses turistas optam pelos passeios programados pelos guias, contratados por esses estabelecimentos para conduzir seus hóspedes na contemplação de espécies da fauna e flora amazônica que se encontram nas comunidades do entorno das instalações desses empreendimentos hoteleiros. Tal situação confirmou informações que dão conta de uma intensa atividade turística presente nessa região, considerada de grande valor estratégico para a implantação de intervenções voltadas à política ambiental pretendida pelo estado nacional para a Amazônia.

A presença das agências institucionais voltadas à gestão e fiscalização ambiental como o CEUC e o ICMBio, deve-se, portanto, as várias Unidades de Conservação existentes no município. Tal fato conduz a pesquisa acadêmica a inserir-se no processo burocrático que disciplina o acesso às áreas protegidas. Assim, para entrar na RDS do Rio Negro e realizar a pesquisa junto às comunidades do Polo 1, necessitei buscar autorização junto ao Centro Estadual de Unidades de Conservação (CEUC), em Manaus, pois uma Unidade de Conservação pressupõe, entre outros aspectos, um ambiente que está sob o controle e fiscalização permanente de instituições que irão permitir ou vetar as ações impetradas naquela realidade, dependendo de sua natureza.

Assim, após autorização expedida pelo período de seis meses pelo CEUC, fui orientada a realizar a pesquisa seguindo todo um padrão que é

estabelecido para ter acesso as UCs, tais como: somente realizar a entrada na Unidade após expedição de autorização pelo órgão responsável, bem como contratar serviços de habitantes locais como os de guia, barqueiro e mateiro. Sob essas condições, após a primeira ida ao município de Novo Airão ocorrida em julho de 2010, realizei duas outras viagens de campo, em maio e em novembro de 2011, oportunidade em que realizei as entrevistas com moradores que representavam vinte e duas famílias beneficiárias do Programa Bolsa Floresta (PBF)⁶, criado em 2007 e considerado pelos seus gestores como uma política estadual de pagamento por serviços ambientais e coordenado política e administrativamente pela Fundação Amazônia Sustentável (FAS)⁷ e direcionada aos chamados povos tradicionais que habitam comunidades já citadas acima localizadas no interior da Reserva.

Nessa primeira viagem ao campo, solicitei hospedagem na base de apoio que o CEUC mantém em Novo Airão, um alojamento que fica num flutuante ancorado em frente ao prédio da sede do ICMBio, naquele município, estrategicamente localizado para o desempenho de sua função de fiscalização. Contudo, tal experiência levou-me à impressão de uma condição de vigilância onde o pesquisador pode ainda sofrer certo controle pela instituição gestora das Unidades de Conservação. O primeiro contato com os moradores das comunidades, ocorreu mediante minha apresentação feita por intermédio da

⁶ . O Programa Bolsa Floresta, criado em 2007, é financiado e executado pela Fundação Amazonas Sustentável-FAS, para reduzir a pobreza e estimular formas de reduzir as emissões de GEF por desmatamento. É composto de quatro componentes: Bolsa Floresta Familiar, Bolsa Flores Renda, Bolsa Floresta Social e Bolsa Floresta Associação, Conta com Recursos oriundo de parceria público-privada para investimento nessas metas propostas.

⁷ . A criação da Fundação Amazonas Sustentável (FAS), em 2008, insere-se no âmbito da Política Estadual sobre Mudanças Climáticas, Conservação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável”, instituída pela Lei Estadual nº3.135. A fundação tem entre seus objetivos desenvolver e coordenar programas associados às mudanças climáticas, conservação ambiental e desenvolvimento sustentável. Disponível no site: <http://fas-amazonas.org>

gerência local do CEUC, quando realizava visita para entrega de convites de reunião a ser realizada com os representantes comunitários. Nesse sentido, minha entrada nas comunidades esteve condicionada a de submissão às condições impostas para esse ingresso na RDS.

Nesse período em que lá permaneci, pude perceber o funcionamento deste flutuante-base de apoio do CEUC. Ele é, também, a base de referência para os moradores da RDS. Dele se estabelece a comunicação com as outras instituições, com as quais os moradores tem se relacionado mais estreitamente após a criação da RDS do Rio Negro, a saber: SDS, IPAAM e FAS. É visível a relativa tutela estabelecida entre esses moradores e as instâncias de fiscalização, controle e gestão da RDS.

No período em que estive ali hospedada, tive como companhia constante os vigias que se revezavam por 24 horas na tarefa de guardar as embarcações tanto do CEUC como do ICMBio, cuja sede ficava em terra, mas na direção em que estava ancorado o flutuante do CEUC, como destaque na imagem a seguir.

Figura 02



Base Flutuante do CEUC, Novo Airão, Maio/2011

Foto: Gimima Silva

Como uma das condições impostas em minha autorização para a realização da pesquisa era a de contratação de serviços locais, fiz os meus primeiros contatos com as comunidades utilizando a lancha do CEUC, abastecida de combustível por minha conta. Nessa oportunidade, contei com os serviços de barqueiro do Jeferson, 29 anos, que presta serviços eventualmente àquela instituição, além de ser morador local cujos pais são funcionários do IBAMA e do ICMBio, respectivamente.

Este barqueiro já esteve vinculado institucionalmente àquelas instituições como vigilante por alguns anos. Em conversa durante meu deslocamento às comunidades, ele me relatou que deixou o trabalho no IBAMA após ter vivenciado situações constrangedoras. Em vários momentos teve que abordar pessoas que o conheciam desde criança e apreender pescado como tambaqui e pirarucu, peixes nobres da região, oriundos de pesca ilegal, pois teria sido realizada dentro do Parque Nacional de Anavilhanas, onde tal atividade para fins comerciais é proibida.

Esta situação, não rara é vivenciada na RDS, entre aqueles moradores que se tornaram funcionários estatais. Alguns deles passam a impor uma autoridade repressora inerente ao papel desempenhado junto às instituições fiscalizadoras, criando-se uma relação constrangedora diante daqueles com os quais convivem desde a mais tenra idade, num cotidiano comunitário de referência moral à cooperação e afetividade.

Nessa perspectiva, pode-se afirmar à luz dos argumentos sobre o campo de tensão de forças sociais em BOURDIEU (1989) que o estudo dos agrupamentos humanos são atravessados também pelas relações de poder. O

exercício inerente ao conhecimento antropológico, nos ensina que a compreensão de grupos específicos em circunstâncias particulares leva a comparações e diálogos com a literatura sobre contextos sociais mais amplos. Daí então parti do pressuposto de que o mundo da política não é um dado *a priori*. Ele precisa ser investigado e definido a partir das formulações e dos comportamentos de atores sociais e de contextos particulares em constante processo de transformação. Isto posto, coloquei-me como um desafio e busquei realizar a partir da observação de um contexto específico de organização da vida social, como uma Unidade de Conservação, que representa uma forma de intervenção no ordenamento do território e, conseqüentemente, da vida social.

Em minha primeira viagem a campo, contei também com a colaboração de Jeferson, que me acompanhou às comunidades, servindo, às vezes de mediador, quando os entrevistados não compreendiam, num primeiro momento, meus questionamentos quanto a suas impressões acerca da nova realidade em que estão inseridos, isto é, moradores de RDS. Em outro retorno às comunidades não mais utilizei a base do CEUC. Preferi me hospedar em pousada na sede de Novo Airão. Desta vez, contratei os serviços de um barqueiro local, o Sr. Oséias, que presta serviço à pousada em que me hospedei e que me levou às comunidades do Polo 1 da RDS do Rio Negro. Nessa viagem já tinha em mente averiguar as impressões desses moradores quanto à experiência com o manejo florestal que iniciaria nas comunidades após minha visita anterior, realizada em maio de 2011, bem como sobre os investimentos realizados por eles a partir dessa experiência .

A caracterização das comunidades pesquisadas

As comunidades Tiririca, Santo Antonio, Marajá e Nova Esperança, todas localizadas no Polo 1 da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Negro, foram escolhidas em face da sua proximidade da sede de Novo Airão e, como já foi dito anteriormente, são comunidades que se encontram totalmente na área do município de Novo Airão.

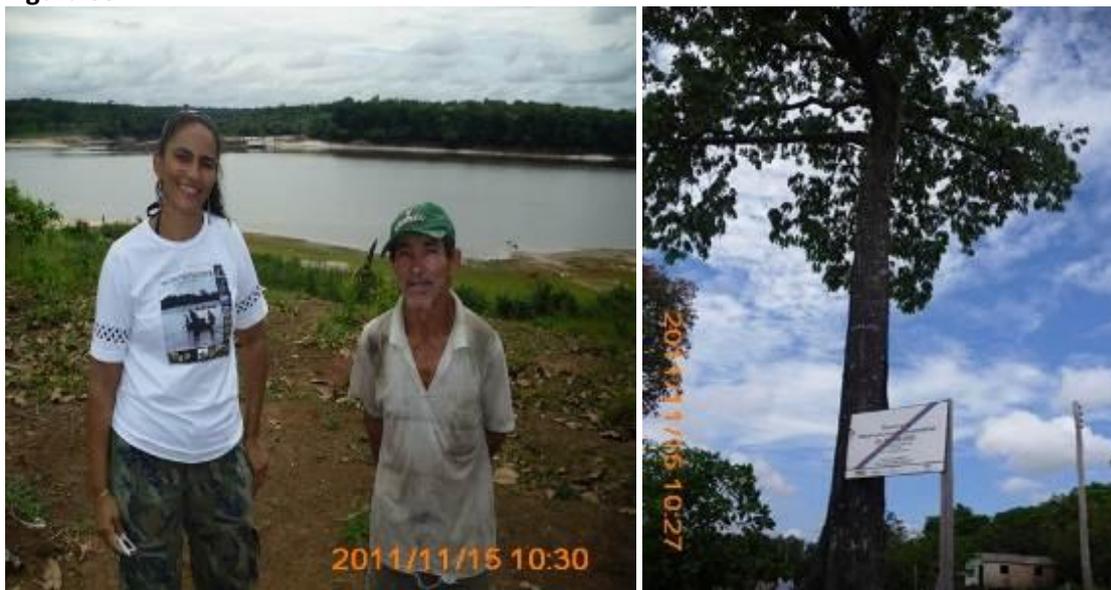
A comunidade Nova Esperança

Esta comunidade é a mais populosa do polo 1, composta por cerca de cinquenta famílias. É, também, a mais distante da sede municipal de Novo Airão. De barco, leva-se cerca de quarenta minutos entre a sede e a comunidade, que é, também conhecida pelo nome de Igarapé-Açú, igarapé localizado na entrada da comunidade.

Como as demais comunidades ribeirinhas amazônicas, tem uma infraestrutura mínima; possui um poço artesiano para o sistema de fornecimento de água, possuindo uma caixa de 5000lt, localizada próximo à escola local, um prédio de alvenaria onde fica o único telefone comunitário. Até aquela data não possui rede de luz elétrica. Mas aguardavam com ansiedade a implantação do Programa Luz para Todos, do governo federal. A previsão para que tal fato ocorresse – já que toda estrutura necessária como ramais e postes aguardava - segundo o vice-presidente da comunidade, deveria ser para o primeiro trimestre de 2012. Durante o período em que estive na comunidade, o fornecimento de energia era feito por um pequeno gerador que assegurava o funcionamento de lâmpadas e aparelhos de baixo consumo, como ventilador e rádio.

Lá me encontrei com o vice-presidente da comunidade, o Sr. Roberto, que atende pela alcunha de “Mineiro”, um imigrante do sudeste do país que se instalou nessa região há cerca de três décadas e que vive na comunidade desempenhando atividades agrícolas além de vários outros pequenos serviços, como a construção de um posto para o funcionamento de um laboratório pela Fundação de Vigilância e Saúde (FVS). Esta situação me chamou a atenção pelo fato de ser uma obra construída com material cedido pela prefeitura de Novo Airão, mas por estar sendo realizada com o serviço voluntário desse morador da comunidade, face à justificativa da prefeitura de não haver recurso para pagar a mão-de-obra.

Figura 03



Gimima Silva e Sr. Mineiro, vice-presidente da comunidade Nova Esperança, ao lado da Placa de identificação da RDS - Nov/2011
Foto: Gilson de Paula

Observei que este morador é um homem de muitas ideias e iniciativas voltadas a coletividade. Pode-se dizer que é um tipo humano que se destaca facilmente em qualquer ambiente, devido estar sempre buscando as condições mais propícias ao atendimento das necessidades básicas da

comunidade. Ele se apresenta como vice-presidente da comunidade e esta inteirado de quase todos os aspectos da relação entre a comunidade e as agências estatais que intervêm naquele cotidiano.

Figura 04



Em destaque a construção do laboratório da FVS na Comunidade Nova Esperança, Novembro/2011
Foto: Gilson de Paula

Na companhia do Sr. Roberto, contatei as primeiras moradias onde fui bem recebida pelas famílias que se dispuseram a participar da pesquisa, após minha breve apresentação enquanto professora da Universidade do Estado do Amazonas (UEA) e relatar sobre as intenções da pesquisa.

Em Nova Esperança há cerca de cinquenta e cinco famílias que realizam atividades econômicas diversificadas tais como: roçado de mandioca para a fabricação de farinha, extração madeireira e carpintaria naval. Basicamente essas atividades envolvem utilização de recursos naturais. Em sua quase totalidade, as famílias são beneficiários do Programa Bolsa Floresta (PBF), que se configura, como já foi dito, em um programa de recompensa por serviços ambientais implantado na comunidade desde 2008 e que recebe recursos do governo do Estado do Amazonas, do banco Bradesco e de empresas como a

Coca Cola. A renda familiar se completa com a transferência de renda do Programa Bolsa Família (BF), do governo federal aquelas famílias com crianças em idade escolar.

A Comunidade Tiririca

Nessa comunidade, a mais próxima da sede de Novo Airão residem cerca de quinze famílias que, em sua maioria, são contempladas por Programa Bolsa Floresta e o Programa Bolsa Família. Além de plantarem mandioca para produção de farinha, utilizam-se de recursos naturais como madeira para fabricação de espeto e sementes para a confecção de biojóias. E mais recentemente, o manejo florestal comunitário, é uma das bases das atividades econômicas nessa comunidade.

Essa comunidade também possui rede elétrica a partir de geradores de energia comunitários e uma caixa d'água de 5000litros para o abastecimento de água das residências. Ali não há escolas e as crianças se deslocam cotidianamente à comunidade mais próxima para realizarem seus estudos em nível fundamental um, da 1ª à 5ª série, e para a sede de Novo Airão para realizar os estudos da 6ª série ao ensino médio.

Ali mantive conversa com o presidente da associação comunitária, o Jonas, 30 anos, casado, pai de três filhos, ensino fundamental incompleto, nascido na comunidade Tiririca em Novo Airão, onde sempre permaneceu residindo.

Esse entrevistado relatou a situação da comunidade no que diz respeito às iniciativas voltadas à geração de renda a partir da implantação de recursos

do programa Bolsa Floresta, do qual quase todos os comunitários são beneficiários, assim como o Bolsa Família do governo federal.

Nela há ainda uma associação comunitária que desenvolve a produção e comercialização de biojoias como alternativa de renda pelas famílias locais. Por sua proximidade às instalações de um hotel de selva, esta é uma comunidade que recebe frequentemente a visita de turistas em busca da contemplação dos atrativos naturais da região do Baixo Rio Negro, como fauna e flora. Além disso, as atividades relacionadas ao ecoturismo devem-se ao fato da existência das praias que surgem no arquipélago de Anavilhanas, no período da vazante do Rio Negro, nos meses de agosto a janeiro. Algumas das praias possuem acesso permitido durante esse período e situam-se na outra margem do rio, bem em frente à comunidade Tiririca, como é possível visualizar a partir das imagens a seguir apresentadas.

Figura 05



Vista da comunidade Tiririca, Maio/2011

Foto: Gimima Silva

Figura 06

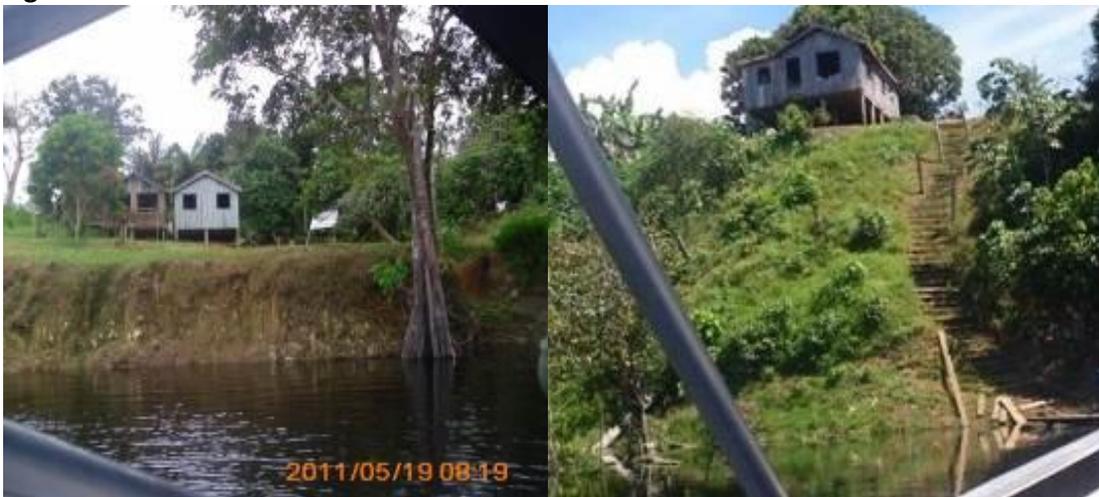


**Destaque para a praia que surge no período da vazante, na outra margem do Rio, no PARNA Anavilhanas, em frente à comunidade Tiririca , Nov/2011
Foto: Gimima Silva**

A comunidade Marajá

Na comunidade Marajá residem cerca de dezoito famílias. Diferentemente dos outros povoados, os núcleos familiares estão espacialmente dispersos ao longo das ilhas que a compõem. Estas famílias desempenham atividades econômicas diversificadas, baseadas na utilização dos recursos naturais como a pesca, a agricultura e a extração madeireira.

Figura 07



Moradias em ilhas que compõem a comunidade Marajá. Maio/2011 Fotos: Gimima Silva

A energia elétrica é fornecida por um gerador de pequeno porte compartilhada a todas as unidades residenciais. Nesse aspecto, os comunitários reclamaram, como as demais comunidades da estrutura de abastecimento de energia, cuja rede é precária e quando há problemas de manutenção como fiação, ou combustível para o funcionamento, precisam de apoio junto à administração municipal, onde os trâmites burocráticos dificultam o acesso a eletrificação.

Não há posto de saúde nessa comunidade. Quando alguém adoecer recorre-se ao serviço de atenção à saúde na sede municipal de Novo Airão. No que diz respeito ao abastecimento de água, não existem caixas d'água para fazer a distribuição desse recurso, tal como foi observado nas outras três comunidades. Em algumas residências como a do Sr. Mário Lopes, 61 anos, casado, nascido na comunidade de Acajatuba, no Baixo Rio Negro, conta com sistema de captação de águas pluviais e de reservatórios abastecidos manualmente por água do rio Negro que passa em frente à sua residência.

As atividades produtivas desenvolvidas pelo Sr. Mário, como a maioria dos outros moradores, estão voltadas para o roçado de mandioca, a pesca, coleta de frutas regionais e hortaliças. Como nas demais, todas as famílias estão cadastradas no Programa Bolsa Floresta (PBF) e aquelas que têm crianças em idade escolar recebem ainda o repasse do Programa Bolsa Família (BF).

A senhora Andréa Lopes, 30 anos, casada, agricultora, tesoureira na associação comunitária local relatou que a comunidade não possui escolas. Tal fato, faz com que as crianças em idade escolar se desloquem para a

comunidade mais próxima para frequentarem o ensino de nível fundamental até a 5ª série. Os que necessitam cursar as séries a partir do 6º ano do ensino fundamental até o ensino médio, precisam deslocar-se até a sede municipal de Novo Airão.

A comunidade Santo Antonio

Esta é a menor comunidade do Polo 1, da RDS do Rio Negro. Ali vivem oito famílias que desenvolvem atividades de produção de renda voltada à extração madeireira, estabelecida pelo plano de manejo florestal, fabricam artesanalmente os espetos e, com menor intensidade, cultivam o de roçado de mandioca para a produção de farinha. Todas as famílias são beneficiárias do Programa Bolsa Floresta e do Programa Bolsa Família.

A escola comunitária é precária e ainda recebe os alunos de outras duas comunidades: Marajá e Tiririca na oferta de ensino no nível fundamental até a 5ª série. As demais séries do ensino fundamental e de formação em nível do ensino médio somente são ministradas na rede de ensino público na sede municipal de Novo Airão. Pode-se afirmar que é comum entre as comunidades a ausência de políticas educacionais em nível mais elevado, o que possibilita constantes deslocamento dos jovens de uma comunidade para outra e de municípios para outros no Amazonas.

A vida econômica nesta comunidade segundo a Sra. Mariete, 35 anos, casada, agente de saúde e vice-presidente da associação comunitária, é movimentada na fabricação de espeto e a exploração madeireira comunitária.

Figura 08



Vista de residência em frente à comunidade Santo Antônio, Maio/2011

Foto: Gimima Silva

Os moradores desta comunidade já apresentaram um projeto de criação de animais à FAS, a ser implantado com os recursos inerentes ao programa Bolsa Floresta Renda. No entanto, até aquele momento, ainda não havia sido aprovado. Desde maio de 2011, a exploração madeireira segue o plano de manejo comunitário aprovado pelo IPAAM. Esse plano de manejo permitirá que cada comunidade seja responsável pela exploração, comercialização da madeira e repartição da renda entre os comunitários envolvidos nessa atividade de extrativa.

A estrutura do texto

Buscando apresentar as análises dos aspectos observados em relação à temática proposta, o texto da tese estrutura-se em seis capítulos, assumindo para tal a seguinte forma:

No primeiro capítulo apresento algumas das alternativas analíticas para a abordagem da questão territorial, por diversas perspectivas disciplinares.

Busca-se retomar autores que discutem os processos de elaboração de políticas públicas tomando a noção de território como unidade de intervenção política. Estabeleço, então, um diálogo com algumas das reflexões já elaboradas anteriormente, contudo, delimitando-me às especificidades dos casos abordados pelos autores elencados no texto para estabelecer a relação com o objeto proposto nessa tese.

No segundo capítulo, destaco o vínculo que tem sido estabelecido entre a política ambiental e a política de gestão territorial, decorrente dos planos das ações do Estado, seja no âmbito estadual como federal, no estado do Amazonas, no período entre 2003 e 2010. Ainda, nesse capítulo, busco abordar o caráter heterogêneo da gestão territorial na região do Baixo Rio Negro, mosaico formado inúmeras áreas protegidas. Enfatizo o exercício de poder dos diferentes atores sobre o território e a utilização de estratégias distintas de gestão territorial e ambiental, mas que guardam em comum os aparatos instrumentais que, ao envolverem o aspecto dinâmico da vida social, fazem-no por grande ênfase em expressões simbólicas do exercício do poder político, como destaca (BOURDIEU, 1989)

No terceiro capítulo, apresento o mosaico territorial do Baixo Rio Negro e o município de Novo Airão, cenário do exercício de pesquisa aqui textualizada e situação em que a gestão territorial, objetivada por instituições vinculadas tanto ao aparato do governo estadual quanto federal, se apresenta como promotora de um novo paradigma de comportamento comunitário e cidadão, a ser pretensamente adotado pelos moradores das comunidades localizadas no interior das UCs frente ao ambiente em que vivem.

Esse novo comportamento que se destina ao âmbito local, mas que se configura segundo referências elaboradas para adoção em nível global, cria situações em que, muitas vezes, o componente ambiental se sobrepõe ao social, ALMEIDA (2005) se avaliado em termos de prioridade nos objetivos a serem atingidos com a criação de áreas protegidas, sem a consulta prévia aos moradores onde as ações de gestão territorial e ambiental adotadas pelas diferentes esferas governamentais, mesmo utilizando-se de estratégias distintas almejam o mesmo fim, a *manutenção da floresta em pé*.

No quarto capítulo, apresento um breve histórico do processo que envolveu a criação de quatro áreas de proteção ambiental: o Parque Nacional do Jaú, a RESEX Catuá-Ipixuna, a RDS do Rio Negro e a RDS do Juma, processos idealizados em conformidade com a orientação política de gestão territorial e ambiental num nível federal, bem como enfoco as práticas sociais dos agentes promotores da dinâmica das instituições que envolvem a implantação do programa de pagamento por serviços ambientais, o Bolsa Floresta, no âmbito das UCEs.

No quinto capítulo busco compreender tais ações no plano local, a partir da narrativa dos moradores das comunidades da RDS do Rio Negro onde foi realizada a pesquisa. Tentei trazer à análise, o cenário de consolidação das ações que envolvem um novo comportamento das famílias em relação ao uso e estratégias diferenciadas na exploração dos recursos naturais no interior da RDS, orientadas por um novo paradigma, o da *sustentabilidade*.

Destaco nessas narrativas, as impressões e percepções que o novo paradigma ambiental tem causado aos moradores da RDS. Evidencio que

as mudanças nos seus modos de vida têm estreita relação em nível planetário, em consequência, ganham expressão suas representações acerca de possíveis perdas e ganhos diante desse novo paradigma cultural imposto, por força de lei, à sua realidade.

No sexto capítulo elaboro uma reflexão quanto à estratégia do pagamento por serviços ambientais, adotada em nível da gestão estadual, compreendendo a adequação de tal estratégia ao propósito da gestão do território e do ambiente a partir de uma institucionalização das práticas produtivas desenvolvidas pelos habitantes das UCEs. É nesse sentido que se pode cogitar que os habitantes de áreas protegidas passam a relacionar-se, com maior frequência, com as agências mediadoras dos programas governamentais direcionados à gestão ambiental nessa região e, dessa forma, são submetidos a um regime de tutela.

Assim, enfocando as práticas de objetivação daquelas intenções políticas, é possível caracterizar um cenário de ações pouco autônomas pelos moradores de comunidades tradicionais que habitam o polo 01 da RDS do Rio Negro. Estão eles constrangidos a promover atividades produtivas que se coadunem com os objetivos do programa de pagamento por serviços ambientais, o Bolsa Floresta, recurso instrumental básico para consolidar, em nível estadual, as ações impetradas pelos distintos níveis de gestão.

Considerando nesse investimento o referencial analítico desenvolvido por BALANDIER (1997) acerca da perspectiva dinamista do poder na modernidade, pode-se arguir pela busca de adequação de estratégias de poder, reelaboradas e praticadas com vistas à conquista de formas melhor

ajustadas. Por este cenário, pude construir uma reflexão quanto às perspectivas conservacionista ou preservacionista da gestão territorial, que referenciam a convergência entre a política de gestão territorial e a política ambiental implantada na região em foco, destacando a dinâmica e o simbolismo no exercício do poder para este fim, tal como ocorre pela figura dos *Guardiões da Floresta*, expressão mais correlacionada ao simbolismo que envolve o exercício do poder nessa região.

Nas conclusões enfatizo que os conflitos sobre a terra e o uso dos recursos nela encontrados apresentam dimensões políticas, sociais e jurídicas, sendo por intermédio do território, compreendido no âmbito do poder público enquanto espaço, que se efetivam programas e políticas públicas que intervêm nos cenário de conflito.

Destaco que o exercício do poder político por parte do Estado, em relação aos sujeitos que habitam áreas protegidas se efetiva a partir de uma teatralização, quando referido à postura assumida pelo estado do Amazonas, quando a partir de 2007, por intermédio da estratégia de pagamento por serviços ambientais, concede a esses sujeitos o status de *guardiões da floresta*, numa condição de corresponsabilidade na conservação dos sistemas que promovem a manutenção da vida no planeta.

A parceria que se firma numa gestão por corresponsabilidade, ganha corpo quando uma parcela significativa desses sujeitos passa a inserir em seus esquemas representativos os termos e valores passados através desse discurso, o qual se constitui na esfera do poder simbólico, formulado por BOURDIEU (1989).

Nesse sentido a partir da perspectiva dinamista de BALANDIER (1997) percebo que essa retórica do envolvimento dos *guardiões da floresta* na corresponsabilidade da gestão territorial e ambiental na região em análise, atinge sua meta de difusão do *slogan* que prega o ideário da *manutenção da floresta em pé*, embora os créditos dessa gestão por corresponsabilidade concentrem-se na esfera do poder público. Por outro lado, registro que dois terços dos sujeitos que manifestaram sua opinião quanto ao atual nível de envolvimento nessa cogestão, manifestem representações diferenciadas sobre o que é viver numa RDS no Baixo Rio Negro, que perpassa pela condição de viver sobre regime de proibição, tornar-se trabalhador legalizado ou assumir a condição de “*guardião da floresta*.”

CAPITULO I

1. A GESTÃO TERRITORIAL NO AMAZONAS E AS INTERFACES ENTRE CENTRALIZAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO ESTATAL

1.1. Alternativas analíticas na abordagem da questão territorial

O debate sobre ordenamento territorial – enquanto elemento de controle de populações pelas formas de pertencimento a espaços – tem se mostrado como temática central, articulada às discussões sobre território e territorialidade. Quando abordado com o intuito de demonstrar os fundamentos da organização territorial na sociedade, pelo menos três linhas de raciocínio se apresentam: os argumentos que elegem a centralidade do poder político; os que destacam os símbolos da cultura como princípios primordiais da classificação; e, por fim, os que elegem a base econômica como elemento determinante da organização espacial.

As bases conceituais, na atualidade, revelam que o conceito de território é amplamente utilizado não apenas, como tradicionalmente, na Geografia como em (SANTOS, 1999) e (HAESBAERT, 2006) mas também na Ciência Política e a Antropologia como em (BOURDIEU, 1989), (LITTLE, 2002) e (ALMEIDA, 2006). No caso desta última disciplina, o interesse acadêmico tem se constituído pela defesa do pluriculturalismo, em contraposição à consagrada crença na globalização (homogeneização) econômica e cultural, razão pela qual o debate é recorrentemente associado à defesa da diferenciada reprodução das sociedades.

Nesse sentido, múltiplas leituras se apresentam quando se pretende compreender a relevância do território enquanto princípio de associação comunitária ou enquanto elemento sobre o qual se opera o exercício do poder. Por esse argumento, apoia-se a convicção de que, na gestão territorial implementada pelo Estado, o território é entendido enquanto espaço geográfico, sobre o qual as tomadas de decisão, com base no exercício do poder político, se dão de forma prática; ou também na qual se pode perceber a presença da ética da responsabilidade, formulada por Max Weber, enquanto postura centrada na eficácia de resultados, na análise dos riscos e na eficiência dos meios para atingir seus fins⁸.

A respeito das diversas concepções sobre o território no âmbito das Ciências Sociais, assinala-se que elas podem ser agrupadas por distintos referenciais teóricos. Existe, primeiramente, uma perspectiva materialista, em que a ligação física entre território e natureza é explícita, ou seja, a natureza é, antes de tudo, uma fonte de recursos e/ou meios materiais de existência, a exemplo do desenvolvimento da tese acerca da transformação da natureza pelo homem através do trabalho.

A vertente que destaca a base econômica encerra um conjunto de argumentos que se articulam, ao considerar que os princípios de definição dos territórios mudam todo tempo, em função, por exemplo, da intenção das firmas cujo investimento se faz em determinada parcela territorial. Esta é, por exemplo, a afirmação de BRUNET (2004), ao considerar a escolha de

⁸ A dicotomia *ética da convicção* e *ética da responsabilidade* situa-se mais na ordem da complementaridade do que da oposição pura e simples. Para Weber, o político deve privilegiar a segunda ética, mas não deveria faltar com sua convicção, inspiração indispensável à sua atividade. LALLEMENTE, Michel. História das Idéias Sociológicas: Das Origens a Max Weber. Vol. 1. Petrópolis: Vozes, 2003, p. 295.

territórios que propiciem maior lucratividade. Nessa perspectiva, agrega-se o reconhecimento de processos de criação de aglomerações urbanas no entorno de regiões, levando ao surgimento de demandas de toda ordem por aqueles que compartilham do mesmo contexto espacial.

Esse movimento, que se dá pela busca de uma base territorial em função de ocasiões de emprego, alojamento, percepção do meio ambiente, etc., demonstra certa mobilidade que ajuda a alterar os territórios que, neste caso, aparecem e desaparecem sob o exercício de movimentos de consolidação de interesses específicos. Esse movimento é geralmente produtor de conflitos de territorialidade que, em muitos aspectos, podem ser exemplificados pela expansão territorial da indústria capitalista. Afinal, o capitalista hoje não pode estabelecer com a terra a mesma relação que estabeleceu com os recursos ambientais. Ele necessita ter o domínio de todo um território para ter o acesso a tais recursos, entrando, assim, em conflito com aqueles que lá se estabeleceram anteriormente, como é o caso de empreendimentos de mineradoras e hidrelétricas instaladas, nos anos 1980, em Presidente Figueiredo, município do Amazonas, e em Tucuruí, no estado do Pará.

Pelas razões aventadas, esses empreendimentos, que produziram o enriquecimento daqueles que o implantaram, não promoveram, numa perspectiva otimista, diria, na mesma medida, uma melhoria de condições de vida para aqueles habitantes dos municípios em que se instalaram. Na verdade, os danos ao meio ambiente e ao modo de vida local têm sido bem maiores, se relacionados à proporção dos benefícios.

Assim, a multiplicidade de concepções acerca do entendimento do território e de como ordená-lo corresponde, a princípio, a uma situação de produção contínua de conflitos entre as diferentes esferas da sociedade. No caso brasileiro, em especial, pode-se analisar tais conflitos diante da configuração de interesses diversos, convergentes e contraditórios, inclusive pelas distintas concepções sobre o território, formuladas a partir de orientações ideológicas bem distintas, como destaca Paul Little (2002):

...a vocação desenvolvimentista do Estado brasileiro também continua vigente no início do século XXI. O plano plurianual (2000-2003) lançado pelo governo federal, promove a instalação de vários “eixos de desenvolvimento”, os quais contemplam a construção de grandes obras de infraestrutura como usinas hidrelétricas, termoelétricas, hidrovias, estradas, grandes monocultivos e fábricas. Esses eixos passarão, novamente, por onde estão localizados os distintos povos tradicionais com o potencial de produzir graves consequências com respeito a seus territórios. Também é importante indicar que ainda existem setores das Forças Armadas do Brasil que promovem um nacionalismo exclusivista, cuja expressão mais nítida talvez tenha sido sua oposição à demarcação e homologação das terras indígenas (veja Fregapani 1995). Frente a esta situação, os povos tradicionais se esforçaram por mostrar que seus territórios, à diferença de territórios étnicos em outras partes do mundo, não representam uma ameaça ao Estado brasileiro. Não possuem fins separatistas, não guardam exércitos próprios, se consideram como cidadãos brasileiros. O que procuram é o reconhecimento de seus territórios e do modo de vida que construíram ali. Assim, surgem conflitos quando os povos tradicionais reivindicam seus próprios espaços culturais, políticos e territoriais dentro do aparelho único do Estado, principalmente quando confrontam não a legitimidade do Estado como tal, mas o nacionalismo homogeneizador promovido por alguns dos seus setores. Em última instância, o que esses grupos reivindicam são seus direitos – como cidadãos e como povos – sem questionar a legitimidade do Estado brasileiro. (LITTLE, 2002, p.20)

Vale ressaltar ainda que construções identitárias, se relacionadas a determinados territórios, podem ser consideradas elementos que dão base à

compreensão da autoatribuição de identidades sociais de populações tradicionais (indígenas, quilombolas, seringueiros e outras) com seu território. Esse desdobramento de práticas sociais, exemplificando, tem sido explicitado por ALMEIDA (2006), no âmbito de várias experiências envolvendo segmentos da sociedade nacional que têm se mobilizado em torno da definição e redefinição de princípios de pertencimento.

A renovação da teoria da territorialidade, na Antropologia, não se faz em nome do reconhecimento da novidade dessa percepção de unidades espaciais, isto é, que hoje se apresentam como algo novo. Pelo contrário, tem como ponto de partida uma abordagem que considera a expressão das comunidades em relação ao território como parte integral de todos os grupos humanos. LITTLE (2002) define a territorialidade como o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a, assim, em seu território.

As propostas de análise e compreensão do território enquanto objeto que perpassa questões de distintas temáticas de investigação das Ciências Sociais, por exemplo, as políticas de emprego, podem ser definidas em torno de demandas territorializadas. Esse é o caso daquelas que as consideram atributo de organização de práticas sociais, razão pela qual tomam a definição das práticas políticas em função do território. Elas se constituem, assim, em contribuições relevantes para a reflexão a respeito do tema.

Nesse investimento, a contingência territorial se apresenta como questão presente na discussão atual no campo dos embates que os desdobramentos das ações capitalistas promovem. Refletindo quanto aos

contextos daquele investimento, FAURE e NÉGRIER (2007) pensam a territorialidade a partir de três períodos, considerando, antes de tudo, a efervescência teórica e empírica sobre a crítica dirigida às possibilidades de entendimento da territorialidade enquanto processo experimentado no âmbito da intervenção estatal em relação aos espaços e aos grupos humanos que neles se deslocam e se fixam.

No primeiro período, aproximadamente compreendido entre as décadas de 1970 e 1980 do século XX, a crítica científica buscava o ponto de equilíbrio entre a tensão centro-periferia, sendo, por isso, direcionada ao combate ao discurso normativo, fundado no ambiente jurídico, que produziu a falsa naturalidade de um território reduzido à expressão da ação pública do Estado. Nesse investimento, colaboraram autores identificados ao campo da Ciência Política, da Geografia, da Sociologia e da Economia, ainda que pouco referenciados entre si, ou se utilizando de *démarches* próprias.

No segundo período identificado pelos autores, a territorialidade é enfatizada no campo da produção de questões políticas e sociais, pois, nos anos 1990, teóricos como LEFEBRVE (1991), NÉGRIER (1996) e outros produziram várias noções que contribuíram para evidenciar a influência de variáveis, até então mantidas na sombra, diante de uma apreensão vertical das questões da ação pública e dos jogos de poder.

ABÉLÈS (1989) se localiza no campo acadêmico adotando perspectivas vizinhas às da Sociologia do Político, com o desenvolvimento de análises abarcadas pela Ciência Política e pela Sociologia, mas igualmente pela Antropologia, a favor do retorno da etnologia francesa sobre o território

nacional. Considero que a ideia comum ao conjunto dessas diversas *démarches*, que diz respeito a um olhar construído a partir do centro das organizações participativas, tornou-se largamente insuficiente para abordar o campo de pesquisas sobre objetos como o espaço, o poder, a legitimidade e o território, considerados centrais para aquelas diversas disciplinas.

Se, no primeiro período, os autores que nesse contexto escreveram, tentavam compensar a força das relações verticais numa certa horizontalidade das práticas; no segundo período, outros tantos tentaram escapar do localismo analítico, adotando outras dimensões verticais ou interlocais. A competição econômica ou representação dos interesses privados se tornaram variáveis que emergiram no fim dos anos 1990, valoradas para contextualizar a territorialidade e fazê-la escapar a uma autossuficiência ligeira e simplificadora.

Hoje, no terceiro período qualificado pelos autores anteriormente referidos, as questões se abrem para a territorialização, apresentando-a como uma perspectiva analítica de conciliação entre horizontalidade e verticalidade. A descentralização está presente como questão importante. E os deslocamentos do centro de gravidade da ação pública impuseram uma dupla reflexão. As mudanças de escala que hoje marcam a territorialização são, por vezes, administrativas, políticas e espaciais.

Assim, sobre a análise contemporânea do Estado em relação à sua ação voltada à questão territorial, identifica-se a emergência de outro ciclo, o qual se concentra sobre um período de relativa estabilidade no jogo entre Estado e os poderes locais. Os agentes do Estado regulam a territorialização pela negociação subsidiária de suas políticas em nível local. Distinguem o Estado

dos poderes locais segundo a importância que têm para a própria instituição, para as políticas públicas, bem como para a política enquanto esfera onde as relações de poder se adaptam às novas configurações que as relações entre estado e sujeitos tem assumido.

De um modo geral as ideias ora expostas correspondem a pontos de vistas e métodos diferenciados de análise, destinados a abordar um objeto em comum e suas contingências na atualidade, a saber: o território. Este, como já foi dito, guarda relação com diversas práticas sociais, ocupando espaço significativo nas definições de ações públicas de intervenção que direcionam as políticas de formação, de educação, de transporte, de cultura e as ambientais, as quais demandam, como base e ação, as coletividades territoriais.

Considera-se, ainda, que isso leve ao crescimento da interdependência entre o Estado e as coletividades, quer essa intervenção seja fruto da demanda de atores ligados ao poder local, partindo de grupos de interesse em particular, quer seja fruto daquele poder exercido pelas pessoas ligadas ao jogo político em diferentes escalas de intervenção.

Contudo, essas conjecturas, para os autores aqui enfocados, evidenciam estar-se vivenciando um período de disputas de paradigmas, em que a retomada das correntes de análise, baseadas em noções e categorias historicamente consolidadas, no âmbito das Ciências Sociais, formam uma base para a construção de uma grade analítica que permite novas leituras da contingência territorial na atualidade. É o que se observa nos estudos de FOURE, POLLET e WARIN (1995), bem como em FAURE e NÉGRIER (2007).

Por fim, conjectura-se que, embora ABÉLÈS (1983) tenha observado que, dentre as populações dos Mont Gamo, na Etiópia, o espaço não corresponda a um reflexo da prática social e sim a um instrumento dela, percebe-se a relevância que ele assume nesse contexto de atribuição de valor à definição de intervenções políticas de várias naturezas. Assim, conceitualmente, e nos dias de hoje, o espaço corresponderia muito mais a uma categoria de controle, de organização, que orienta as bases do ordenamento territorial, onde o território aparece como componente geográfico em termos práticos e operacionais.

ABÉLÈS (1983) identifica ainda a existência clara de linhas de demarcação que percorram tal lugar, quando os indivíduos, ao fazerem referências identitárias, definam-se não por pertencimento clânico, mas pelo espaço onde se encontra sua casa, localizada no alto ou no baixo, ou seja: os Gamo, no interior da montanha, e os Ocholo no vale considerado fértil. Embora houvesse uma clara divisão em clãs e alinhamentos naquela sociedade, ABÉLÈS percebeu entre eles essa tendência a se pensar e se situar uns aos outros em relação ao espaço, sendo este um componente essencial das práticas sociais.

A esse respeito, afirmo que é facilmente observável dentre as populações ribeirinhas da Amazônia, quando se referem à sua região de origem, ter na denominação do rio que banha a região a referência para se autodenominar oriundo de um lugar ou de outro, como exemplos das narrativas locais onde os sujeitos, perguntados sobre sua origem, respondem: “sou do Madeira” ou “sou do Alto Rio Negro” ou ainda “sou do Médio Solimões”.

1.2. A questão territorial na Amazônia: pertinência e prestígio

Segundo FREITAS (2005), a Amazônia tem sido considerada como uma das principais questões socioambientais do mundo contemporâneo, avaliação correspondente ao alto grau de inserção nos processos mundiais. Sob essa ótica, percebe-se que territórios, como os da Amazônia, impõem-se como um grande desafio político na contemporaneidade. Nesses termos, a construção de políticas de desenvolvimento econômico que articulem a exploração de recursos naturais com os interesses das comunidades regionais constitui um problema de alcance nacional e internacional (FREITAS, 2005, p.129).

Sob um discurso ambientalista, residem, segundo BECKER (2006), interesses econômicos e geopolíticos, emergentes diante da existência de um mercado em formação para a apropriação de elementos da natureza. Nesse contexto sociopolítico e se adotando uma leitura referenciada aos princípios da organização capitalista, cada aspecto da natureza passa a ser cobiçado como mercadoria, desfigurando o tradicional valor de uso. Assim, cada recurso natural, convertendo-se em mercadoria, tem-se que a terra é convertida em solo agrícola; o subsolo, enquanto recurso mineral, especificando-se em minério de ferro, carvão, petróleo e outros; a floresta, enquanto recurso madeireiro e florestal; a água enquanto recurso hídrico; e, mais recentemente, o ar tornou-se valor para crédito de carbono.

A dinâmica territorial constitui-se em problemática de relevância se considerarmos ainda, segundo BECKER, que é pelo território que se efetiva a ação política, a qual incide retroativamente sobre ele. O reconhecimento do território pode ser uma saída para se estabelecer diferentes prioridades

políticas. Entretanto, as políticas nacionais que efetivamente foram direcionadas à Amazônia e que têm, na gestão do território, um foco central são consideradas por essa autora como paralelas e conflitantes, a saber: a política ambiental do Ministério do Meio Ambiente, marcada pela criação de unidades de conservação e a política de infraestrutura do Ministério da Integração Nacional, que se reporta a eixos de integração a partir do uso de hidrovias e rodovias que afetariam justamente áreas que abrigam territórios indígenas e unidades de conservação. (BECKER, 2006, p. 32)

As situações de disputas judiciais em torno do reconhecimento do domínio e posse sobre territórios têm se tornado cada vez mais frequentes, tendo isso ocorrido em vista da multiplicidade de leituras acerca do seu entendimento. Assim, como idealização, surge de acordo com as relações comunitárias étnicas, as quais são fomentadas pela comunhão étnica, que aproxima as pessoas em torno de *habitus* (WEBER, 1991, p. 269).

Como espaço, trata-se de uma categoria de controle geográfico e político que, em termos práticos e operacionais, corresponde a uma unidade sobre a qual se pode imprimir a intervenção política, mediante programas e políticas públicas, como as estratégias de ordenamento territorial.

Assim, é possível afirmar que o entendimento do território por parte dos grupos étnicos recorrentemente se diferencia do seu entendimento por parte do Estado. Daí os impasses vivenciados historicamente no campo da formulação de políticas territoriais, como foi, e continua sendo, por exemplo, o caso da definição de terras indígenas. Segundo OLIVEIRA (2003), no Brasil ela teve início com as ações do Serviço de Proteção ao Índio - SPI, enquanto mediador

no que diz respeito à criação do Parque Indígena do Xingu e aos objetivos difusos a serem alcançados com as ações que envolviam a demarcação de territórios indígenas. Como destaca o autor,

As terras que eram atribuídas pelo SPI à populações indígenas que foram objeto de um processo de pacificação – e conseqüente sedentarização e tutela – eram muito menores do que a região onde aquelas populações construía seus aldeamentos e transitavam com certa regularidade. [...] Os critérios (não explicitados) utilizados pelo SPI para definir as terras dos índios passavam, portanto, por sua função de mediador nas situações sociais de expansão da fronteira econômica. O objetivo fundamental era estabelecer um controle sobre as relações entre índios e brancos, evitando o conflito e prevenindo suas conseqüências malélicas para os índios (extermínio, correrias, escravizamento, etc.). A terra reservada aos índios deveria servir a esse propósito: a) permitindo distanciá-lo dos brancos; b) não sendo foco de interesse econômico maior pela frente colonizadora; c) sendo aceita pelos índios. A relação entre índios e território não era trazida à discussão, a não ser nos termos (altamente assimétricos) desta última negociação. (OLIVEIRA, 2003, p.36)

No que diz respeito à participação dos diferentes grupos étnicos que têm interesse manifesto na definição de políticas territoriais e tomando como exemplo o meio rural brasileiro, no que se refere à agricultura familiar, OLIVEIRA (2006) considera relevante que esteja presente, nos fóruns definidos para a sua formulação, a representação de todas as categorias que se constituem nesse meio, como os extrativistas, grupos indígenas, quilombolas, pescadores, artesãos e ainda os agentes distintos por sexo e geração (mulheres e jovens); ou seja, a diversidade dos atores que politicamente se autodefinem como diferentes uns dos outros, mas que reivindicam políticas territoriais que lhes garantam a continuidade de suas atividades diversas em determinados territórios de pertencimento.

Devido à diversidade das regras estabelecidas a partir das relações comunitárias presentes no cotidiano dos respectivos atores sociais, esses territórios constituem-se como físicos, mas também como étnicos. Como afirma ALMEIDA (2006), na reivindicação de direitos referidos aos processos de territorialização enquanto resultado do jogo de forças travado entre esses atores sociais e o Estado, pode-se constatar que

Babaçuais, castanhais e seringais, sob este prisma, não significam apenas incidência de uma espécie vegetal numa área ou uma “mancha”, como se diz cartograficamente, mas tem uma expressão identitária traduzida por extensões territoriais de pertencimento. (ALMEIDA, 2006, p. 88)

Na perspectiva de ALMEIDA, tais processos de territorialização propiciam instrumentos para a compreensão de como esses territórios de pertencimento foram política e historicamente construídos mediante força mobilizante de diferentes agentes sociais frente ao acesso a recursos básicos. O reconhecimento dos territórios sociais torna-se uma preocupação comum a ambientalistas e grupos sociais, porém, por motivos diferentes. No primeiro caso, como mecanismo para garantir a conservação da biodiversidade; no segundo, por sua importância para a sobrevivência dos grupos enquanto tais.

FREITAS (2005) ressalta que é ainda necessário reconhecer que o território seja igualmente o lugar do poder, pois as relações de dominação sobre as pessoas pressupõem, segundo determinadas perspectivas teóricas, exercício de controle do território. Contudo, nesse contexto, é fundamental refletir sobre a função da delimitação socioeconômica dos territórios, contextualmente considerada substrato de um programa de *desenvolvimento sustentável*. (FREITAS, 2005, p. 130)

1.2.1 Gestão territorial: intervenção estatal e pertencimento comunitário

A razão instrumental do Estado, com sua noção de soberania exclusiva, é ainda muito expressiva no Brasil, mais evidente quando se observam, por exemplo, suas tentativas de exercer controle direto sobre o território nacional, lançando mão de sistemas tecnológicos de comunicação. Esse é o caso do Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM), que utiliza a alta tecnologia de espionagem com o intuito de manter o controle do que acontece em toda essa região, a partir de informações atualíssimas e geograficamente precisas.

Também é o caso do programa Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), que foi criado sob a supervisão da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), a qual foi extinta pela MP n.1.795/1999 e, através da MP 1.911-8/1999, passou-se a responsabilidade dessa ordenação territorial para o Ministério da Integração Nacional. Ao Ministério do Meio Ambiente foi atribuída a responsabilidade pelo ZEE, com a meta de zonedar todo o território nacional em função de seus usos mais apropriados em termos técnicos. Essa atribuição foi confirmada, posteriormente, no governo Lula, pela lei nº 10.683, de 28/05/2003.

Dessa forma, tanto o SIVAM quanto o ZEE constituem-se em estratégias de controle do território segundo um caráter centralizador, estando fundamentadas na razão instrumental do Estado e sua exclusividade institucional em tomar decisões sobre o que se passa no território. Por tais objetivos, no início da primeira década dos anos 2000, aos dois programas se

dirigiam as mesmas críticas, considerando-se o fato de neles ser mínima, ou até mesmo inexistente, a consideração dos interesses ou a participação das populações que aí se instalaram, definindo pertencimentos muito antes de essas ações de intervenção se efetivarem.

A esse respeito, é válido afirmar que seja no âmbito do Programa Nossa Natureza (1988), no âmbito da PONIAL (1995) ou ainda do PPA “Avança Brasil” (2000-2003), o aproveitamento econômico tem apresentado importância crescente nas ações pretendidas por governos, entidades multinacionais, órgãos multilaterais, instituições e entidades ambientalistas. Ressaltando que todas essas propostas possuem, em comum, a dependência de assessoria científica com grande poder de persuasão e igual quantidade de informação. O que explica as várias parcerias firmadas com órgãos de pesquisa das mais variadas áreas de conhecimento na execução de ações que compõem os trabalhos do Z.E.E.⁹.

Isso demonstra, segundo LITTLE (2002), que as ações voltadas ao ordenamento do território, por parte da gestão estatal, seguem uma lógica que prioriza a base do exercício do poder político e econômico. Tal lógica não se coaduna com a primazia de outro universo simbólico coexistente no conjunto de elementos coletivamente criados por um determinado grupo social, o qual já

⁹ Os trabalhos envolvendo o ZEE no Estado do Amazonas no ano de 2003 estavam sendo desenvolvidos no âmbito do Programa de Gestão Ambiental Integrada do Estado do Amazonas (PGAI-AM), coordenado pelo Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM) e contavam com uma série de parcerias que envolviam órgãos como UFAM, INCRA, IBAMA, INPA, UTAM, EMBRAPA, INPE, DNPM, se inseria, como um dos componentes do Subprograma de Recursos Naturais (SPRN), contando ainda com recursos oriundos do Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais (PPG7), tendo apoio da Cooperação Técnica Alemã (GTZ). A esse respeito, consultar SILVA, G.B.M. *Estratégias de Ordenamento Territorial no Amazonas, Impactos na qualidade de vida das populações tradicionais*. Manaus: UFAM/ICHL, 2003.

se encontrava presente na apropriação histórica daquele território que se pretende “ordenar”.

Segundo o autor,

Quando a questão territorial do país é vista da ótica dos povos tradicionais, o ordenamento territorial vira uma prática cotidiana desses grupos, dado que eles sempre estavam vigiando e ordenando seus territórios desde o chão, com base nos seus interesses. Nesse marco, inovações nas formas de co-gestão do território têm mais possibilidades de reconciliar visões de cima com visões de baixo, que formas centralizadoras e homogeneizadoras de ordenamento territorial. Aqui, a questão territorial não se deixa levar pela lógica estadista do mundo moderno, mas reclama por outra lógica, que respeite a diferença e o exercício pleno dos direitos dos povos tradicionais. Para esses grupos, que mantiveram seus territórios sociais durante longo tempo sem o apoio do governo (ou apesar dele), a problemática do ordenamento territorial é uma questão de defesa de seus territórios históricos. Em um plano ainda mais amplo, o que está em jogo é a capacidade do Estado brasileiro de lidar com novas exigências de pluralismo levantadas por membros da sociedade nacional, não só na esfera territorial, mas nos âmbitos legal, étnico e social também. (LITTLE, 2002, p. 20-21)

Com base nas formulações teóricas desenvolvidas sobre a dominação no âmbito das relações sociais e institucionais (WEBER, 2000) é possível argumentar, ainda, que o monopólio legítimo do constrangimento físico constitua uma dimensão essencial do capital no campo ambiental, pois permite o controle sobre determinado espaço, já que tal prerrogativa se exerce dentro de um território definido.

Pode-se também citar, nesse aspecto, o cenário construído na região do Baixo Rio Negro, no Amazonas, recorte analítico no presente estudo, onde muito se tem escrito e se tem falado sobre a criação de áreas de proteção

federal, como o Parque Nacional do Jaú, em que seus moradores tomaram conhecimento que viviam numa área protegida somente quando a fiscalização ambiental iniciou seus trabalhos.

Mas não só tal surpresa caracterizou a ação estatal: tais ações estiveram pautadas basicamente na punição, deixando em segundo plano a orientação quanto a uma nova postura frente à exploração dos recursos naturais. Tal estranhamento de si num ambiente outrora largamente familiar levou a um intenso movimento de saída dos moradores da área, dado que não aceitavam mudar práticas que estabeleciam outra forma de relação com os recursos naturais que o Parque encerra.

A prerrogativa do poder de coação dentro de determinado território garante ao Estado o controle efetivo sobre o próprio território em si; ou seja, o Estado detém o controle legítimo sobre o espaço natural no interior de suas fronteiras. O modo mais expressivo de como o Estado exerce seu poder de controle é o ordenamento do território, pois ordenar é sempre controlar; classificar é, antes de tudo, hierarquizar, segundo regras sociais específicas, como já alertaram DURKHEIM e MAUSS (1981). Além disso, para ordenar é necessário conhecer, de tal modo que o Estado como instituição se arroga também a prerrogativa de definir a verdade sobre os territórios que enquadra, utilizando-se da criação de categorias jurídicas de ordenamento territorial que alegam sempre tal necessidade com base em preceitos científicos.

Assim, busquei identificar, nesse investimento, a dinâmica inerente ao exercício do poder político no âmbito da implantação de programas voltados à gestão territorial e ambiental, confrontando as estratégias de ordenamento territorial correlativamente à política ambiental aplicada pelas distintas esferas

de gestão pública, federal e estadual, na região do Baixo Rio Negro, no estado do Amazonas.

Este trabalho teve ainda como propósito identificar as representações de como os moradores dessa região, lidam com aquelas estratégias de gestão que empregam mudanças no cotidiano da organização social e econômica dessas comunidades, o que se opera mediante seu envolvimento em programas de governo com base no estabelecimento de novos padrões de relacionamento com os recursos naturais, padrões que estão articulados a propósitos ambientais em níveis planetários.

No estado do Amazonas, a utilização de instrumento de ordenamento territorial, como o ZEE, é entendida pela administração pública como estratégia capaz de realizar diagnósticos, prognósticos e desenhar cenários de desenvolvimento nas regiões zoneadas, dando base à elaboração de políticas públicas que tornem viável esse desenvolvimento, tal como foi orientado a partir da Política Nacional Integrada para a Amazônia Legal (PONIAL), em 1995.

Nesse cenário, o ZEE pode ser entendido como instrumento que pode vir a atentar contra outras visões de território, sobretudo as que o consideram atributo de organização de práticas sociais e, conseqüentemente, de seu ordenamento e gestão. Argumentando quanto ao caráter instrumental, que pode levar ao processo de preservação de aspectos ambientais e culturais de grupos humanos que habitam a região amazônica, mas a partir da elaboração de políticas públicas que se remetam a esse fim, eu também considero que o

caráter instrumental pode constituir-se em elemento reafirmador das bases do exercício do poder político nas ações de gestão territorial no Amazonas.

O governo do Estado do Amazonas, no período de 2003 a 2010, ao priorizar o desenvolvimento sustentável como marca de qualidade de seu plano de gestão e consequentes políticas públicas e programas, determinou à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável (SDS) a retomada de ações para levar à conclusão do ZEE do Estado dentro desse período.

Dessa forma, os objetivos primordiais estabelecidos para o ZEE do Amazonas foram:

- Possibilitar seu uso por diversos segmentos de governo, orientando na condução de respectivos planejamentos estratégicos, territoriais e de gestão de ecossistemas, onde o conjunto de produtos cartográficos obtidos permite conhecer claramente a forma como o espaço amazônico vem sendo utilizado;
- Avaliar se tal forma está em acordo com as potencialidades naturais de determinada localidade.

1.2.2 O ZEE como base de informação sobre o espaço amazônico

Nesse aspecto, os resultados dos levantamentos obtidos pelo ZEE do Amazonas, até o presente momento, apresentam-se como elementos motivadores para a elaboração de ações do poder público que sigam essa

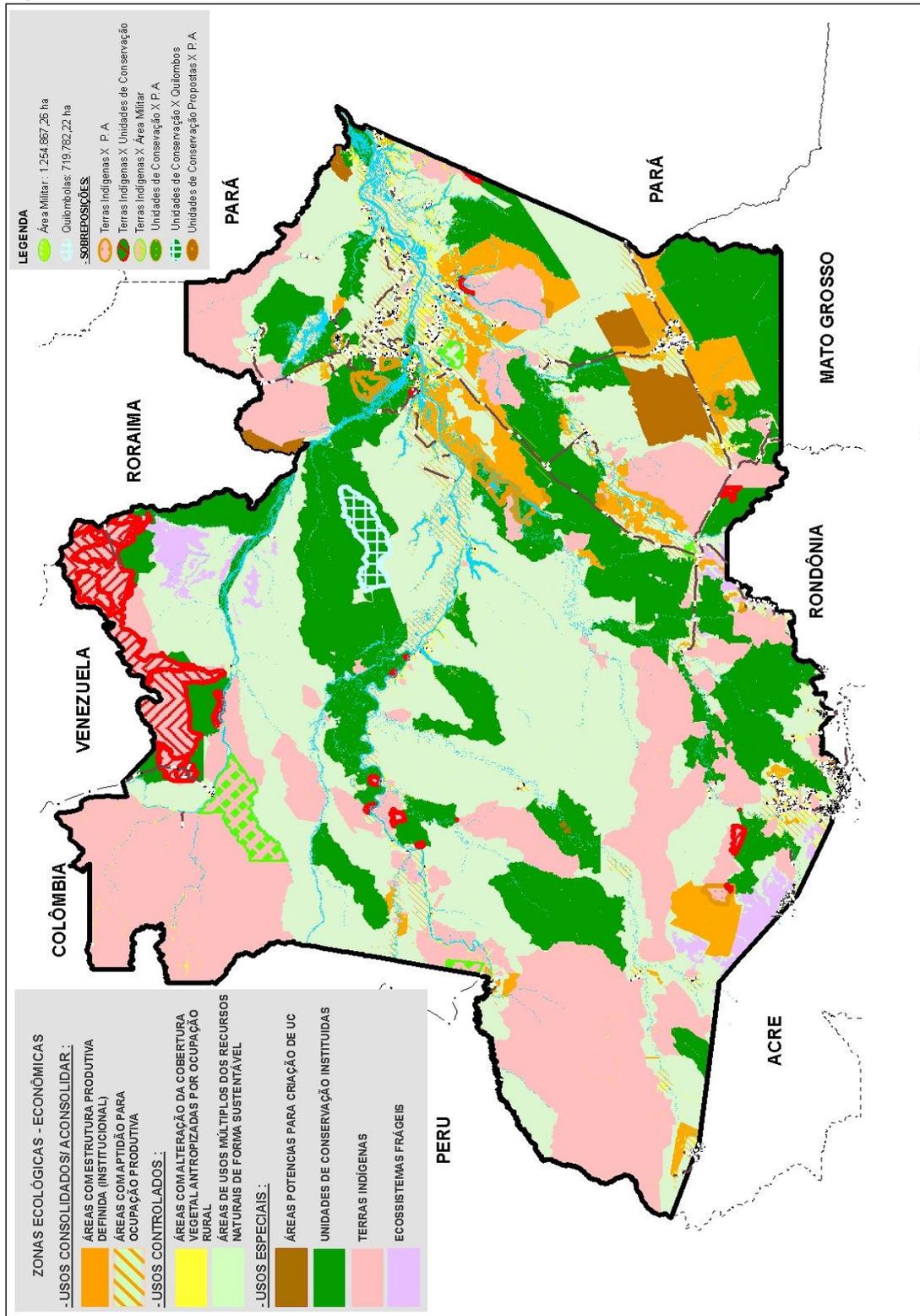
orientação. O Sistema de Informação Geográfica do MACROZEE foi preconizado em duas fases: a primeira, construída a partir de bases pré-existentes (Áreas Protegidas, Terras Indígenas, Projetos de Assentamento e áreas antropizadas).

A segunda, pós-consultas públicas, obteve a inserção de demandas dos diferentes setores sociais, agregando dados secundários das populações tradicionais e de trabalhos desenvolvidos por instituições, tais como Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (EMBRAPA,) Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), Companhia de Pesquisas em Recursos Minerais (CPRM), Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis (IBAMA), Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas (IPAAM), Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Instituto Tecnológico do Amazonas (UTAM), Cooperação Internacional Alemã (GTZ), World Wildlife Foundation (WWF), entre outros.

O mapa-síntese, apresentado a seguir, resultou, segundo registros documentais do governo do estado do Amazonas, de informações do Macro Zoneamento Ecológico-Econômico (MZEE), que atenderam demandas de estruturação de informações integradas do estado, contendo dados primários e secundários dos meios físico, biótico e socioeconômico.

Dentre outras informações que foram consolidadas com os trabalhos do ZEE, como solo, geologia, situação fundiária, polos de turismo e áreas protegidas, destaca-se o item que aborda as potencialidades produtivas agroextrativistas.

Figura 09



Mapa Síntese do ZEE do estado do Amazonas, Março/2010

Fonte: SDS

A leitura do mapa permite concluir que o atual estágio de conservação dos recursos naturais, no estado do Amazonas, permitiu a preservação e a

conservação da sua biodiversidade. Segundo as fontes governamentais, foram facultadas às populações tradicionais as possibilidades de usar esses recursos na forma de ativos naturais, transformando-os em riquezas geradoras de ocupação e renda.

Por todas as regiões do território estadual existem ativos naturais passíveis de serem transformados, de forma sustentável, em arranjos produtivos para fins econômicos, com baixo impacto ambiental, com substantivo resultado de inclusão social e estimuladores da dinâmica econômica da economia rural no interior do estado.

Assim, os Arranjos Produtivos Locais (APLs), divididos nos polos de piscicultura, fruticultura, madeiras nobres e tubérculos, de um lado; e polo madeireiro/naval e cerâmico, de outro, passaram a ser estimulados pelo governo do Estado, no período que se sucedeu à conclusão dos primeiros produtos cartográficos do ZEE, enquanto alternativas de geração de emprego e renda.

Os relatórios oficiais expedidos pelas agências do Estado dão conta dos seguintes dados de implantação desses arranjos: a cadeia produtiva da castanha-do-brasil é considerada hoje referência nacional na política federal do agroextrativismo; o (APL) do guaraná nativo e orgânico do povo indígena Sateré-Mawé, na mesorregião do Baixo Amazonas, no estado do Amazonas; o APL do cacau nativo e orgânico dos ribeirinhos do município de Urucurituba, na mesorregião do Médio Amazonas; o APL do pirarucu manejado, na região do Médio Solimões; o APL da borracha nativa dos vales dos rios Juruá, Purus e Madeira; o APL da madeira manejada da mesorregião do Alto Solimões; os

APLs dos óleos de andiroba e copaíba distribuídos por todo o território estadual.

Os dados obtidos junto aos órgãos estaduais responsáveis pelas políticas de desenvolvimento sustentável, implantadas no Amazonas, apontam para um cenário onde milhares de agroextrativistas familiares já estão desenvolvendo arranjos produtivos locais a partir dos ativos naturais, constituindo modos de geração de ocupação e renda no meio rural. Entretanto, segundo avaliação dos gestores dessas intervenções, também se verifica a necessidade de mais apoio para melhor estruturação dos APLs, especialmente no tocante à gestão de conhecimento e apoio à comercialização.

CAPÍTULO II

2. DINÂMICA E SIMBOLISMO DO PODER NA GESTÃO AMBIENTAL DO BAIXO RIO NEGRO-AM

Em tempos de discursos, cada vez mais contundentes, em torno da necessidade premente de adotar novas atitudes que possam mediar a relação homem e natureza, bem como quanto à adoção de ações de intervenção frente à gestão dos recursos naturais dos quais fazemos uso diário, como o ar, a necessidade de averiguação do que existe de teatral na dinâmica sociopolítica, identificada nesse processo, transforma-se em empenho metodológico acolhido com entusiasmo pelas teorias críticas da contemporaneidade.

Para esse investimento, importantes posicionamentos teóricos, como os de GEERTZ (1980), e BOURDIEU (1989) e BALANDIER (1997), podem ser utilizados como base analítica, desde que se considerem suas formulações quanto ao aspecto simbólico que está presente no exercício do poder político, que nessa tese é analisado em relação às estratégias distintas, adotadas no âmbito federal e estadual para a gestão ambiental e territorial na região do Baixo Rio Negro, no estado do Amazonas.

GEERTZ (1980) recorda que há três temas etimológicos concentrados no interior do discurso político moderno do Estado, a saber: o *status*, a pompa e o governo. É característico, nesse, discurso que o governo tenha vindo dominar o termo. Entretanto, o autor considera enquanto fundamental as dimensões simbólicas do poder nos estudos da teoria política.

A contribuição de GEERTZ (1980) dá conta de que as visões sobre o Estado geralmente reduzem os aspectos semióticos e simbólicos a folclores em sentido pejorativo, que escondem a exploração, incham a autoridade ou moralizam o procedimento.

Em “*O Negara: o Estado Teatro no século XIX*”, GEERTZ (1980) realiza a elaboração de uma poética do poder e não somente uma dinâmica do poder, como se costuma destacar no âmbito dos estudos sobre o governo. Assim, afastando-se das correntes que fundamentam o poder numa coerção ou no segmento das elites, entende que o que caracteriza o ser humano não é o fato de viver num mundo material, circunstância por outra parte comum com o resto das espécies animais, senão o fazê-lo segundo um esquema significativo de que só a humanidade é capaz. Por isso, adverte, não se pode pensar o plano simbólico como algo menos real que o prático.

Sendo assim, o poder político não pode dar-se a existir sem o poder simbólico, pois este se relaciona com o objetivo de atingir o sucesso. Ou seja, poder e simbolismo estão intimamente relacionados. Porém, esse tipo de poder, assim presente, encontra-se mascarado, razão pela qual são necessários investimentos metodológicos para compreendê-lo, tal como também adverte BOURDIEU (1989), para quem o poder corresponderia a

(...) uma espécie de «círculo cujo centro está em toda a parte e em parte alguma» - é necessário saber descobri-lo onde ele se deixa ver menos, (...) o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem (1989: 7-8).

Cabe aqui questionar se a política-teatro não seria uma constante no universo político das nossas sociedades, como destaca BALANDIER (1997):

(...) todo o universo político é um palco ou de uma maneira geral um lugar dramático onde são produzidos efeitos. O que mudou particularmente desde alguns decênios são as técnicas utilizáveis para este fim, cuja utilização se modifica segundo o tipo de sociedades (1997: 98).

Desse modo, segundo esse último autor, as novas condições técnicas e culturais, em seu significado mais amplo, subvertem os dispositivos necessários ao funcionamento da teatrocracia, a qual corresponderia a uma encenação na qual o poder se mostra com outra aparência, distinta da sua essência, como assinala BALANDIER, fazendo assim com que o poder político esteja a efetivar-se por intermédio do acesso a novas fontes relativas à tecnologia, ao simbolismo e ao imaginário político, adequando-se ao contexto social ao qual pretenda se aplicar.

É neste sentido que no estado do Amazonas pode-se acenar para a elaboração de uma prática mais performática no exercício do poder, quando se observa, de forma mais atenta, as ações dos sujeitos do ordenamento territorial, no caso resultante da convergência entre gestão ambiental e gestão territorial no período de 2003 a 2010. Nesse período, o governo do Amazonas oscilou entre duas posturas: uma preservacionista, em suas investidas para adequar-se a uma ordem global no que se refere à adoção de uma política ambiental para seu território e, recentemente, apresenta uma postura mais conservacionista, assumindo posição de liderança nacional e internacional, ao

sancionar duas leis inovadoras sobre o tema das mudanças climáticas e unidades de conservação.

A Lei nº 3.135, de 05 de junho de 2007, sobre Mudanças Climáticas, Conservação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas foi pioneira em definir o conceito de serviços ambientais; e a Lei complementar nº 53 estabeleceu critérios e normas para o Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC), sendo essa lei considerada pelas instituições governamentais um marco histórico para a conservação da biodiversidade e da qualidade de vida das populações tradicionais do estado. O documento estabelece a oferta e a manutenção dos serviços ambientais pelas Unidades de Conservação do Amazonas.

Ao considerar que, nesse estado, a ação performática do poder tem se realizado através da difusão do ideário que associa a conservação da biodiversidade à qualidade de vida da população que habita em áreas protegidas, como destacada a seguir, no texto da Lei complementar nº 53, de 05 de junho de 2007, que cria o Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC), e no da Lei nº 3.355, de 26 de dezembro de 2008, que cria a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Negro. Nesta última investidura jurídico-administrativa, pode-se supor que o argumento da preservação ambiental chega com mais poder de persuasão aos moradores das áreas alvo de políticas ambientais de caráter conservacionista e que contemplam ações de ordenamento territorial.

Vejamos:

Art. 4.º O SEUC **tem os seguintes objetivos:** (...) - promover o desenvolvimento sustentável e **a melhoria da qualidade de vida das**

populações locais, regionais e globais, especialmente das comunidades tradicionais (Lei complementar nº 53 de 05/06/2007- grifo nosso)

Quanto à RDS

Art. 3º - A RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO RIO NEGRO **tem como objetivo** básico preservar a natureza e, ao mesmo tempo, assegurar as condições e os meios necessários para a reprodução e **a melhoria dos modos e da qualidade de vida e manejo dos recursos naturais pelas comunidades tradicionais**, bem como valorizar, conservar e aperfeiçoar o saber e as técnicas de manejo do ambiente, desenvolvido por essas populações. (Lei nº 3.355, de 26/12/2008-grifo nosso)

Dessa forma, a gestão ambiental pressupõe muitas vezes a gestão do ordenamento territorial, tanto que os dados percentuais divulgados pelas agências oficiais mostram um cenário que denota o estabelecimento de um Estado que tem se pautado na busca de um novo comportamento frente às questões ambientais de nível local, mas também promovendo reflexos em nível global. Como exemplo, desfilam-se dados estatísticos frequentemente divulgados, que se reportam à redução do desmatamento no interior da região amazônica, mais precisamente nas áreas protegidas, como as RDS's do Amazonas.

Segundo informações do Instituto de Pesquisas Espaciais (INPE), é nas UCs estaduais que se observam as menores taxas de desmatamento. Em 2008, foram registrados 33,28 km² de desmatamento nessas áreas. Em 2010, a área desmatada foi de 5,31 km², representando uma redução de 84%.(Disponível no site <http://www.sds.am.gov.br>).

Por outro lado, o aspecto do exercício do poder toma corpo quando se verifica que, entre 2003 e 2006, houve um aumento de quase 128% na superfície das UCEs, passando de 7,4 milhões de hectares, até 2002, para 16,9 milhões de hectares em 2006. Atualmente, as UCEs somadas às federais correspondem a mais de 22% da superfície total do estado. Além disso, há 45,7 milhões de hectares de terras indígenas, das quais mais de 85% já foram demarcadas.

Tal categorização parte de uma autoridade que exerce o poder, que se impõe em seu papel de estabelecer a ordem, que, no caso do campo político, segundo BOURDIEU (1989), tem base nas relações de força entre os agentes (indivíduos e grupos) e as instituições que lutam pelo monopólio da autoridade. Cria-se ainda um discurso performativo, produzindo um fenômeno ao qual ele denominou *magia social*, e que consiste em “trazer à existência a coisa nomeada” (BOURDIEU, 1989, p. 16).

Assim, ao referir-se a Unidades de Conservação como Reservas Extrativistas (RESEX), Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) ou Parques Nacionais (PN), imediatamente se nos apresenta à mente determinadas regiões delimitadas com certas características de espacialização, infraestrutura ou uso dos recursos naturais conforme as especificidades de cada uma delas.

Um aspecto que se coaduna com a tese de um posicionamento mais conservacionista que preservacionista na política ambiental implantada no Amazonas, e no período em análise, é que 80% das UCs criadas até 2005 são reservas de uso sustentável. Essa categoria de conservação contribui para

aumentar a popularidade das UCs entre a população rural e estimula os habitantes locais a assumirem uma postura voltada à proteção dos recursos naturais. Além disso, contribui para a incorporação de políticas de produção, desenvolvimento sustentável e preservação da biodiversidade.

Nesse contexto, o papel dos sujeitos do ordenamento territorial no Amazonas pode ser revelado a partir da investigação dos mecanismos de participação na gestão, da formulação e do conteúdo das políticas públicas, dos resultados observados e, por fim, da correlação entre a política ambiental e a política territorial do Estado.

O governo do estado do Amazonas, no período de 2003 a 2010, ao priorizar o desenvolvimento sustentável como marca de qualidade na sua gestão e consequentes programas, determinou à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável (SDS) a retomada de ações para levar à conclusão o ZEE do estado dentro desse período. Antes, as ações voltadas ao ZEE nesse estado eram desenvolvidas no âmbito do PGAI-AM, sob a coordenação do IPAAM. Dessa forma, o objetivo maior estabelecido para o ZEE do Amazonas foi o de possibilitar o uso desse instrumento por diversos segmentos do aparato administrativo de governo.

Orientava-se, assim, a condução de seus planejamentos estratégicos, territoriais e de gestão de ecossistemas, onde o conjunto de produtos cartográficos obtidos permitiria conhecer mais claramente a forma como o espaço amazônico vem sendo utilizado. E se essa forma de uso está em concordância com as potencialidades naturais de determinada localidade.

Assim, os organismos de planejamento e fomento às atividades produtivas estariam direcionando seus programas para que eles ocorressem em locais onde a vocação natural fosse compatível, facilitando a execução e fiscalização adequadas de planos de controle ambiental e/ou de recuperação de áreas degradadas e minimizando, portanto, o risco de uso não sustentável.

Contudo, é de se questionar se este empenho em direcionar as atividades produtivas, a partir do aproveitamento econômico de zonas definidas por sua suposta “vocação natural”, não estaria levando à criação de mercados fechados; ou seja, mercados que refletem uma forma de tutela comercial, onde as atividades a serem desenvolvidas pelos sujeitos são pré-determinadas pelos órgãos de Estado ligados à gestão ambiental.

2.1. Formas de recrutamento e produção de adesões

2.1.1. O pagamento pelos serviços ambientais em RDS no Amazonas

No período de 2003-2007, a Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Estado do Amazonas formulou e coordenou a implantação de uma série de instrumentos inovadores de políticas públicas voltadas para a promoção do desenvolvimento sustentável, com especial ênfase para a conservação ambiental, combate à pobreza e mudanças climáticas. Dentre essas ações, destaca-se a criação do Programa Zona Franca Verde (ZFV), embasado no incentivo à produção florestal,

agropecuária e pesqueira, visando ao desenvolvimento econômico, social e ambiental no Amazonas.

Nesse estado, “Zona Franca” é uma expressão que remonta a um contexto de promoção de emprego e renda iniciado em 1967, com a criação do Pólo Industrial de Manaus (PIM), tendo por base uma política de incentivos fiscais que dinamizou as atividades produtivas no Amazonas, gerou vários postos de trabalho e, conseqüentemente, ampliação de renda. Esse fato foi muito significativo para a população amazonense, que havia enfrentado um longo período de estagnação econômica após o declínio da economia gomífera na virada do séculos XIX para o século XX, baseada na extração e comercialização do látex.

O termo "verde" associado à expressão “Zona Franca” nos remete à floresta e à utilização de seus recursos naturais. Portanto, "Zona Franca Verde" define-se como um programa de geração de emprego e renda, a partir do uso sustentável dos recursos naturais de florestas, rios e lagos, com o objetivo de *valorizar a floresta em pé* e buscar a promoção de melhoria na qualidade de vida das populações que habitam as regiões alvo desse programa.

No que se refere à promoção do desenvolvimento econômico e social, VIANA (2008) acredita ser necessária a formulação de diferentes estratégias para cada subregião da Amazônia, tendo em vista que se trata de espaço claramente heterogêneo, segundo contextos diversos e particulares. Assim, a região mais conservada da floresta Amazônica, que é chamada de "Amazônia Profunda", dentro da qual se situa a maior parte do estado do Amazonas, foi definida como área focal de um programa que se baseia no pagamento por

serviços ambientais, direcionado aos habitantes de Reservas de Desenvolvimento Sustentável Estaduais, denominado Programa Bolsa Floresta, um subprograma do Zona Franca Verde.

A legítima significação que envolve a denominação dada ao Programa Zona Franca Verde e ao Programa Bolsa Floresta atua como um elo entre o homem do interior e o meio em que vive, levando-o a uma aceitação mais rápida das limitações impostas pelos programas propostos para atingir seus objetivos, posto que eles envolvem, em última escala, a redução do desmatamento por derrubadas, queimadas e, com isso, a redução de emissão de carbono (CO₂), que leva ao processo de mudança climática. No trecho da narrativa a seguir apresentado é possível perceber essa associação e, conseqüentemente, a aceitação.

Primeira coisa é que nós não podemos mais desmatar a floresta, e eu apoio isso aí. Sobre as outras coisas eu já quase não entendo. Hoje nós não temos mais terra aqui, hoje nós somos morador (...) ninguém pode mais entrar nas florestas como se fazia de primeiro, que a gente entrava nessas matas e, como diz o pessoal, (abusava né?). Hoje não, hoje nós temos uma lei que nós não podemos mais cortar madeira, né? E não se pode ir contra a lei. (Sr. R. N., 78 anos, comunidade Nova Esperança, entrevista realizada em maio de 2011)

A região denominada Amazônia Profunda é caracterizada por uma pequena taxa de desmatamento, inferior a 2%, elevada proporção de áreas protegidas, tais como Terras Indígenas e UCs, presença de populações tradicionais e indígenas e dificuldade de acesso por estradas. O programa de incentivo financeiro aos moradores das UCEs, classificadas como Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS), é uma proposta que foi formulada no

âmbito da Lei Estadual nº 3.135 sobre Mudanças Climáticas, de 05 de junho de 2007, e vem sendo aprimorada desde então.

O auxílio em dinheiro concedido por meio do Programa Bolsa Floresta é entendido pelos porta-vozes do governo como um incentivo necessário para que os beneficiários do programa evitem, em suas atividades produtivas, a adoção de práticas que promovam o desmatamento, entendendo, assim, que a conservação das florestas resulta das atitudes deles. Desse modo o papel de “guardiões da floresta” é legado a moradores de Unidades de Conservação, beneficiários de programa de pagamento por serviços ambientais que, dessa posição ou reconhecimento, assumem uma postura pautada na tomada de consciência que os leva a uma orientação de cunho ambiental, qual seja a de não praticar atividades impactantes ao meio em que vivem. Assim, para que prestem esse serviço, o mecanismo utilizado foi o de auxílio financeiro, de programas educacionais e também de incentivos para que as terras tradicionalmente ocupadas continuem a ser trabalhadas de forma tradicional.

Entretanto, o que se percebe é que, no entendimento dos porta-vozes das agências que conduzem o programa, tais atividades devem estar condicionadas ao alcance da perspectiva de *sustentabilidade* que de fato se assemelha a uma forma de mercado tutelar, onde as práticas produtivas são, em grande medida, orientações externas, refletindo assim o sentido no qual o poder é exercido nas relações que envolvem tais sujeitos.

É possível afirmar que o vínculo que envolve essas ações à política de controle de mudanças climáticas define-se como um programa de pagamento por serviços ambientais, associado a toda uma série de normatizações que

propõe um novo padrão de relacionamento dos sujeitos em relação ao aproveitamento econômico dos recursos naturais. Ela se configura por uma lógica desenvolvimentista, que rege, em grande medida, o comportamento político-econômico mundial na contemporaneidade.

A compreensão do processo de implantação desse programa de pagamento por serviços ambientais dá conta de que diversos segmentos sociais participaram das discussões que estabeleceram os critérios de distribuição do Programa Bolsa Floresta, programa que foi gestado na Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Estado do Amazonas. Para gerenciar o Programa, que conta com financiamento do governo do Estado do Amazonas, Coca-Cola e Bradesco, foi criada, em dezembro de 2007, a Fundação Amazonas Sustentável (FAS)¹⁰.

Essa parceria público-privada que toma forma no montante do capital empregado na execução desse programa nos parece corresponder a uma estratégia de alicerçar as ações de gestão ambiental no atendimento a interesses oriundos de um mercado mundial interessado no usufruto desses recursos, como o ar, e que paga por isso, de forma a manter as estratégias de sobrevivência dos sujeitos que habitam as áreas de proteção ambiental limitada à manutenção desses sistemas que promovem a vida na terra.

¹⁰ A Fundação Amazonas Sustentável foi criada para gerenciar o Programa Bolsa Floresta. É uma instituição de direito privado. A FAS começou suas atividades com um capital de R\$ 40 milhões, metade do qual foi aportado pelo governo do Amazonas (conforme a Lei Estadual nº3.184) e a outra pela instituição financeira Bradesco. Os recursos aportados devem ser integralmente investidos em aplicações financeiras, e apenas os seus rendimentos usados nas ações socioambientais da Fundação. Ver sites: www.fas-amazonas.org e http://www.florestavivaamazonas.org.br/bolsa_floresta.php

Logo após sua criação, a equipe da FAS realizou os trabalhos de localização e cadastramento das famílias moradoras de comunidades em UCs do estado do Amazonas. Em 2008, iniciaram-se os pagamentos dos benefícios às famílias cadastradas no programa, que beneficia famílias moradoras de comunidades rurais localizadas dentro de Unidades de Conservação Estaduais, como Reservas Extrativistas (RESEX) e as Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS), incentivando o desenvolvimento de atividades econômicas de baixo impacto ambiental. A finalidade apresentada pelo governo do Estado seria a de promover o pagamento por serviços ambientais às comunidades tradicionais¹¹ residentes nessas unidades, objetivando também incentivar políticas voluntárias de redução do desmatamento.

O Programa Bolsa Floresta é o primeiro projeto brasileiro que alcançou certificado internacional para recompensar e melhorar a qualidade de vida das populações tradicionais ao contribuírem na manutenção dos serviços ambientais prestados pelas florestas tropicais; e, assim, para colaborar na redução do desmatamento e valorização da *floresta em pé*.

Segundo SCHERER e CARDENES (2010), as bases do Bolsa Floresta estão na combinação dos programas Eco-Taxas, existente na Costa Rica, e do Guarda- Bosques, existente na Colômbia, ambos associados ao Bolsa Família, programa de transferência de renda desenvolvido pelo governo federal brasileiro.

¹¹ A definição do conceito de *povos tradicionais* – ou *populações tradicionais* – surge no ensejo desta discussão primordialmente política, de definição dos direitos de grupos humanos de viverem nas terras que tradicionalmente ocuparam e trabalharam. Sobre essa discussão ver ALMEIDA (2006) e LITTLE (2000).

Ele possui quatro componentes conforme destacado a seguir por (VIANA, 2008).

1. O Bolsa Floresta Familiar (BFF) consiste no pagamento de uma recompensa mensal de R\$ 50,00 às famílias residentes nas UCs e que estejam dispostas a assumir um compromisso de desmatamento zero (em matas primárias). É permitido o desmatamento de capoeiras, que é parte dos sistemas tradicionais de produção. O BFF não deve ser entendido como principal fonte de renda das famílias, mas sim como um complemento de renda, pago a título de recompensa pela conservação da floresta e investimento na cadeia produtiva de serviços ambientais.

2. O Bolsa Floresta Associação (BFA) destina-se às associações dos moradores das UCs do estado do Amazonas, equivale a 10% da soma de todas as BFF. Sua função é fortalecer a organização e o controle social do programa. É considerado um dos programas de maior destaque na história da Amazônia quanto ao fortalecimento das organizações de base comunitária. O BFA estimula o controle social do PBF, visando ao cumprimento de suas regras e termos de compromisso.

3. O Bolsa Floresta Renda (BFR) é o componente destinado ao apoio à produção sustentável: peixe, óleos vegetais, frutas, madeira manejada, mel etc. São elegíveis todas as atividades que não produzam desmatamento e que estejam legalizadas. O valor médio anual é de R\$ 4 mil por comunidade, considerando em cada comunidade uma média de 11,4 famílias.

4. Por fim, o Bolsa Floresta Social (BFS), no valor médio anual de R\$ 4 mil por comunidade, é destinado à melhoria de educação, saúde, comunicação e transporte, componentes básicos para a construção da cidadania dos *guardiões da floresta*. As ações são desenvolvidas em colaboração com os órgãos governamentais responsáveis e instituições parceiras.

Os programas de apoio ao PBF têm a função de realizar as ações de caráter estruturante e de longo prazo:

a) Programa de apoio à saúde e educação

Os projetos de saúde e educação estão voltados para parcerias com o governo do estado, com as prefeituras municipais e instituições de pesquisa, visando ao alcance das metas do milênio da ONU.

b) Programa de apoio à produção sustentável

Os projetos para a produção sustentável buscam estimular atividades que permitam a dinamização de cadeias produtivas pesqueiras e florestais, madeireiras e não madeireiras. A prioridade é o desenvolvimento e uso de novas tecnologias, de modo a melhorar a competitividade das etapas de coleta, transporte, armazenamento, beneficiamento e comercialização de produtos de origem sustentável.

c) Programas de apoio em fiscalização e monitoramento

Os projetos de fiscalização buscam aportar agilidade, tecnologia e inovação para o processo de prevenção e combate ao desmatamento nas UCs

envolvidas no PBF. O monitoramento ambiental está focado em avaliar a dinâmica de emissões e sequestro de carbono florestal nas UCs.

d) Programas de apoio à gestão de Unidades de Conservação

O programa da FAS de gestão apoia a elaboração e implementação de planos de gestão das UCs pela SDS/SEUC e por cogestores.

e) Programas de apoio ao desenvolvimento científico

O programa da FAS de apoio ao desenvolvimento científico é voltado especialmente para trabalhos e estudos referentes aos estoques e à dinâmica de carbono da floresta nas UC.

Em novembro de 2012 o Programa Bolsa Floresta (PBF) recebeu menção honrosa na edição 2012 do Prêmio Celso Furtado de Desenvolvimento Regional, promovido pelo Ministério da Integração Nacional (MI). Segundo notícia veiculada no site da Fundação Amazonas Sustentável em 26/11/12, o programa foi destaque na categoria Práticas Exitosas de Produção e Gestão Institucional, uma das três que visam à promoção de medidas concretas para a redução das desigualdades e aumento de oportunidades no Brasil. (Disponível no site <http://fas-amazonas.org>, acesso em 26/11/2012)

Esse fato contribui para o aumento da visibilidade da ação do governo do estado do Amazonas no que diz respeito à gestão ambiental desenvolvida na última década, o que ressalta ainda o caráter performático (BALANDIER, 1997) que atribuo a essa esfera de gestão através de estratégias como o pagamento por serviços ambientais.

2.1.2. As Experiências Zona Franca Verde e Bolsa Floresta

Antes da implantação do Programa Bolsa Floresta (PBF), o Programa Zona Franca Verde (ZFV), iniciado em 2003, teve como base o equilíbrio entre os fatores econômico, social e ambiental no incentivo a atividades produtivas desenvolvidas no meio rural amazônico. Desde a criação do programa, o suposto apoio dado ao produtor rural pelo Estado tem se orientado no sentido de oferecer suporte e tecnologia para o desenvolvimento de atividades que garantam, ao mesmo tempo, o uso sustentável dos recursos naturais e a geração de renda aos trabalhadores. Esse estímulo tem se apoiado em ações de crédito, suporte técnico e comercialização das produções, procedimentos aprovados como grande diferencial do programa.

Hoje, toda a produção intermediada pela Agência de Desenvolvimento Sustentável (ADS), é vendida ao Estado, supermercados, empresas do Polo Industrial de Manaus, Exército Brasileiro, além de ter alcançado entrada no mercado nacional e internacional em 2010. Os resultados numéricos das ações realizadas pelo governo do Estado, no que tange à construção de um novo paradigma de comportamento da sociedade em relação à floresta, demonstram que o desmatamento, que era de 1.582 quilômetros quadrados por ano em 2002-2003, caiu gradativamente até 780 km² em 2005-2006: 51% a menos. Nesse período a economia estadual cresceu cerca de 12% ao ano, quatro vezes mais do que a média nacional (SDS, 2009).

As florestas cobrem hoje 98% da superfície do estado e as unidades estaduais de conservação cresceram 135%. Os preços da andiroba, da castanha, da borracha e de outros produtos da floresta, mais do que dobraram.

O pagamento por serviços ambientais pelo Programa Bolsa Floresta criou uma recompensa para as populações tradicionais e indígenas que assumem o compromisso de desmatamento líquido zero.

A implantação do Programa Bolsa Floresta ocorreu em setembro de 2007 (em qual UC?) e, após um ano, em setembro de 2008, já havia 4.244 famílias cadastradas. E dentre elas, 2.702 famílias aptas para o recebimento da Bolsa Floresta Família. A diferença entre esses números é resultado da falta de documentação das famílias. Muitas delas não possuíam registro de nascimento e outros documentos de identificação necessários ao estabelecimento de uma relação institucionalizada junto aos órgãos representantes do poder estatal.

Contudo, observou-se um aumento na eficiência nos procedimentos de cadastro ao longo do processo de implantação, associado que foi a um maior treinamento da equipe técnica especializada e a ações de cidadania, isto é, as que visam acelerar a expedição de documentos em parceria com outras instituições governamentais. Em março de 2011, o programa Bolsa Floresta atingiu sua implantação em quinze UCEs, sendo mantido esse número de UCEs até a consulta realizada em dezembro de 2012, como pode-se observar no quadro a seguir,

Figura 10

UNIDADE CONSERVAÇÃO	Nº de Comunidades	No.Famílias beneficiadas		Total pessoas beneficiadas	
		BF RENDA, SOCIAL E ASSOCIAÇÃO	BOLSA FLORESTA FAMILIAR	BF RENDA, SOCIAL E ASSOCIAÇÃO	BOLSA FLORESTA FAMILIAR
RDS MAMIRAUÁ	170	1.947	1.724	9.118	8.067
RDS AMANÁ	63	752	726	3.598	3.482
RESEX CATUÁ-IPIXUNA	13	215	184	1.050	905
FLORESTA MAUÉS	21	711	628	3.026	2.741
RDS CANUMÁ	15	313	309	1.317	1.301
RDS PIAGAÇU-PURUS	52	752	690	3.715	3.435
APA RIO NEGRO	16	329	328	1.277	1.276
RDS RIO NEGRO	19	526	489	1.797	1.682
RDS UATUMÁ	20	390	325	1.406	1.229
RDS CUJUBIM	8	44	23	206	106
RDS UACARI	30	289	265	1.484	1.353
RESEX RIO GREGÓRIO	25	162	154	801	766
RDS JUMA	37	461	416	1.925	1.762
RDS RIO AMAPÁ	10	386	326	1.500	1.347
RDS RIO MADEIRA	42	922	884	3.412	3.273
TOTAL	541	8.199	7.471	35.632	32.725

Balço do Programa Bolsa Floresta, outubro/2012 - Fonte: Fundação Amazonas Sustentável (disponível no site <http://fas-amazonas.org>, acesso em 10/12/12)

Como afirma BRUNET (2004), ao considerar a temática em plano mais geral ou abstrato, as ações públicas de intervenção territorial levam ao processo histórico de interação entre Estado e comunidades locais, especialmente na elaboração de ações definidas em função do território como unidade administrativa. Assim, o território corresponderia a um componente essencial a ser levado em consideração nas atuais formas de organização político-administrativa, especialmente no âmbito de um contexto de descentralização. Esse contexto de descentralização, enquanto uma realidade vivida no âmbito da ação político-administrativa em nível global, permite conjecturar sobre um processo crescente de politização por parte das comunidades locais, associado, quase que inevitavelmente, a uma ampliação do prestígio político dos atores que buscam atender às diversas demandas localizadas, todavia, a partir da e no bojo da elaboração dessas intervenções.

No caso mais específico do PBF, podemos elaborar algumas aproximações entre a atual intervenção do Estado e aquela das prelaças no estado do Amazonas, em 1974, conforme análise apresentada por NEVES

(2006), principalmente no que diz respeito à produção de um tipo de pertencimento social, à comunidade, distinto da forma original de organização social existente antes do início dessa atuação.

Segundo NEVES,

Foi na “Prelazia de Tefé que foram instituídas as Pastorais, agregação a partir da qual foi coletivamente elaborado o ideário humanitário e cristão que estimulou os *ribeirinhos*” à luta pela preservação dos lagos [...] “o corpo de agentes da Prelazia de Tefé conseguiu, a partir da década de 80, organizar uma atuação sistemática em agrupamentos redimensionados enquanto *comunidades de base*”, com atuação na preservação ambiental, e apoio do IBAMA, em torno da sustentabilidade ambiental (NEVES, 2006, p. 9)

Esse contexto de luta pela conservação dos lagos, na região dos municípios de Coari e Tefé, envolvendo um trabalho intenso de mobilização comunitária a partir da atuação da Pastoral da Terra e do Movimento Eclesial de Base, será abordado no capítulo IV desta tese. Entretanto, no caso do PBF, que tem atuado nas comunidades, contribuindo para a produção de um modelo específico de organização comunitária, principalmente a partir do incentivo às famílias para se organizarem enquanto unidades centradas na forma de atuação comunitária e na produção coletiva, acordam-se regras de proteção ambiental, tais como: não desmatar e não produzir queimadas.

Assim, os dirigentes das associações de moradores, representados como líderes comunitários, são, necessariamente, integrados à interlocução entre comunitários e porta-vozes do Estado e, na maioria das vezes, ocupam tais cargos de liderança em função de maior disponibilidade de tempo para se dedicar a tal trabalho, pois requer deles uma dedicação que nem todos podem

disponibilizar. A esse respeito vale ressaltar que, na categorização de RDS, a organização comunitária tem se dado em dois níveis, em que cada comunidade, possuindo sua Associação Comunitária com um presidente, um vice-presidente e um tesoureiro, ainda conta com a Associação das Comunidades da RDS que, no caso da região do Baixo Rio Negro, analisada neste investimento, é tratada pelos comunitários como “Associação-Mãe”.

Essa Associação, criada no âmbito da formulação do Programa Bolsa Floresta, possui um papel de fiscalizar a implantação, nas comunidades, dos projetos que recebem o emprego de recursos oriundos dos distintos componentes do Programa Bolsa Floresta, bem como de denunciar ocorrências de irregularidades ao CEUC e a outros órgãos de fiscalização, conforme declarações do presidente e do tesoureiro da Associação das Comunidades da RDS do Rio Negro, em entrevista realizada na base flutuante do CEUC, em Novo Airão.

Nós somos ouvidores da Reserva (...) e nós estamos andando também verificando as obras que estão sendo feitas. Por exemplo, a comunidade pediu a construção de uma escola, aí nós vamos lá ver como é que tá a escola. Se a escola não tá no padrão nós vamos lá com a Fundação saber porque aquela escola tá assim. (J. R., tesoureiro da Associação das Comunidades da RDS do Rio Negro, Comunidade Terra Preta, entrevista realizada em maio/2011)

Se, por exemplo, eles estão com um problema lá na Terra Santa. Aí eles ligam pra gente: – Olha, vem aqui, tem um problema aqui, a gente quer uma licença ambiental pra fazer um ramal. Aí a Associação vai lá, notifica, traz o problema e se for um problema de fiscalização traz o problema pro CEUC. Aí o CEUC dali vai lá. (...) É isso aí. Um fiscaliza o outro. A fundação fiscaliza nós. Nós fiscaliza a fundação. Nós fiscaliza a comunidade, a comunidade fiscaliza a gente

entendeu? (Sr. D., presidente da Associação das Comunidades da RDS do Rio Negro, comunidade Saracá, entrevista realizada em maio/2011)

O fortalecimento desse ambiente de fiscalização mútua leva à compreensão de tal situação a partir da ideia de panótipo, em que todos 'vigiam' todos e a comunidade, como unidade política, faz com que surjam novas percepções acerca dessa unidade social de pertencimento. Surge, assim, enquanto valor, um novo tipo de comunidade, atribuindo, supostamente, às associações de moradores, muito mais poder relativamente ao que detinham antes da implantação do Programa Bolsa Floresta.

Entretanto, constitui-se em desafio, para as lideranças locais, a manutenção desse ambiente de colaboração com os preceitos de comunidade voltada à preservação ambiental nos moldes propostos pela Política Estadual Sobre Mudanças Climáticas, pois, ao se pagar uma bolsa no valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais), por família, como incentivo à conservação ambiental, os porta-vozes do Estado promovem a reunião dos comunitários em associações.

Neste caso, os comunitários, são representados pelo presidente da comunidade, isto é, de agregação instrumental à obtenção de outros benefícios definidos como componentes de outros programas. Ao Bolsa Floresta Renda se acresce o Bolsa Floresta Social, ambos procedimentos de transferências condicionais de recursos à comunidade, isto é, aos comunitários em exercício da instituição dos bens comuns.

No processo atual, não há um esforço de promover agrupamentos de casas e famílias em um espaço comunitário, como colaboraram as prelazias

em Tefé-AM. No caso deste programa, os agrupamentos deveriam ser delimitados pelas famílias que residem nessas localidades e que se filiam à Associação Comunitária. Em muitos casos o trabalho de expressão da comunidade por agregação física e social de famílias já se encontrava consolidado, posto que aplicado como modelo de gestão da população e dos recursos públicos a serem transferidos.

Por conseguinte, há um fortalecimento da comunidade enquanto unidade política, tanto é que, a partir dela, isto é, de sua expressão objetivante em diversas práticas, insistentemente se cobram das pessoas residentes em áreas de UCs que tenham atitudes comunitárias. Constroem-se, então, os usuários do programa segundo seu próprio modelo normativo. A organização comunitária se torna condição necessária, isto é, componente do Bolsa Floresta Renda e do Bolsa Floresta Social, tanto que eles se exprimem por recursos anuais destinados à comunidade para implantar ações voltadas à promoção de atividades rentáveis para os comunitários, bem como ações voltadas à melhoria de aspectos sociais como saúde e educação.

O consenso acerca do destino dado aos recursos transferidos pelo Bolsa Floresta Renda e pelo Bolsa Floresta Social tem se dado a partir do exercício, qualificado como democrático, já que os comunitários têm que realizar ou perseguir a participação em reuniões comunitárias periódicas, mais frequentes do que antes da implantação desse programa. E ainda a partir da elaboração de projetos apresentados à FAS, instituição que gerencia a aplicação dos recursos do Programa Bolsa Floresta.

Segundo WIGGERS (2009), os resultados desse programa na vida cotidiana das pessoas que formam seu público alvo ainda não podem ser mensurados, mas com certeza haverá mudanças importantes na forma como essas famílias vivem e se organizam. Contudo, em que pese todo um esforço que imprime ao Amazonas o caráter de estado menos desmatado da região Norte, fruto da convergência entre gestão ambiental e territorial na última década, alguns municípios do Amazonas apresentam um perfil que denota uma excessiva valorização do discurso ambientalista de proteção do patrimônio natural. Por essa razão são deixadas, em segundo plano, no nível da gestão federal dessas áreas, as ações de atenção ao patrimônio social e cultural objetivado por e objetivante da contextual condição de humanos habitantes das áreas protegidas.

Tal situação é ressaltada quando se toma como exemplo um município no qual 80% de seu território é formado por áreas de proteção ambiental, definidas entre UCs, TIs e PNs. Tais unidades, em sua maioria, são modalidades de terras protegidas em nível federal e nelas os programas estaduais de compensação financeira por serviços ambientais, como a redução do índice de desmatamento, não se aplicavam até setembro de 2011, quando o governo federal criou o seu programa de compensação por serviços ambientais, o Bolsa Verde, que tem nas suas bases a lógica da transferência de renda, tal como outros tantos programas como é o caso do Bolsa Família.

A justificativa do programa Bolsa Verde, que guarda os mesmos princípios do Bolsa Floresta do Amazonas, tem no apoio financeiro às famílias em situação de extrema pobreza a base para a promoção da conservação ambiental nas áreas onde vivem e trabalham essas famílias. O programa

estaria embasado em dados divulgados pelo governo federal em 2011, pelo qual, das 16,2 milhões de pessoas que vivem em situação de extrema pobreza no Brasil, 47% estão na área rural.

Assim, o Bolsa Verde, um programa do Plano Brasil sem Miséria, voltado a famílias em situação de extrema pobreza que exercem atividades de conservação ambiental, teria como objetivo o incentivo à conservação dos ecossistemas, a promoção da cidadania e o aumento da renda das populações que vivem em unidades de conservação, assentamentos e povos ribeirinhos.

O valor do benefício do Bolsa Verde é de R\$ 300, pagos a cada três meses. O dinheiro pode ser sacado com o cartão do Bolsa Família. Desde o seu lançamento, em setembro de 2011, o programa já beneficiou 32.412 famílias extrativistas, sendo 20.133 de Assentamentos da Reforma Agrária (62,1%), 10.992 famílias de Unidades de Conservação de Uso Sustentável (33,9%) e 1.287 de áreas de ribeirinhos reconhecidas pela Secretaria de Patrimônio da União (4%).

As atividades de conservação ambiental praticadas pelos beneficiários do programa são ações de uso sustentável dos recursos naturais e de manutenção da cobertura vegetal da área onde a família está inserida. São exemplos dessas atividades: o manejo florestal sustentável, madeireiro ou não-madeireiro, os sistemas agroflorestais, o enriquecimento florestal com espécies nativas, a aquicultura e pesca praticada segundo diretrizes de sustentabilidade e demais atividades sustentáveis e agroecológicas que não conflitem com o previsto no instrumento de gestão da área. (disponível em

<http://www.mma.gov.br/informma/item/9014-prefeitos-conhecem-bolsa-verde>.

Acesso em jan.2013)

O lançamento oficial do programa Bolsa Verde, em Manaus, em setembro de 2011, em solenidade no Teatro Amazonas, foi considerado por segmentos da esfera do governo do estado do Amazonas, como ação muito mais que simbólica. Por outro lado, o ato da então presidenta, Dilma Rousseff, poderia estar sendo considerado como um reconhecimento pelo trabalho desenvolvido ao longo dos quatro anos pelo governo do Amazonas, como afirmou o senador Eduardo Braga que, em junho de 2007, à época governador do Estado, criou o Bolsa Floresta, modelo que estaria servindo de base para elaboração do programa Bolsa Verde do Governo Federal.

CAPÍTULO III

3. O MOSAICO DE ÁREAS PROTEGIDAS NO BAIXO RIO NEGRO: “capitalismo domesticado” e projeto civilizatório

A questão proposta no título desse capítulo limitar-se-á pelo caso do município de Novo Airão, localizado no Estado do Amazonas, na região do Baixo Rio Negro. Seu acesso por meio fluvial dista cerca de 130 km a partir de Manaus. São 8 horas de viagem em embarcação denominada regionalmente como “recreio “ e, por via terrestre, percorre-se cerca de 180km indo pela estrada AM 070, Manaus/Manacapuru, onde no km 80 tem-se o acesso à estrada AM 352, percorrendo-se mais 100 km até a cidade de Novo Airão, percurso esse realizado em até 3 horas de viagem.

Figura 11



Vista do Porto de Novo Airão-Am

Fonte: www.pulsarimagens.com.br (acesso em dezembro,2012)

Figura 12



Entrada da cidade de Novo Airão, julho/2010

Foto: Gimima Silva

O povoamento da região teve início com ocupações das áreas ribeirinhas do Rio Negro, no século 17. Em 1668, aparece um povoado nas proximidades da foz do riacho Aruim, depois mudada para foz do rio Jaú. Em 1759, seguindo as ordens do Marquês de Pombal, o nome atribuído ao povoado passa a ser Airão.

Durante muitos anos o conhecimento das condições de vida dos moradores de Airão estava muito circunscrito ao plano local, isto é, aos que vivem o cotidiano das famílias aí residentes. Tanto é que, em 1950, as ruínas que marcaram a história do município encontravam-se em estado precário; e, hoje, passam por um processo de tombamento pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Essas ruínas são compostas de 11 edifícios, do cemitério e da igreja do século 18, um símbolo da cidade. Há, ainda, espalhados por Novo Airão, inúmeros sítios arqueológicos, todos do tipo

petróglifo - gravações em pedras. Existem também pontos de habitações e acampamentos da época pré-histórica.

3.1. O caso Novo Airão

O suporte econômico de Novo Airão, em plano federal, é baseado no setor secundário, pois o setor primário, em boa parte ainda em uso, pouco contribui para a economia avaliada por bens e recursos quantificáveis. No setor secundário pode-se destacar a construção de embarcações regionais, movelarias, serrarias, uma marcenaria, uma fábrica de gelo e uma olaria. No setor primário, abrangendo produtos agrícolas e pecuários, pode-se relacionar um reduzido rebanho de gado bovino, aves domésticas, frutas regionais e plantio de mandioca, estando a atividade agrícola mercantil concentrada na produção de farinha e banana. Cultivam-se pequenas roças com área média de um hectare, por um período de aproximadamente dois anos e pousio de cinco anos. Essa prática agrícola se referencia às técnicas tradicionais indígenas, ou seja, derrubam a mata, queimam a vegetação, coivaram e plantam, principalmente a mandioca, banana, abacaxi, abacate, açaí, cupuaçu, milho e algumas verduras, legumes e frutas, com destaque para a comercialização da melancia.

O extrativismo baseia-se na exploração vegetal, a borracha, outras gomas e a castanha (em pequena escala). Em maior escala, as madeiras, como o louro-inhamuí, louro-preto, jacareúba, itaúba, copaíba, andiroba, macacaúba. Os principais pontos de extração da madeira são: Novo Airão, Igarapé-Açu, Igarapé do Câmara e Igarapé Tumbira.

Ressalta-se, ainda, no caso de Novo Airão, o artesanato local como atividade econômica e cultural, que requer o uso dos recursos naturais da região pelos moradores locais. A fabricação de biojoias tornou-se uma alternativa econômica utilizada principalmente pelas moradoras da comunidade Tiririca, a primeira comunidade, localizada no polo 01 da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Negro.

Figura 13



Venda de Biojoias na comunidade Tiririca, maio/2011 Foto: Gimima Silva

São muito utilizados os produtos extrativistas, como a palmeira arumã (*calathea sp.*), o cipó-titica (*Heteorpsis spruceana*), o cipó-timbó (*Derris sp.*) e outros. O artesanato de Novo Airão ganhou destaque internacional depois do surgimento da organização não governamental Fundação Almerinda Malaquias, que há doze anos gerencia a atividade no município. A ONG se dedica à luta contra a extinção do peixe-boi e ao processo de conscientização e educação ambiental, envolvendo crianças, mediante projetos desenvolvidos com a ajuda da *Association Ailleurs Aussi*, Suíça. Os projetos incluem uma escola silvestre, com o objetivo de manter e conservar 32 hectares de floresta,

estando associados, assim, ao ideal do novo paradigma do desenvolvimento: o da *sustentabilidade*.

3.2. A dinâmica da regulação fundiária em Novo Airão-Am

Ao longo da rodovia AM-352 Manaus-Novo Airão, chama atenção o surgimento de habitações recentes, ao mesmo tempo em que há toda uma ação de divulgação pelo Instituto de Terras do Estado do Amazonas (ITEAM), com placas de advertência quanto ao crime de grilagem de terras públicas. Esses anúncios já são percebidos desde o porto do Cacau Pirêra, onde atracavam as balsas que faziam a travessia do Rio Negro, de Manaus para aquela localidade, até outubro de 2011. Neste momento se estabeleceu a ligação da capital Manaus com os municípios de Iranduba, Manacapuru e Novo Airão, mediante a inauguração da Ponte Rio Negro. Essa cerimônia foi estrategicamente realizada no dia 24 de outubro de 2011, data do aniversário da cidade de Manaus, constituindo-se em evento que contou com a presença de autoridades locais como prefeitos das cidades envolvidas, o governador do Estado do Amazonas, senadores do Amazonas e a presidente da República.

Pode-se afirmar que o município de Novo Airão tem sido vítima desse processo de grilagem nos últimos anos, processo agravado com o advento da construção da ponte sobre o Rio Negro, que hoje liga, com mais rapidez, aquele município a Manaus, e com ele, os municípios de Manacapuru e Iranduba. Oferecendo maior rapidez ao acesso, a interligação entre as referidas cidades levou à especulação imobiliária, fato que tem motivado a

campanha de advertência que o ITEAM impetra atualmente quanto a esse crime naquela região.

A intensificação de uma onda de invasões e as queimadas por elas provocadas são visíveis às margens dessa rodovia. Elas foram frequentes em 2009, e em julho de 2010 voltaram a se intensificar, causando prejuízo aos moradores que possuem seus títulos legalizados, pois as queimadas saem do controle e invadem propriedades antigas. Esse fato levou a gestão da prefeitura do município a anunciar um Plano Municipal de Combate às Queimadas, com o objetivo de fiscalizar e proteger toda a zona rural do município.

Figura 14



Queimada ativa na estrada de acesso a Novo Airão, julho/2010

Foto: Gimima Silva

Essas ações ocorrem em parceria com os governos federal e estadual, por meio de órgãos como o Instituto Chico Mendes de Conservação da

Biodiversidade (ICMbio), Instituto de Proteção Ambiental (IPAAM) e o Instituto de Terras do Estado (ITEAM).

No contexto da elaboração de intervenções postas em prática por intermédio do programa de governo do Estado do Amazonas, compete ao ITEAM o cumprimento de uma das estratégias fundamentais, conforme previsto no Plano Plurianual 2008-2011. Entre os desafios e diretrizes que norteiam a programação das ações a serem desenvolvidas e a avaliação da sua execução voltada para o desenvolvimento econômico, sustentável, humano e democrático da região amazônica, a regularização fundiária aparece como a base fundamental para operação das cadeias produtivas. Garante, assim, o cumprimento da função social da terra ao público beneficiário, favorecendo-lhe o acesso a outros programas.

No Amazonas, como nas demais unidades da federação, o ordenamento territorial vincula-se à necessidade de regularização fundiária, cujo processo, por sua vez, está diretamente relacionado ao conjunto de fatores econômico, político e socioambiental que estruturam a organização do espaço territorial e sua ocupação, a destinação e controle das terras públicas. O conflito pelo acesso à propriedade da terra contribuiu para o aparecimento de uma legião cada vez maior de posseiros em situação irregular, tornando-se assim excludentes de programas e iniciativas da esfera governamental.

Isso tem gerado condições propícias para a instalação de grandes empresas madeireiras que, favorecendo-se da situação econômica da população local, realizam suas atividades de forma predatória. Por

consequência, a aceleração do desmatamento vem contribuindo para o aumento incontrolável de grilagem em terras públicas no estado do Amazonas.

Com o intuito de minimizar essa problemática, o poder público, por intermédio do ITEAM, busca a regularização fundiária coletiva ou individual através de ações que estimulem atividades produtivas que visem ao reconhecimento do direito à terra por populações tradicionais como caboclos, ribeirinhos e agricultores familiares.

Essa regularização fundiária, que visa atender às famílias localizadas nas áreas urbanas dos municípios, nas unidades de conservação e na região metropolitana de Manaus, coaduna-se com programas de estímulo a atividades pautadas no ideário do *desenvolvimento sustentável*, mais concentradas nas áreas de proteção ambiental que conjugam proteção do meio ambiente e permanência de seres humanos em seu interior.

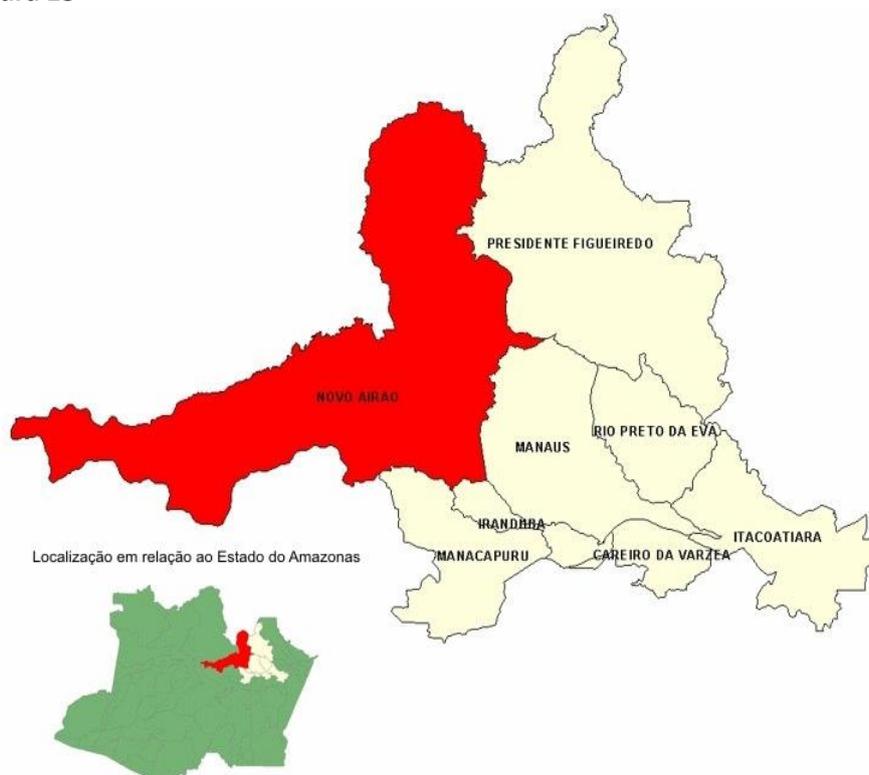
Assim, pressupõe-se que, com o ordenamento fundiário, o governo do Amazonas tem buscado não somente o controle do patrimônio fundiário estadual, mas também o gerenciamento de ações aprovadas e eficazes para beneficiamento de famílias rurais e demais grupos que almejam o reconhecimento de seus direitos quanto à legitimidade da ocupação de suas posses e sua inclusão social em programas públicos.

Dentre as ações que se destacam estão aquelas que estimulam a exploração econômica dos atrativos turísticos de determinadas áreas destinadas à preservação ambiental, mas que contemplam a possibilidade de atividades que promovam a contemplação dos seus atrativos naturais como

pode ser destacado em relação ao Parque Nacional de Anavilhanas e o Parque Nacional do Jaú, em Novo Airão.

3.3. O potencial ecoturístico de Novo Airão

Figura 15



Visualização da localização do município de Novo Airão-Am, 2007

Fonte: Perfil da Região Metropolitana de Manaus

Localizado às margens do Rio Negro, o município dá acesso a duas grandes áreas de proteção ambiental: o Parque Nacional de Anavilhanas e o Parque Nacional do Jaú.

O Parque Nacional de Anavilhanas, assim denominado desde outubro de 2008, antes denominado Estação Ecológica de Anavilhanas, criada em 1981, é um dos maiores arquipélagos fluviais do mundo, localizado numa área

de 350.018 hectares. Comporta uma formação de cerca de 400 ilhas, que se transformam num atrativo turístico no período da vazante dos rios. Estando na categoria II de áreas protegidas, o Parque Nacional constitui-se em área protegida, manejada principalmente para a conservação de ecossistemas e com fins de recreação.

No interior das ilhas, encontram-se inúmeros igapós, paranás e vários canais entre as ilhas, além de diferentes formações florestais. Anavilhanas abriga grande biodiversidade de animais, vegetais, espécies ameaçadas de extinção e espécies endêmicas, ou seja, não encontradas em outro lugar do mundo, representando um ecossistema de rios de águas pretas e de floresta tropical densa. Sua preservação é considerada de extrema importância no que tange à manutenção de várias espécies da fauna e da flora amazônica.

Os rios de bacias de águas negras, como o rio Negro, possuem um regime hídrico com ciclos de alagamento e seca, sendo assim considerados de equilíbrio frágil em relação aos outros sistemas ecológicos da região amazônica e aos da região dos trópicos úmidos. Sendo uma unidade de conservação federal, o órgão gestor do Parque Nacional de Anavilhanas é o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), vinculado ao Ministério do Meio Ambiente (MMA).

O Parque Nacional do Jaú, criado em 1980, com uma área de 2.272.000 hectares, é sítio do Patrimônio Natural Mundial da UNESCO. Situa-se a 220 km de Manaus. É o maior parque nacional do Brasil e o maior parque do mundo em floresta tropical semiúmida e intacta. O nome Jaú, oriundo do tupi, denomina um dos maiores peixes brasileiros e também o rio que banha o

parque. A região constitui uma importante amostra dos ecossistemas amazônicos. Os estudos botânicos desenvolvidos no parque até o momento apresentam cerca de 400 espécies de plantas. Várias destas espécies estão restritas a determinados ambientes ali encontrados. As matas de igapó e de terra firme possuem composições de plantas totalmente diferentes. Espécies como a macaricuia e o macucu do igapó só são encontradas em matas inundadas. Pesquisadores têm encontrado rica e diversificada fauna no Parque, sendo catalogadas 263 espécies de peixes, algumas não conhecidas pela ciência até então.

Esse parque constitui-se em unidade de conservação ambiental que tem controle mais rígido pelo ICMBio, uma vez que famílias que já habitavam o interior do Parque, antes de ele ser criado administrativamente, têm passado por um processo que SANTOS (2002) denominou de ambientalização, ou seja, *“...o processo levado a cabo por uma proliferação discursivo-técnico-científica articulada em todos os âmbitos da vida econômica, política e cultural moderna – que transforma a natureza em ambiente”*. (SANTOS, 2002, p.26)

Santos parte da ideia de que, no discurso ambientalista contemporâneo, com o exercício do biopoder, a natureza foi transformada em ambiente, os territórios reconfigurados em função do equilíbrio ecológico da terra e grupos sociais diversos foram transformados em sociedades ecologizadas, biologizadas e ambientalizadas.

O efeito da emergência da questão ambiental tem se mostrado na reafirmação da necessidade de uma vigilância ambiental, redimensionando,

assim, o discurso das corporações e agências estatais. Assim a realidade social desses habitantes de áreas protegidas, adequa-se a uma nova ordem, que traz consigo uma nova conduta, estabelecida a partir da autoridade que exerce poder e cria um discurso performativo.

Nesse processo, os sujeitos passam a existir e articular suas demandas no campo político, condicionando sua existência à vinculação estabelecida ao termo que se desloca para a centralidade da pauta que ganha repercussão planetária na modernidade: o meio ambiente. Assim referidos, passam a ser tratados como moradores de áreas de preservação e necessitam, a partir dessa condição, articular-se no plano da organização sociopolítica para participar desse campo que se constrói a partir de pautas localizadas, mas que se refletem em pautas e agendas universalizadas quanto às preocupações manifestas em relação ao ambiente e seu processo de degradação pela ação antrópica.

O parque figura ainda como um grande atrativo turístico do município de Novo Airão. No período da vazante dos rios, que no Amazonas ocorre entre os meses de julho e dezembro, são inúmeras as praias que surgem, fazendo com que o comércio da cidade de Novo Airão fique bem movimentado, com a presença de turistas que buscam as pousadas locais, hotéis de selva que oferecem passeios ecológicos diurnos e noturnos, bem como um dos maiores atrativos do município, que é alimentar os botos vermelhos e nadar com eles no Rio Negro.

Figura 16



Turista com boto vermelho em Novo Airão, julh/2010 Foto: Gimima Silva

Figura 17



Oferta de passeios fluviais em Novo Airão, nov/ 2011 - Foto: Gimima Silva

A ilha mais próxima da sede do município fica a 2,5 km de distância. Nela um grande número de lagos são visitados pelos pescadores artesanais, que têm permissão somente para essa modalidade de pesca, tendo em vista a proibição de atividades como caça e pesca no interior dos parques. Sendo uma característica do cotidiano de habitantes de áreas protegidas a submissão a certas normas que disciplinam essas práticas exploratórias dos recursos naturais.

É muito comum, nas fachadas das casas, a presença de placas com anúncios que oferecem passeio de lancha para o Arquipélago de Anavilhanas, embora o (ICMBio) tenha uma presença forte de controle, tanto em relação ao Parque Nacional de Anavilhanas quanto ao acesso ao Parque Nacional do Jaú.

Essa presença normativa e punitiva, como será melhor examinado mais à frente, provoca insatisfação entre os moradores locais. Reage-se à presença do ICMBio, por regular o acesso às áreas protegidas naquela região, bem como de (re)nomear territórios conhecidos pelos moradores com uma determinada categorização. Registrado por esse instituto com outra denominação, os moradores nem sempre se identificam com as categorizações. É o caso de um lago chamado pelos moradores locais de “Lago Apacu” e denominado pelo ICMBio de “Lago do Carão”.

Pode-se, a partir desses comentários, afirmar que o estudo de UCs contempla a discussão conceitual do território sob várias abordagens, a saber: biológicas, culturais e econômicas. Mas não se pode esquecer da possibilidade de se tratar também do problema da des-territorialização, tão presente no contexto contemporâneo.

3.4. O mosaico do ordenamento territorial no Baixo Rio Negro

O município de Novo Airão possui uma extensão territorial de 37.771,2 km² e, atualmente, 80% dessa área é protegida por UCs ou TIs o que instiga a uma análise do seu atual contexto territorial, que se insere num complexo de áreas protegidas conhecido como Mosaico do Baixo Rio Negro.

Segundo a Fundação Vitória Amazônica,

A Lei que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) define como mosaico o “conjunto de unidades de conservação de categorias diferentes ou não, próximas, justapostas ou sobrepostas e outras áreas protegidas públicas ou privadas”. O Mosaico de Unidades de Conservação do Baixo rio Negro, como não poderia ser diferente do restante do Brasil, traz problemas desde sua criação. A falta de consulta pública, principalmente naquelas unidades federais de proteção integral (Estação Ecológica de Anavilhanas e Parque Nacional do Jaú), causou um grande conflito com o poder público dos municípios de Novo Airão e Barcelos que tiveram boa parte da área municipal transformada em unidades de conservação. (FVA, 2005, p.5)

Nesse contexto, o exercício do poder político na esfera estadual e municipal encontra-se atrelado à Política Nacional de Meio Ambiente, na qual está contemplada a criação de UCs como orientação de uma ordem social mais ampla ou que assume dimensões planetárias, no sentido de adotar um novo paradigma na relação estabelecida entre a pressuposta subdivisão entre ambiente social e o natural. Ao criar as áreas de conservação, o Estado estabelece um caráter impositivo diante dos moradores dessas áreas, redirecionando suas práticas em relação àquele meio. Nesse processo, cria-se a imagem real de um mosaico no que tange à visualização político-territorial desses espaços, como é possível conferir a seguir.

proteção ambiental contínua do mundo, e área piloto do Projeto Corredores Ecológicos, do Ministério do Meio Ambiente. Também foi declarado como Reserva da Biosfera da Amazônia Central pela UNESCO em 2001. Além disso, a Estação Ecológica de Anavilhanas, hoje Parque Nacional, foi declarada como Sítio do Patrimônio Natural da Humanidade pela UNESCO, em 2003. A importância ecológica e social dos ecossistemas da região do Baixo Rio Negro é evidenciada pela alta diversidade biológica, o que lhe confere a classe de área de extrema importância para conservação, segundo o Relatório "Biodiversidade Brasileira" (MMA, 2002). Todas essas condecorações classificatórias opinam no sentido da legitimidade das formas de controle, com repercussões importantes para os moradores.

Segundo CARDOSO (2010), a proposta de criação do Mosaico do Baixo Rio Negro (MBRN) surge no âmbito do Projeto Corredores Ecológicos, que tem por finalidade promover a conservação da diversidade biológica das florestas tropicais do Brasil. Para atingir esse fim, a estratégia adotada foi a interação das diferentes categorias de áreas protegidas que compõem esses corredores, tais como Parques Nacionais e Estações Ecológicas. O Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ) promoveu articulação interinstitucional para elaboração e submissão do projeto "Mosaico de Áreas Protegidas do Baixo rio Negro (MBRN)" ao edital 01/2005 do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA). Participaram dessa construção instituições cujos projetos sociais nos respectivos campos de categorização e intervenção são muito diferenciados: ICMBio, SDS, (FVA), Fundação Almerinda Malaquias (FAM), Secretaria de Meio Ambiente de Manaus (SEMMA), Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STRNA), Associação de Pescadores (APNA), Associação de Artesãos

(AANA), Fórum Permanente de Defesa das Comunidades Ribeirinhas de Manaus (FOPEC), Associação dos Moradores do Unini (AMORU), WWF-Brasil, Programa Waimiri-Atroari (PWA), Associação de Turismo de Novo Airão, Associação de Piscicultores de Novo Airão, associações comunitárias e comunidades ribeirinhas do Baixo Rio Negro.

No âmbito da articulação entre essas instituições foi realizada uma expedição, em 2005, naquela região, com visitas às comunidades que se situam à margem direita do Rio Negro, em termos formais, objetivando realizar contato mais intenso com os moradores que compõem essas comunidades, no intuito de sensibilizá-los enquanto partícipes da ESEC das Anavilhanas, sobre o tema “Unidade de Conservação: o que é, modalidades, esferas políticas responsáveis pela gestão, organização social e conselho gestor”.

Dentre os objetivos anunciados das expedições, buscou-se ainda identificar as principais lideranças e mobilizá-las para a participação nos cursos de formação e no conselho da ESEC de Anavilhanas. Pautaram-se ainda nas intenções de esclarecer dúvidas dos comunitários e levantar informações sobre as problemáticas da região, de modo a fortalecer a parceria das instituições envolvidas.

No cerne da elaboração do projeto “Mosaico de Áreas Protegidas do Baixo rio Negro (MBRN)” encontra-se o argumento de que a criação de um mosaico contribui para fortalecer ideários de políticas públicas e ações integradas numa escala territorial mais ampla, ultrapassando apenas uma área protegida. A abordagem que está sendo utilizada, segundo CARDOSO, visa a

ampliar o enfoque desse instrumento, tornando-o mais efetivo enquanto projeto de território.

O Mosaico do Baixo Rio Negro (MBRN) abrange onze unidades de conservação, como pode ser conferido no quadro a seguir, além da Terra Indígena Waimiri-Atroari, que pode vir a ser um de seus componentes, pois vem participando do processo de formação do mosaico. Este ainda engloba parte de seis (6) diferentes municípios do estado do Amazonas, a saber: Manaus, Novo Airão, Iranduba, Manacapuru, Barcelos e Presidente Figueiredo, abrangendo um total de 7.412.849 hectares.

Figura 19

Nome	Grupo	Órgão Gestor	Ano de criação
PARNA do Jaú	Proteção Integral	ICMBio	1980
RESEX do Rio Unini	Uso Sustentável	ICMBio	2006
PES do Rio Negro - Setor Norte	Proteção Integral	CEUC/SDS	1995 e redelimitado em 2001
RDS do Amanã	Uso Sustentável	CEUC/SDS	1998
PARNA de Anavilhanas	Proteção Integral	ICMBio	1981, como Estação Ecológica, e recategorizada em 2008
RDS do Rio Negro	Uso Sustentável	CEUC/SDS	2009
APA da Margem Direita do Rio Negro Setor Puduari-Solimões	Uso Sustentável	CEUC/SDS	1995 e redelimitada em 2001
APA da Margem Esquerda do Rio Negro setor Aturiá-Apuauzinho	Uso Sustentável	CEUC/SDS	1995 e redelimitada em 2001
APA da Margem Esquerda do Rio Negro setor Tatumã-açu-Tatumã-mirim	Uso Sustentável	CEUC/SDS	1995 e redelimitada em 2001
PES do Rio Negro - Setor Sul	Proteção Integral	CEUC/SDS	1995 e redelimitado em 2001
RDS do Tupé	Uso Sustentável	SEMMA/ Manaus	2002

Quadro: Unidades de Conservação componentes do Mosaico do Baixo Rio Negro Fonte: IPÊ - Disponível em: <http://uc.socioambiental.org> – acesso em 22/02/2012

O MBRN conta com uma rede de atores sociais, entre os quais se destacam povos tradicionais como os ribeirinhos, indígenas, pescadores artesanais, agricultores familiares e arumãzeiras, que vivem nas cidades ou na beira dos rios e igarapés. Nos municípios convivem pessoas e instituições envolvidas com o turismo, com o extrativismo, setor empresarial e organizações governamentais e não governamentais, especialmente as responsáveis pela execução de programas pertinentes ao mosaico.

Importa destacar que o processo de criação das UCs é de abrangência planetária. No mundo atual, vem se constituindo numa das principais formas de intervenção sobre o território, seja partindo da iniciativa governamental ou não governamental. E no Amazonas não é diferente. Esse processo, segundo o discurso construído no interior da instituição estatal, visa reduzir as perdas da biodiversidade face à degradação ambiental imposta pela sociedade (desterritorialização das espécies da flora e fauna). Entretanto, se os objetivos são assim celebrados, tais procedimentos têm sido acompanhados por conflitos e impactos decorrentes da desterritorialização de grupamentos sociais (tradicionais ou não), em várias partes do mundo.

Dessa forma, considera-se que o processo de criação de espaços territoriais como UCs é intervenção impregnada de relações de poder, no sentido aplicado por BOURDIEU (1989). O campo em que se dá a atuação do Estado, exercendo seu poder de regulamentar um novo paradigma de relacionamento, é o mesmo onde se dá a relação pré-estabelecida entre o homem e deste com a natureza, é o mesmo onde já se objetivavam outras relações pré-estabelecidas entre o homem e a natureza, mas segundo moldes que não sofriam anteriormente uma ampla e profunda intervenção externa.

Numa outra escala de relação de poder, segundo Berta Becker (1997), o Brasil tem sofrido toda uma pressão imposta por organismos internacionais no final do séc. XX, resultando em redimensionamento de políticas regionais.

Segundo a autora:

Os países centrais, detentores da tecnologia, pressionam sob diversas formas os países periféricos detentores da natureza, a preservá-la segundo um padrão de desenvolvimento sustentável cujas bases, contudo, não estão claramente definidas. (BECKER, 1997, p. 422)

Pode-se então inferir que, se antes o território se instituíra a partir dos significados que as identidades coletivas davam a um espaço tornado próprio pelos que a ele se pensavam pertencentes, no contexto político atual, a institucionalidade formal se baseia em significados que uma certa ideia de desenvolvimento preconiza. Está-se assim diante de outro processo civilizatório orientado pela construção de paradigmas de desenvolvimento que remetem mais ao entendimento do que seria, segundo Kátia Schweickardt (2001), um “capitalismo domesticado”: tecnicamente denominado de desenvolvimento sustentável, e pautado na ideia de desenvolvimento casada à de conservação dos recursos naturais, sobretudo os não renováveis.

A esse respeito, ressalta-se que o Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM), por intermédio de uma equipe itinerante, dá assessoria aos produtores rurais locais de Novo Airão. Entre outros temas, aqueles agentes problematizam a porcentagem de terras de cultivadores que deveria ser destinada à preservação e a porcentagem destinada a atividades produtivas. Para o caso aqui considerado, destaco que esse serviço de

assessoria muitas vezes ocorre na sede do Centro de Atendimento ao Turista- CAT de Novo Airão, uma vez que não há uma sede do IPAAM naquele município conforme observado em viagem a campo.

Figura 20



Centro de Atenção ao Turista – CAT em Novo Airão, com equipe itinerante do IPAAM - julho/2010
Foto: Gimima Silva

Evidencia-se, então, que esse aspecto da centralidade não parece ser um empecilho para que o poder do Estado se estabeleça. Assim, as relações de poder construídas no âmbito da definição de novas configurações do território e do modo pelo qual os habitantes locais devem relacionar-se com essa nova configuração, marcam o contexto atual de gestão nesse município amazônico. As principais características de sua institucionalização estão relacionadas a essa nuance da ambientalização, e/ou ecologização, conforme assinala SANTOS (2002).

O que se observa, no exemplo do município de Novo Airão – AM, é a gestão desse território em relativa conformidade aos preceitos da política

ambiental assumida pelo Estado nacional, mas orientada por valores consagrados pela comunidade política internacional. Entretanto, no âmbito estadual, a estratégia do exercício do poder sobre o ordenamento do território encontra, na estratégia do Pagamento por Serviços Ambientais (PAS), por intermédio dos programas direcionados aos habitantes de Reservas Estaduais de Desenvolvimento Sustentável, uma forma de alcançar os objetivos da conservação dos recursos. E, para tanto, associa-se, peremptoriamente, a essa estratégia a melhoria da qualidade de vida da população que habita nessas Reservas.

Até então, e no âmbito estadual, as relações de poder constituídas através dos programas implantados juntos às RDS estaduais têm se operado no sentido de conseguir atingir as metas de redução do índice de desmatamento, utilizando, para tanto, a estratégia do Pagamento por Serviços Ambientais (PAS) e o apelo simbólico ou prestigioso de se transformar os habitantes locais em “*guardiões da floresta*”. Contudo, a estratégia adotada no âmbito do governo federal esteve sempre associada ao que Ramachandra Guha (2000) trata como “ecologia profunda”, quando se observa que as populações que habitam os Parques Nacionais do Jaú e Anavilhanas, além de não serem verdadeiramente beneficiárias de qualquer programa dessa natureza, muitas vezes foram submetidas a uma realocação em favor de projetos baseados numa orientação biológica preservacionista, manifestada a partir da criação de áreas de proteção integral, que não permitem a presença humana.

Ao se considerar esses sujeitos como objeto de vigília constante, submetidos a inúmeras restrições quanto ao uso dos recursos naturais que se

encontram nas áreas por eles habitadas, desde antes de serem definidas como áreas protegidas, nota-se a existência de uma heterogeneidade marcada pelo simbolismo e pela dinâmica que envolve o exercício do poder político, no âmbito estadual e federal, respectivamente, correspondendo a estratégias de gestão desse território.

Nesse contexto, em que o exercício do poder político apresenta distintos aspectos, pode-se recorrer a interpretações acenadas por BALANDIER (1997), quando afirma que o poder na modernidade *“leva suas novas inscrições, define suas estratégias, sai à procura de formas melhor ajustadas.”* Sob essa ótica é que se pode perceber a dinâmica da gestão territorial na região do Baixo Rio Negro como um cenário complexo, pois ela retrata justamente a heterogeneidade no exercício do poder e na busca de estratégias mais ajustadas, convergindo quanto ao objetivo a ser atingido: o de manutenção da floresta em pé, seja com base na conservação, seja com base na preservação.

CAPÍTULO IV

4. RDS E CELEBRAÇÃO DOS *GUARDIÕES DA FLORESTA*

Eu vejo assim, o mundo inteiro ele tá preocupado com essa floresta (...) esse Amazonas, você vê esse mundo de floresta e eu digo assim (...) eu levantei uma tese de que hoje o ouro do Amazonas não é mais amarelo, o ouro do Amazonas é verde. (Sr. D. - Presidente da Associação das Comunidades da RDS do Rio Negro; comunidade, entrevista realizada em 21/05/2011).

4.1. Contexto de criação do Parque Nacional do Jaú

Os moradores de comunidades localizadas em áreas protegidas na região do Baixo Rio Negro guardam um histórico de animosidade estabelecida com as instituições responsáveis pela gestão e fiscalização dessas áreas. Dentre as instituições que atuam na região, cito o Instituto de Pesquisas da Amazônia (INPA), autarquia da esfera federal que realizou os primeiros estudos que culminaram com a implantação do Parque Nacional do Jaú, em 1980.

Este parque também passou a ser objeto de fiscalização pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais (IBAMA), que, representando a esfera federal de gestão ambiental, historicamente esteve envolvido com situações de enfrentamento ocasionadas por casos de exploração, por ele considerada de forma irregular, dos recursos naturais na região, tanto por parte

de moradores do parque como de pessoas que não possuem qualquer vínculo de pertencimento à região.

Após o desmembramento desse órgão, ocorrido em 2007, passou a atuar também na região o Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio), criado para desenvolver projetos que proporcionem a proteção da biodiversidade em áreas protegidas e identifiquem áreas onde essa proteção deve ser ampliada. Assim o ICMBio coordena pesquisas voltadas ao conhecimento e proteção da biodiversidade encontrada tanto no Parque Nacional do Jaú como no Parque Nacional de Anavilhanas, ambos, como já ressaltai, localizados no município de Novo Airão.

Some-se às instituições atuantes na esfera federal, o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que atua no campo da regularização fundiária, que na região do Baixo Rio Negro apresenta frequentes casos de sobreposição de definições de apropriação e uso, como será exposto neste capítulo: um exemplo de parque nacional sobreposto a uma área de quilombo.

O IPAAM, que determina o licenciamento de atividades que envolvam a exploração de recursos naturais na região, é uma instituição que representa a esfera estadual de gestão e fiscalização ambiental. Atuando junto com o Centro de Unidades de Conservação (CEUC) e a Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimentos Sustentável (SDS) levam a termo, naquela região, a política ambiental implantada no estado do Amazonas.

No plano das instituições não governamentais, cito ainda a Fundação Vitória Amazônica (FVA), organização não governamental que, dentre outras atividades relacionadas à pesquisa, realizou estudos técnicos voltados a

subsidiar propostas de redefinição de categorização das áreas de proteção ambiental situadas na região do Baixo Rio Negro. E, assim, figura como parceira institucional nesse processo de elaboração de projetos voltados ao desenvolvimento socioambiental de populações residentes em UCs.

Ao fazer referência à relação de animosidade envolvendo populações tradicionais e as agências de gestão e fiscalização desses territórios em que vivem, o exemplo mais emblemático é o capítulo referente à criação do Parque Nacional do Jáú¹². Esse Parque Nacional foi criado de forma sobreposta a uma área de quilombo, a Comunidade do Tambor, onde já havia moradores que tinham a base de sua atividade econômica no cultivo de roçado e na exploração de recursos naturais como cipó títica e cipó ambé, desde 1907, data da chegada dos primeiros imigrantes vindos de Sergipe e que se autodenominam remanescentes de quilombo, de acordo com estudos realizados por FARIAS JÚNIOR (2008).

Objeto de pesquisa desenvolvida por esse pesquisador, a situação da Comunidade do Tambor, embora definida pelo INCRA, em Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), como *Quilombo do Tambor*, até a presente data encontra-se em tramitação judicial, como afirma o autor:

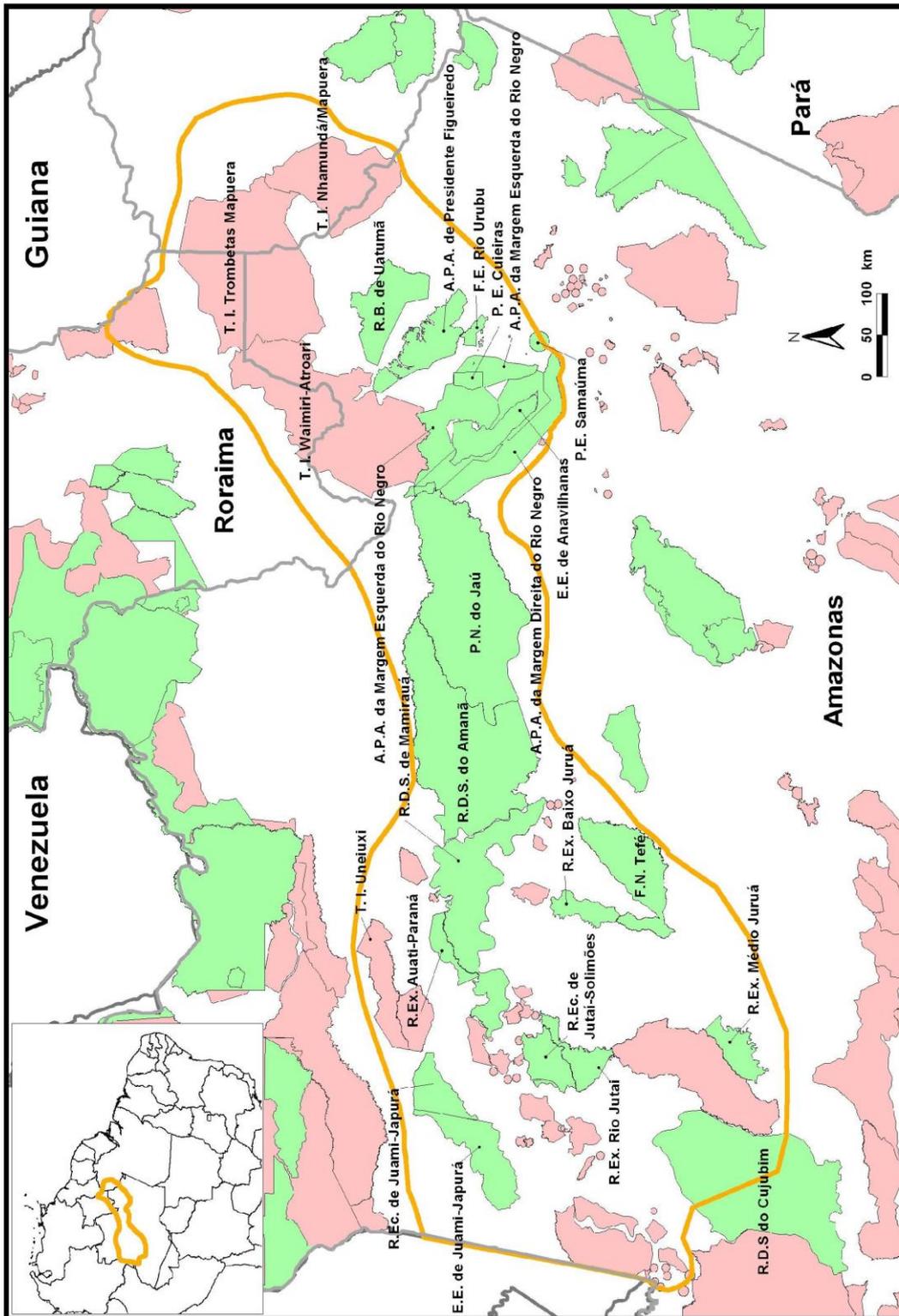
¹² A criação do Parque Nacional do Jaú foi objeto de estudo acadêmico realizado, entre outros pesquisadores, por SANTOS (2003) que explorou o fenômeno a partir da noção de bio-poder, desenvolvida a partir das formulações de FOUCALT (1979), para quem, além de sanções e punições, os Estados exercem controle sobre as populações de maneira positiva, definindo modos de pensamento e de comportamento, normatizando grupos sociais distintos. A partir desse tipo de disciplina e controle, defendia o filósofo francês, "somos julgados, condenados, classificados, obrigados a desempenhar tarefas e destinados a um certo modo de viver ou morrer" (FOUCALT, 1979).

Para assegurar seus direitos, a comunidade passou a se organizar e encaminhar suas reivindicações ao Estado. Fez isso por fora dos marcos tradicionais de organização, em geral atrelados ao movimento sindical de trabalhadores rurais, de forma a ressaltar suas especificidades étnicas. Essa estratégia criou uma nova frente de conflito com a gestão do parque, que alegou que a Comunidade do Tambor não deveria ser considerada quilombola e, portanto, não poderia ser contemplada com os benefícios do artigo constitucional 68 que determina a titulação do território tradicional em favor desses grupos específicos. Essa disputa encontra-se atualmente tramitando na Câmara de Conciliação da Advocacia Geral da União (FARIAS JÚNIOR, 2011, p. 43).

O Parque Nacional do Jaú, como tantos outros na região amazônica, foi criado a partir de uma perspectiva da preservação da natureza que só poderia se efetivar sem a presença do homem, pois, na perspectiva norte-americana sobre a vida selvagem, difundida em larga escala até a década de 1980, período de criação de grande parte dessas áreas de proteção ambiental, um dos axiomas proclamados seria o de que *“toda intervenção humana é necessariamente negativa para a conservação da biodiversidade”*. (GUHA, 2000).

Foi sob essa ótica que a política ambiental projetada para o estado do Amazonas iniciou o Projeto Corredores Ecológicos, em 1998, que, em linhas mestras, constitui-se numa série de áreas protegidas na região central do Amazonas. Configura-se em verdadeiro corredor inserido na perspectiva da preservação proposta, pelo fato de serem essas áreas, em sua quase totalidade, destinadas à proteção integral.

Figura 21



Área do Corredor Ecológico Central do Amazonas Fonte: <http://www.luciamalla.com> (acesso em dez/2012)

Segundo SCHWEIKCARDT (2010), o Projeto “Corredores Ecológicos” corresponde a um componente do PPG7 aplicado à região central da Amazônia e da Mata Atlântica, visando promover a conservação da diversidade biológica das florestas tropicais do Brasil. A estratégia adotada para atingir esse fim é a interação das diferentes categorias de áreas protegidas que compõem esses corredores, tais como: Unidades de Conservação; Terras Indígenas e Áreas de Interstício. Estas áreas de proteção vão fazendo surgir verdadeiros mosaicos dentro do Corredor Central da Amazônia e do Corredor Central da Mata Atlântica.

Nesse contexto, o Parque Nacional do Jaú (PARNA Jaú) criado por meio do Decreto nº 85.200, de 24 de setembro, de 1980, com seus 2.272.000 hectares, figura como uma das maiores unidades de conservação do Brasil localizada na área do Corredor Central da Amazônia. A sugestão de incluir as bacias de drenagem dos rios Jaú e Unini na área de abrangência do PARNA do Jaú foi, segundo Thiago Mota Cardoso (2010), em termos de geografia, a estratégia mais adequada para proteção do Parque, o que já havia sido destacado pelos pesquisadores do INPA, quando realizaram expedição que culminou com a recomendação de criação do Parque pelo IBAMA.

Os fatos relatados por pesquisadores e comunitários ao longo do tempo demonstram que a presença de moradores na região sempre foi um dos problemas de gestão da unidade. A esse respeito chamo a atenção para o relatório técnico, elaborado em 2005, pela Fundação Vitória Amazônica (FVA), onde há o registro de que a primeira tentativa de indenizar as famílias residentes no PARNA Jaú foi realizada em 1989, mas a maior parte das famílias recusou a indenização devido aos valores muito baixos oferecidos pelo

IBAMA. Também foi tentado um projeto de reassentamento no município de Novo Airão, que receberia as famílias do PARNA Jaú e da então Estação Ecológica de Anavilhanas (ESEC Anavilhanas), criada em 1981 e recategorizada como Parque Nacional de Anavilhanas em 2008.

Contudo, a falta de verbas destinadas ao pagamento das indenizações e o fracasso do projeto de reassentamento se contrapuseram a práticas punitivas por parte do IBAMA. Este órgão impôs uma série de restrições aos moradores do PARNA Jaú, especialmente no acesso aos recursos naturais e às possibilidades de comercialização local de seus produtos, principalmente pela restrição da entrada de regatões no interior do Parque.

O regatão, é um comerciante de mercadorias que percorre os rios da região amazônica em embarcações que levam às comunidades mais isoladas geograficamente uma variedade de mercadorias que vão desde estivas a produtos regionais de toda ordem.

Assim, sem a possibilidade de continuar suas práticas produtivas na forma como historicamente foram conduzidas, tal situação levou ao acirramento dos conflitos entre moradores do PARNA Jaú e os porta-vozes do IBAMA, resultando no abandono do Parque por muitas famílias, dadas as profundas mudanças impostas à rotina desses habitantes. Destacam-se, no bojo dessas mudanças, as proibições referentes à exploração comercial de recursos como cipós, madeira e peixes, que eram frequentemente explorados comercialmente pelos comunitários locais.

No período em que se seguiu à criação do Parque, a fiscalização intensificada pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA) colocou estes

moradores em situação de vigilância constante. Mesmo assim, as atividades, agora proibidas, de exploração de recursos naturais, madeira, pescado, cipós etc... continuaram a ser realizadas de forma clandestina, levando a muitas apreensões e autuações, gerando constantes conflitos.

Essa relação conflituosa pode ainda ser compreendida pela forma como as áreas protegidas, como o Parque Nacional do Jaú e o de Anavilhanas, foram criadas na região, ou seja, antes de 2008 e sem a base democrática da participação comunitária na tomada de decisões quanto à forma de gestão do território por eles habitado. Refiro-me, nesse aspecto, aos questionamentos suscitados por Henyo Barreto Filho (1997) de que nesse contexto a criação de UC's em Novo Airão orientou-se pela referência exclusiva aos fatores naturais: *como se estes gozassem de uma existência exterior e independente dos processos sócio-culturais*. (BARRETO FILHO 1997, p. 09).

As UCs, nesse contexto, findam por ser utilizadas como estratégia mais eficaz de promover a proteção ambiental, mas a partir de um processo que ALMEIDA (2005) considera tratar-se, nessa perspectiva, de uma ação sem sujeitos, ao ignorar a presença de povos e comunidades tradicionais que habitam esses espaços territoriais. Enfim, criadas a partir de um processo que não contempla a comunicação e colaboração entre as instituições de gestão e os habitantes locais, a existência do aparato voltado à gestão dessas UCs leva a situações retratadas em narrativas de sujeitos habitantes da RDS do Rio Negro, como esta a seguir:

Nosso conflito sempre foi com o IBAMA. Então foram nossos amigos presos, e daí começou-se um movimento, e daí o governo começou a se envolver. Nós começamos a nos manifestar, o governo começou a se envolver e nós começamos a debater de frente com ele sobre criação de reserva sem

consultoria da família, do morador que vivia ali, não tinha nenhum respeito com ele. E o IBAMA só queria prender, prender, e não traz solução, não mostra solução. E aí? A família vai viver de quê? Se era aquilo que foi passado de geração pra geração e todo mundo foi se habituando a cortar madeira e não tinha jeito, ninguém sabia fazer outra coisa? (...) O IBAMA ele só ia na comunidade atrás do caboclo que serrava, era aquele negócio (...) mas não trazia uma educação ambiental, uma solução, tipo: – Olha, pessoal, precisa criar um plano de manejo pra que vocês possam trabalhar. (J.R., comunidade Terra-Preta, entrevista realizada em maio/2011)

Essa narrativa retrata, de forma singular, o processo que se deu naquela região do estado do Amazonas, onde a concentração de interesses em exploração de recursos madeireiros, tanto por parte de comunitários quanto por parte de comerciantes de municípios próximos, que compravam a madeira explorada de forma comunitária, levou a uma ação mais efetiva por parte das instâncias estaduais, como o IPAAM, e federais, como o IBAMA, de gestão ambiental.

Destaca-se ainda na narrativa dos entrevistados, o uso de termos abomináveis pelas intervenções institucionais, como a autodenominação de madeireiro, utilizada em falas como esta: *...houve conflito de madeireiros, que era o nosso caso, com o IBAMA*. A partir do trabalho de campo, ficou evidente que há uma clara diferença entre a exploração comunitária madeireira e a exploração em larga escala comercial, como fazem as indústrias madeireiras em alguns municípios da região amazônica, que, em muitos casos, possuem ligações com o comércio interestadual e, às vezes, até internacional, o que não é o caso da exploração realizada de forma comunitária, voltada para a subsistência, sem que leve a negociações comerciais de grande monta.

Com base no exposto, podemos constatar, como afirma CARDOSO, (2010), que a criação das unidades de conservação nos anos 1980 e 90, realizada sem consulta popular, gerou enormes conflitos, que se perpetuam até o momento atual. Hoje, as áreas protegidas se configuram como fundamentais instrumentos de desenvolvimento territorial e de conservação. Porém, a questão fundiária ainda se constitui como elemento de conflitos, o que exige novas e criativas saídas no ordenamento territorial da região, que levem em conta os contextos sociais, ecológicos, econômicos e políticos do Rio Negro e de seus habitantes e a convergência entre conservação e qualidade de vida.

A gestão territorial do estado do Amazonas, no período compreendido entre 2003 e 2010, coaduna-se com a política ambiental traçada pelo governo federal para aquela região, no sentido de implantar estratégias voltadas à redução do desmatamento e da exploração de recursos pesqueiros em escala comercial. Nesse sentido a criação de áreas de proteção ambiental tornou-se uma prática intensificada na região, levando a um cenário que atualmente apresenta 80% do município de Novo Airão constituído por áreas de proteção. Todavia, essas áreas, federais ou estaduais, de proteção integral ou de uso sustentável, contribuíram para a redução dos índices de emissão de carbono, segundo veiculam as agências governamentais locais de comunicação, o que, numa escala global, contribui para o equilíbrio do clima no planeta.

Assim, percebe-se, nessa estratégia, o compromisso com a qualidade do ar em escala global, assumido pelo governo brasileiro no período em análise. Entretanto, os componentes utilizados no plano de estratégias políticas de gestão apresentam natureza distinta. O aumento da fiscalização, por parte do governo federal, se dá através da criação de áreas de proteção ambiental

A Reserva Extrativista Catuá-Ipixuna está localizada nos municípios de Coari e Tefé, no estado do Amazonas, e o acesso à região é possível por via fluvial ou através de vôos fretados, partindo da capital Manaus e das sedes dos municípios de Tefé e Coari.

Por via fluvial, partindo de Manaus, o acesso é possível de barco recreio ou lancha “a jato” para Tefé e Coari, subindo o Rio Solimões. De Tefé ou Coari para a RESEX, o transporte pode ser realizado por barcos recreios (não regulares), voadeiras e rabetas. Deve-se considerar que o tempo da viagem está relacionado às condições de navegação, que dependem da capacidade da embarcação e da vazante ou enchente do rio.

Pela via aérea, o acesso se dá mediante vôos regulares no trecho Manaus-Coari-Tefé, operados semanalmente por empresas regionais de aviação, ou por voos fretados.

O histórico de criação e os antecedentes legais da criação da RESEX Catuá-Ipixuna, que passo a apresentar, constitui-se com base em pesquisa desenvolvida por Delma P. Neves e Ângela M. Garcia (2002), realizada junto a comunidades ribeirinhas localizadas nos municípios de Coari e Tefé. Nela observou-se que o ideário humanitário e cristão que estimulou os ribeirinhos para a luta pela preservação dos lagos foi coletivamente elaborado, tendo como entidades promotoras tanto a Prelazia de Tefé, por meio de suas pastorais, como a Pastoral Rural, quanto o Movimento de Educação de Base-MEB.

Nesse sentido, para compreender a forma com que o modelo de Reserva Extrativista veio a ser reivindicado pelas comunidades da região dos lagos Catuá e Ipixuna, é preciso destacar o importante papel que a Igreja

Católica, por meio da Prelazia de Tefé, desempenhou na história da região, contribuindo com o avanço da organização e de diversos serviços sociais, como educação e saúde.

Nos relatos das lideranças e moradores da RESEX aparece a Prelazia de Tefé como formadora de opinião e apoiadora das comunidades na luta pela preservação, em especial de lagos, igarapés e rios, devido às invasões de barcos, geleiras e pescadores que provocavam escassez de recursos pesqueiros.

Assim, devido à crescente escassez de pescado com maior valor comercial, diversas comunidades adotaram o manejo de lagos idealizado pela Prelazia de Tefé, na pessoa de Irmão Falco, que consistia na delimitação de lagos abertos ou livres e lagos de manutenção e procriação. Os últimos controlados pelas comunidades. Com a grande mobilização das comunidades rurais dos municípios de Tefé, Maraã e Alvarães, em 1992 foi criado o Grupo de Preservação e Desenvolvimento (GPD), que assumiu a liderança do movimento, apoiado por diversos segmentos sociais como o Movimento de Educação de Base (MEB) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Foi a partir do movimento de preservação de lagos que surgiu, segundo PEREIRA (2004), a iniciativa de criação de várias RESEXs e RDSs na região. Dentre elas está a RESEX Catuá-Ipixuna, que recebe este nome por abranger a totalidade das bacias dos principais lagos da região, a saber, Catuá e Ipixuna, importantes cursos d'água para renovação e manutenção da vegetação de várzea, do estoque pesqueiro, das terras férteis para agricultura e subsistência das comunidades ribeirinhas.

Figura 23



Moradia na RESEX Catuá-Ipixuna, Tefé-Am, 2009 - Fonte: GTZ/Márcia Lederman

Na região onde está localizada essa RESEX, o movimento da preservação dos lagos começou no Catuá. Além dessa problemática, os moradores lutavam também contra a invasão de madeiras e contra os patrões da terra, quando, em 1996, as organizações que atuavam na região do lago Catuá e do Ipixuna começaram a discutir novas formas de preservar os recursos naturais, surgindo daí a idéia de uma Reserva Extrativista.

Entre 1996 e 1998 várias reuniões setoriais e assembleias dos moradores foram realizadas, sendo solicitada em 1998, pelas comunidades da região do Catuá, ao Centro Nacional para o Desenvolvimento Sustentável das Populações Tradicionais (CNPT/IBAMA), a criação de uma RESEX.

No mesmo ano as comunidades tiveram o apoio da Prelazia de Tefé e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

(IBAMA) para expulsar as madeiras que atuavam na região, criando, logo em seguida, em 1999, a Associação Agroextrativista Catuá-Ipixuna (AACI). Tal criação veio respaldar juridicamente a luta dos moradores, quando estes decidiram incluir, no desenho da Reserva, a região do Ipixuna e outras comunidades, realizando-se, então, um levantamento socioeconômico na região.

O Movimento Eclesial de Base (MEB), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o GPD, o IBAMA e a AACI marcaram presença nos encontros, reuniões e assembleias realizados até 2002, com o intuito de discutir a criação da RESEX. Tal negociação foi coordenada, a partir de 2003, por diversos porta-vozes que atuavam no movimento social e que foram trabalhar no governo estadual a partir daquele ano. Esses sujeitos coordenaram a negociação entre o governo do Amazonas, o IBAMA e o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) para que a RESEX Catuá-Ipixuna fosse decretada pelo estado do Amazonas.

Em abril desse ano, em uma reunião em Manaus, o CNPT/ IBAMA, o Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), o CNS e a SDS firmaram o acordo. Antes de ratificar o acordo, as comunidades pediram apoio da CPT, do GTA e do CNS para estudarem as experiências do governo estadual com RESEXs.

Assim, foi aprovada a criação da RESEX Catuá-Ipixuna, mediante assinatura de uma lista de responsabilidades pela SDS e comunidades presentes à consulta pública realizada em julho de 2003 na comunidade Santa Luzia do Boia, sendo homologada a RESEX Catuá-Ipixuna pelo governo do Estado do Amazonas, após todas as providências legais, no dia 08 de setembro de 2003, através do Decreto nº 23.722. (SDS, fevereiro/2010)

Figura 24



SANTA LUZIA DO BÓIA
Oficina de Planejamento Participativo na RESEX Catuá-Ipixuna, Tefé-Am, março/2009
Foto: Márcia Lederman.

Segundo o SEUC, a Reserva Extrativista

se constitui em área utilizada por comunidade tradicional, cuja subsistência se baseia no extrativismo e, complementarmente, na criação de animais em pequena escala, tendo por objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, assegurando o uso sustentável dos recursos naturais da Unidade. (Sistema Estadual de Unidades de Conservação do Amazonas, SEUC, 2007).

Desta definição os moradores e o Conselho Deliberativo da RESEX reforçaram seis objetivos, para nortear a gestão da Unidade. São eles: Preservar nascentes, lagos e igarapés para garantir a reprodução do estoque pesqueiro e a alimentação das comunidades; Proteger a floresta e todos os recursos que ela oferece como peixe, quelônio, caça, madeira, castanha e outros; Garantir recursos e serviços ambientais para as atuais e futuras gerações; Gerar oportunidades para os moradores e facilitar o acesso a programas sociais; Promover a melhoria nas condições de vida das pessoas;

Promover o reconhecimento das Reservas Extrativistas e das lideranças comunitárias.

4.3. RDS do Rio Negro e RDS do Juma: gestão ambiental em coresponsabilidade compulsória

No caso da criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Negro, o que é possível destacar é a inserção da região num projeto político de gestão ambiental que busca atender a demandas de ordem externa que, articuladas a uma orientação em nível planetário, busca o envolvimento dos habitantes da região numa condição, não de demandantes de políticas de gestão, mas como coresponsáveis compulsórios por essa gestão.

Situada entre os municípios de Manacapuru, Iranduba e Novo Airão, essa RDS foi criada a partir do desmembramento da Área de Proteção Ambiental da margem direita do Rio Negro, setor Paduari/Solimões. Sua criação se deu em 2008 pela Lei nº 3.355, de 26 de dezembro. No local residem 19 comunidades, distribuídas em uma área de 102.978,83 hectares, tendo como principais atividades a agricultura, a pesca o turismo e o manejo florestal madeireiro.

A maior parte das unidades de conservação dos países tropicais tem pessoas residindo dentro de seus limites, o que tende a criar uma situação de conflito entre o órgão gestor da área e. No caso da região do Baixo Rio Negro o cenário não é diferente. Entretanto, são diversificados os relatos que dão conta da natureza dessa relação entre comunitários e gestores de áreas protegidas.

Figura 25



Comunidades Tiririca e Marajá, RDS do Rio Negro, maio/2011

Foto: Gimima Silva

O histórico de criação da RDS do Rio Negro se dá num contexto que envolveu uma situação de tensão travada no âmbito da gestão ambiental entre as instituições da esfera federal e estadual e os habitantes na região do Baixo Rio Negro, manifesta no âmbito da consulta pública realizada em dezembro de 2007, junto às comunidades da então Área de Proteção Ambiental da Margem Direita do Rio Negro, que propunha a recategorização da região de APA para RESEX, proposta defendida no nível das agências federais, e de APA para RDS, proposta defendida pelas agências no nível estadual.

Esse evento é relatado por quase todos no momento da pesquisa de campo, como uma situação que foi guardada na memória pelo clima de tensão que a envolveu e que se reflete ainda no longo tempo de sua duração, como é retratado na narrativa a seguir:

Olha, no começo, quando foi aberta a audiência pública pra criar a reserva, a gente não entendia muito bem o que era (...) Quando houve a consulta pública, deu bastante gente, e muita gente veio preparada pra criar até mesmo

protesto, entendeu? E foi muito discutido, basta dizer que começou isso umas oito horas do dia e, quando foi batido o martelo pra dizer 'sim' à reserva, eram onze horas da noite. (...) Tava o ITEAM, IBAMA, IPAAM, IDAM, SDS, SEUC, todos (...) eles já traziam com aquela ideia da RDS do Juma, que foi a primeira a ser criada. Então quando eles vieram já tinha amadurecido o que estava acontecendo com o Juma. Trouxeram até algumas pessoas lá do Juma pra dizer como é que tava todo o trabalho. (Sr. J. R., comunidade Terra Preta, entrevista realizada em maio/2011)

A narrativa deixa transparecer que o clima de tensão estabelecido entre os comunitários e as agências governamentais, nesse processo, parece ter sido superado quando essas agências, que representavam o governo do Estado, apresentam a experiência da RDS do Juma, enquanto estratégia para atingir o objetivo de convencer esses moradores da região do Baixo Rio Negro, da relevância que seria, na visão dos porta-vozes do Estado, a criação da RDS do Rio Negro nos moldes da RDS do Juma, considerada por esse segmento de governo como uma experiência bem sucedida de área protegida com gestão em coparticipação.

A RDS do Juma foi criada em 3 de julho de 2006, com a assinatura do Decreto nº 26.010. Ela está totalmente inserida no município de Novo Aripuanã, situado na região sudeste do Estado do Amazonas, distante 227,8 km de Manaus, em linha reta, e a 300 km por via fluvial. Sua implantação segue as regras do Sistema Estadual de Unidade de Conservação (SEUC), bem como as regras estabelecidas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Possui 26 comunidades no seu interior e 17 no seu entorno que utilizam os recursos naturais do interior da reserva. Além disso, a RDS do Juma é pioneira ao receber o primeiro projeto de REDD (Redução de

Emissões por Desmatamento e Degradação) da Amazônia brasileira. (SDS, março/2010)

Esse projeto objetiva conter o desmatamento e suas respectivas emissões de gases de efeito estufa (GEE) em uma área sujeita à grande pressão de uso da terra no estado do Amazonas. Sua implantação faz parte de uma ampla estratégia planejada e iniciada em 2003 pelo governo do estado do Amazonas para a contenção do desmatamento e promoção do desenvolvimento sustentável, baseada na valorização dos serviços ambientais prestados por suas florestas (VIANA *et al.*, 2008).

Sua criação e implantação efetiva só foram possíveis graças à perspectiva de efetivação de um mecanismo financeiro para geração de créditos de carbono oriundos da – REDD, que vem sendo planejado pelo Governo do Amazonas.

Figura 26



Vista aérea da RDS do Juma, Novo Aripuanã-AM, 2009

Fonte : CEUC

Os idealizadores desse projeto acreditam que sua implantação resultará, até 2050, na contenção do desmatamento de cerca 329.483 hectares de floresta tropical, o que corresponderia à emissão de 189.767.027,9 toneladas

de CO² para a atmosfera, que ocorreria no cenário de linha de base esperado para a área onde foi criada a RDS do Juma.

É válido ressaltar que a rede de hotéis *Marriott International* está financiando a implantação do projeto com investimentos anuais de US\$ 500 mil durante os quatro primeiros anos, combinando receitas provindas de seus hóspedes, convidados a neutralizar as emissões de carbono relativas às suas hospedagens, com US\$ 1 por noite.

Esse dado se apresenta como um elemento que corrobora com a presente análise no sentido de afirmar que os interesses em ações voltadas à manutenção dos serviços ambientais, conseguidos a partir da criação de áreas de preservação, associadas a projetos de redução de emissão de carbono, comungam de interesses planetários, porém se efetivam, no caso da Amazônia, em intervenções particularizadas, baseadas em muitos casos, em parcerias público-privadas.

Segundo a SDS (março/2010), em 30 de setembro de 2008, o projeto de REDD da RDS do Juma foi validado seguindo os critérios da certificação CCBA – *Climate, Community and Biodiversity Alliance* (Aliança Clima, Comunidade e Biodiversidade) emitido pela certificadora alemã TÜV SÜD, que concedeu ao projeto o padrão de qualidade OURO, o primeiro do mundo a ser incluído nesse padrão.

Essa experiência abriu caminho para projetos semelhantes em outras UCs do Amazonas, como é o caso da RDS do Rio Negro, onde, hoje, como em muitas outras no estado do Amazonas, o componente utilizado para o envolvimento dos habitantes das comunidades localizadas no interior da RDS tem sido um programa de pagamento por serviços ambientais, desenvolvido no

âmbito de uma parceria público-privada, estabelecida pelo governo do estado do Amazonas, Coca-Cola e Bradesco, responsáveis pelos recursos investidos para a implantação do Programa Bolsa Floresta (PBF), aliando, ao pagamento por serviços ambientais, o discurso no qual os próprios moradores se tornariam os fiscais, ou como é veiculado midiaticamente pelas agências estatais, os “*guardiões da floresta*”, como destaque na fala de um morador da RDS do Rio Negro.

Com a primeira reunião que teve (...) o rapaz que veio lá, ele falou: – Olha, uma coisa eu vou falar pra vocês (...) essa reserva, ela não é intocável pra vocês, sabe por quê? Isso aqui é sustentável, isso aqui é pra conservar. A conservação, ela não é intocável, não, (...) vocês mesmos vão ser fiscais dentro da comunidade de vocês, não é preciso colocar fiscais, não; vocês mesmos vão fiscalizar. Qualquer coisa, que não quiserem obedecer, vocês passam um rádio, e aí a gente vai pegar aí na “boca”. (Sr. A. V., 68 anos, sobre as orientações dadas na consulta pública que decidiu pela criação da RDS do Rio Negro. Comunidade Nova Esperança, entrevista realizada em 19 de maio de 2011.)

O termo em destaque nessa narrativa refere-se à “boca do rio”, expressão utilizada na região Amazônica para determinar o local considerado a entrada de um rio. Na “boca” do rio geralmente ficam os postos de vigilância e fiscalização de áreas de proteção ambiental, com suas bases de vigilância e controle. O diálogo em que se deu essa orientação foi realizado no momento da consulta pública, quando os representantes desses órgãos de fiscalização encontravam-se presentes, dando aos moradores da RDS as orientações de como se comportar numa situação de desrespeito à sua suposta autoridade enquanto “*Guardiões da Floresta*”.

Na narrativa, é possível perceber a ideia de corresponsabilidade entre governo e povos tradicionais, sendo inculcada, através dessa atribuição de *guardiões da floresta*, uma estratégia gestada no âmbito da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS), que vai tomar corpo no âmbito do Programa Bolsa Floresta, associando-se, a essa estratégia de corresponsabilidade, o *marketing* da política estadual de meio ambiente, adotado após a criação da SDS, em 2003, qual seja: “*Valorizando a Floresta em Pé*”.

Tal estratégia rendeu múltiplos ganhos à imagem política do governo do Amazonas que implantou, à época, o programa de pagamento por serviços ambientais: o Bolsa Floresta. Segundo SCHWEICKARDT (2010), esses ganhos à imagem política são expressos em uma série de reconhecimentos públicos concedidos por diferentes organismos nacionais e internacionais, com base em seus discursos performáticos em relação à política ambiental, a saber: II Prêmio Brasil Meio Ambiente – concedido pelo Jornal do Brasil/Revista, pelo JB Ecológico e pela Gazeta Mercantil, pelo Programa Bolsa Floresta; o prêmio Homem do Ano no Meio Ambiente - homenagem concedida pela Revista *Isto*, ao, então governador do Amazonas, Eduardo Braga, por sua política de meio ambiente, em dezembro de 2007.

Entretanto, no que diz respeito à ideia de corresponsabilidade, E. Scherer e J. Cardenes (2010) chamam atenção para o fato de o Estado, ao conferir um suposto poder de vigilância aos *guardiões da floresta*, passar, de certa forma, a se desobrigar de sua função clássica de proteger as fronteiras e de promover a segurança, que, nesse caso, corresponde às áreas de proteção ambiental que compõem a região central da floresta amazônica, foco para a

implantação do Programa Corredores Ecológicos, mencionado nas páginas iniciais deste capítulo.

Assim, o poder tutelar se mostra presente nesse cenário, quando as ações voltadas à formação de uma *consciência socioambiental*, por parte dos habitantes de áreas protegidas, são condicionadas por contrato estabelecido com fins de transferência de renda. Quando ocorre a assinatura do contrato entre as partes, ou seja, o governo do Estado, por intermédio da Fundação Amazonas Sustentável (FAS), entidade de natureza público-privada, e as famílias que habitam essas áreas de proteção ambiental, contempladas com os recursos do PBF, ficam estabelecidas regras que condicionam a transferência da renda.

Dentre as condições estabelecidas, as que mais se destacam são as que dizem respeito à limitação da área de *roça* a dois hectares por família, a proibição da promoção de queimadas e de extração de madeira ilegal para comercialização, o que se destaca frequentemente nas narrativas dos entrevistados.

Assim, é possível perceber que o histórico de criação de áreas protegidas na região do Baixo Rio Negro, bem como no sudeste do estado do Amazonas, apresenta em comum o fato de serem demandas associadas ao propósito da política ambiental do governo do Estado do Amazonas, tendo em vista que, no caso da RDS do Juma, foi do Seminário de Avaliação e Identificação de Ações Prioritárias para a Conservação, Utilização Sustentável e Repartição dos Benefícios da Biodiversidade da Amazônia Brasileira, realizado na cidade de Macapá, em 1999, que foi indicada uma área,

denominada polígono BX 049, localizada na bacia do Rio Aripuanã, como de extrema importância para a conservação da biodiversidade (CAPOBIANCO *et al.*, 2001; MMA, 2002).

Foi com base nessa avaliação que a SDS realizou uma expedição de campo à região do Rio Aripuanã, no município de Novo Aripuanã, com intenção de avaliar o potencial da área para a criação de uma UC. Essa expedição foi realizada no período de 16 a 26 de abril de 2005 e contou com a participação de técnicos da SDS, do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM), da Conservação Internacional (CI), do Instituto de Terras do Amazonas (ITEAM), Instituto de Pesquisas da Amazônia (INPA) e Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

No caso da RDS do Rio Negro, do Parque Nacional do Jaú e o de Anavilhanas, o procedimento diferencia-se a partir da motivação que o causou, pois, pelo que indica a pesquisa de campo, essa motivação estaria voltada ao estabelecimento de um (re)ordenamento das atividades de exploração de recursos naturais desenvolvidas naquela região pelos habitantes locais e, eventualmente, por terceiros que promoviam essa exploração sem nenhum tipo de permissão oficial, como é o caso da RDS do Rio Negro. Mas no caso dos Parque Nacionais do Jaú e Anavilhanas a intenção foi a de implantação de áreas totalmente voltadas à preservação da biodiversidade.

CAPÍTULO V

5. **GUARDIÕES DA FLORESTA? : Representações sobre o que é viver numa RDS no Rio Negro**

Pra mim, uma Reserva é você não poder pescar, só pode trabalhar dentro do manejo, e o manejo serve para o desenvolvimento, para nós poder trabalhar dentro do desenvolvimento. Eles (FAS, SDS e outros órgãos fiscalizadores) botam um bocado de norma lá pra gente cumprir e, se o cara baixar a cabeça pra eles, já era. Tudo tem que ser do jeito deles. (Sr. F., 22, - comunidade Tiririca; entrevista realizada em 22 de maio de 2011)

As comunidades localizadas no âmbito dessas áreas protegidas guardam um papel que, na configuração da política ambiental em curso no Amazonas, entendo ser de extrema importância para o sucesso dos objetivos propostos na Lei de Mudanças Climáticas, promulgada em junho de 2007. Por razão de suas práticas produtivas estarem diretamente relacionadas com o uso dos recursos naturais contidos em tais áreas protegidas, o envolvimento desses atores nas estratégias adotadas pelas agências do Estado tem se dado de forma intensa e diversa.

Contudo, ressaltando a ideia que está no cerne dessa reflexão, acerca do exercício do poder no que tange à relação estabelecida entre esses atores e as agências institucionais de nível federal e estadual que atuam nessa região, no que se refere ao processo disciplinador da relação desses atores com os recursos naturais que se encontram em suas comunidades, destaco, nas

narrativas desses sujeitos, dois elementos que julgo significativos para a compreensão desse processo: um que diz respeito a suas representações acerca de possíveis perdas e ganhos que o novo paradigma cultural da *sustentabilidade* a eles imposto tem apresentado no plano da autonomia da reprodução de seu modo de vida no cotidiano; e outro, que diz respeito às impressões que tal processo tem causado à sua percepção sobre a relevância ambiental, econômica e social que a região em que moram tem adquirido num nível planetário, elemento a ser destacado a partir das narrativas e que tratarei no próximo capítulo desta tese.

Sobre o primeiro aspecto, analiso, a seguir, as representações desses sujeitos no que diz respeito ao entendimento por eles manifesto sobre o que significa viver na RDS localizada na região do Baixo Rio Negro. Em que pese as manifestações divergentes quanto ao tema, três representações foram mais frequentes nas narrativas colhidas a partir das entrevistas realizadas e a elas passo a me referir.

5.1 RDS e o regime de proibição

Esse registro de RDS enquanto compreensão de se viver sob um regime de proibição apresenta, nas narrativas, um elemento constante: o da limitação das ações dos indivíduos frente às atividades historicamente por eles desempenhadas na reprodução de suas condições cotidianas de vida. Nas narrativas dos entrevistados, quanto a essa nova denominação do território em que vivem, a Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS), e ao novo

paradigma de comportamento frente aos recursos naturais que se impõem a seu cotidiano, eles dão conta de uma compreensão parcial do processo no qual figuram como sujeitos de papel extremamente importante.

Questionados quanto aos argumentos utilizados pelos representantes das instituições estatais no momento da consulta pública que propunha a transformação da região em que moram em RDS, muitos desconheciam a finalidade última almejada pelas instituições envolvidas na gestão ambiental daquela região do estado do Amazonas, que está diretamente relacionada ao cumprimento dos objetivos da Lei de Mudanças Climáticas, criada no estado do Amazonas em junho de 2007.

O que alguns entrevistados relatavam estava relacionado ao argumento da necessária conservação do ambiente, no sentido de limitar a ação antrópica e melhorar a qualidade de vida desses habitantes, como é destacado, a seguir, na narrativa do morador Henrique, 49 anos, pensionista, que vive na RDS com a esposa e dois filhos. Sua esposa relatou ser nascida na comunidade do Tambor, localizada no interior do Parque Nacional do Jaú, e ter saído de lá após os conflitos que se originaram entre moradores e o IBAMA, conflitos decorrentes da criação do parque em 1980.

Embora tenha adquirido o terreno na comunidade Nova Esperança, desde 2003, a família só se instalou definitivamente em 2010. Antes só passava lá os finais de semana, por falta de estrutura construída para a moradia. Assim, a família morava na casa de parentes em outra localidade, até que essa residência fosse dotada do mínimo necessário para que pudesse nela habitar.

Esse morador destacou que tem dúvidas quanto à intenção de melhoria de qualidade de vida proposta no discurso dos representantes legais das agências estatais, os quais se fizeram presentes na consulta pública que propunha a criação da RDS do Rio Negro. Segundo ele, todas as atividades que se referem à exploração dos recursos para a reprodução de suas condições de vida passaram a obedecer limitações a partir da transformação da região em RDS.

Eles falaram que a reserva era pra nos ajudar. Mas eu não sei é se é pra nos prejudicar. Eles falaram que era pra nos ajudar, pra ter mais possibilidades de se trabalhar legalizado, tudo isso... (Sr. H., 49, Comunidade Nova Esperança, entrevista realizada em maio de 2011)

A RDS, para a maioria dos entrevistados, corresponde a uma forma de constrangimento, uma vez que a ideia da proibição se evidencia a partir das limitações impostas quanto ao uso dos recursos naturais, como terra para plantio, madeira, pescado e caça.

Nas entrevistas realizadas, alguns informantes relatam as dificuldades decorrentes da redução dos limites para o desmatamento de áreas destinadas à atividade agrícola. A moradora Gessy, 58 anos, agricultora, e seu esposo, Sr. Antonio Vitorino, agricultor, 68 anos, vivem na região desde que nasceram. Ela destaca, na sua narrativa, a dificuldade de entender a nova denominação do lugar em que vivem, uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável, onde tudo é visto a partir da perspectiva da proibição.

Eu acho que é, uma área proibida que a pessoa não possa fazer nada. Eu sei que tudo é limitado: o roçado, a pescaria, a caça, tudo é limitado, não pode

passar fora do limite (...) Antes não era proibido nada. (Sra. G., 58, comunidade Nova Esperança, entrevista realizada em maio de 2011)

Esses limites impostos revelam o caráter disciplinador da gestão do território quando aliado à gestão ambiental, o que, pode-se dizer, seja a grande semelhança entre a gestão daquele território, tanto pelo governo federal quanto pelo governo do estado. Este último tem como elemento diferenciador o pagamento por serviços ambientais, promovido no âmbito do Programa Bolsa Floresta, e que passou a vigorar logo após a transformação daquela região em RDS, no ano de 2008.

Outros moradores destacam o seu entendimento sobre a RDS como *“uma área que deve ser protegida por eles para o benefício deles mesmos”*. Nessa perspectiva, a ideia de sustentabilidade surge de forma incipiente na compreensão da possível melhora de condições de vida, mas a partir de um outro comportamento desses sujeitos em relação aos recursos naturais.

A narrativa de Edilene, agricultora, 37 anos, casada e que mora na comunidade desde que nasceu é esclarecedora. Hoje, com seus quatro filhos e um neto, expressa a sua compreensão sobre uma RDS: *“Eu entendo assim, que eles querem que nós preservamos a natureza, o meio ambiente pra gente viver”*. Mas a visão da contradição recai sobre a proibição da ampliação do uso de terras para cultivo pelos produtores rurais locais, como ela e o marido, que promovem o sustento a partir dessa atividade:

(...) é muito pouco o que eles ofereceram para cada morador não ficar mais dependendo da floresta. Então acho que eles tinham que investir mais, pra gente, porque se depender desses R\$50,00 não dá? (Sra. E., 37, comunidade Nova Esperança, entrevista realizada em maio de 2011).

O vice-presidente da Associação Comunitária da comunidade Nova Esperança, o Sr. Roberto, que também atende pela alcunha de “Mineiro”, agricultor, com formação em engenharia química, migrante do estado de Minas Gerais, mas que já vive na comunidade há mais de duas décadas, destaca, em sua narrativa, os equívocos dos gestores ambientais. Segundo ele, a orientação de como lidar com os recursos dentro de uma lógica *sustentável*, pregada pela política ambiental proposta pelo Estado, na atualidade, deveria vir primeiro que a proibição de sua exploração a partir da criação da RDS.

Onde eu vou eu falo com tudo quanto é “bichão” por aí: - Vocês criaram a RDS ali de forma irresponsável. Primeiro, vocês tinham que ter chegado lá e ensinado o pessoal a fazer biojoias, ensinado o pessoal a fazer vassouras, aprender a sobreviver antes de proibir. Primeiro eles chegaram e proibiram (...) proibiram tudo. O pessoal aqui ficou doido, teve gente que foi embora; aí, se desorientou, não tinha o que comer. - Não posso caçar, não posso pescar, não posso isso, não posso aquilo, vou ficar fazendo o que aqui? (Sr. R., comunidade Nova Esperança, entrevista realizada em maio de 2011)

Por outro lado, outros relatos dão conta da demora na implantação dos projetos apresentados à Fundação Amazonas Sustentável (FAS), que gerencia os recursos do PBF. Isso se dá, segundo alguns informantes, pela grande demanda que a FAS recebe, já que ela deve atender a todas as Unidades Estaduais de Conservação que são beneficiadas pelo programa Bolsa Floresta, e que, em outubro de 2012, contabilizava um total de quinze unidades, cada uma com um número diferenciado de comunidades que elaboram seus projetos

para implementação da utilização dos recursos do Bolsa Floresta Renda e Bolsa Floresta Social.

Esse aspecto é ressaltado com ênfase em relatos de quem está à frente dessa relação entre a comunidade e as instituições que disciplinam o uso dos recursos pelos habitantes da RDS, no caso, aqueles que exercem funções de liderança comunitária. Eles reclamam de questões que envolvem tanto a demora na implantação de projetos elaborados pelas comunidades da RDS, como ainda de impor, em alguns casos, o direcionamento para o uso dos recursos oriundos dos componentes do Bolsa Floresta.

Nem uma roçadeira que nós pedimos, até hoje não veio essa roçadeira, vai fazer um ano (...) e a gente precisa aqui de uma roçadeira. Agora dizem que vem agora. (...) mas acontece o seguinte,,(...). ela vai falar pra mim que a roçadeira aumentou o preço. Eu não quero nem saber, ela tem que vir pra mim no preço que nós combinamos. (...) Eles mandaram uma máquina sem a gente solicitar e nós vamos devolver essa máquina: uma máquina de montar o motosserra em cima pra serrar madeira, a Serraflex, ninguém quer. Uma motosserra é máquina de dois tempos, que não pode serrar vrummmmmmmmm... direto. Você acaba com o motosserra. Tem que ser vrummm, vrummm, vrummm. Eles são acostumado a serrar só desse jeito aqui. (Sr. R., comunidade Nova Esperança, entrevista realizada em maio de 2011)

Nesses relatos é possível perceber um certo grau de resistência desses sujeitos em relação a certas decisões tomadas pela FAS, no sentido de empregar os recursos do PBF, sem que, para isso, haja a consulta àqueles aos quais tais recursos são destinados, na forma de ações que lhes proporcionem melhor qualidade de vida. Situações como as relatadas, baseadas na

arbitrariedade das decisões tomadas, remontam ao processo pelo qual a relação de animosidade estabelecida naquela região, entre as instituições promotoras da gestão e fiscalização ambiental e os habitantes locais, se manifesta, ainda hoje como uma possibilidade que tornará mais difícil atingir o propósito da conservação ambiental objetivada pela política ambiental implantada no estado do Amazonas.

5.2. RDS e trabalho legalizado

Na comunidade Tiririca, os relatos, em sua maioria, dão conta de um aspecto que se destaca com certa relevância, o do trabalho legalizado. Foi o que observei em narrativas como a do Sr. Jonas, 30 anos, que trabalha em artesanato de produção de biojoias junto com sua esposa e que, todavia, tem como atividade principal o extrativismo de madeira, mediante plano de manejo, *“Aqui, no momento, nós estamos com o plano de manejo dentro da comunidade. É a atividade com madeira mesmo”*. Além disso, complementarmente, o casal se beneficia da Bolsa Floresta Família, do Bolsa Família e, indiretamente, dos recursos viáveis pela transferência para a comunidade dos recursos decorrentes do componente Bolsa Floresta Renda e do Bolsa Floresta Social.

Esse entrevistado definiu assim a Reserva de Desenvolvimento Sustentável:

Pelo que eu participei das reuniões que têm tido aqui na RDS, pra mim é uma coisa que a gente mora dentro de uma reserva, mas a gente pode fazer algumas coisas de sustentabilidade. Que a gente pode trabalhar na legalidade.

Mas no meu ponto de vista, ainda falta muita coisa. (Sr. J. 30, Comunidade Tiririca, entrevista realizada em 21 de maio de 2011)

Nessa narrativa, como em outras que foram registradas, nota-se uma apropriação de termos que não são próprios do cotidiano desses sujeitos, mas que são introduzidos no seu discurso e apropriados por eles a partir de sua percepção do mundo. Assim, a sustentabilidade advem do sentido de sustento, que é vocábulo sobre o qual há o domínio de sua compreensão. Essa inserção da sustentabilidade, como uma nova postura a ser assumida pelos novos *guardiões da floresta*, vai se efetivando a partir da sua adaptação ao universo de significados próprios dos sujeitos sociais envolvidos na sua implantação.

A definição de sustentabilidade apresentada por esse sujeito se fundamenta na experiência construída por participação no processo de transformação dessa área em RDS. Ele destaca sua participação em tais reuniões, sobretudo naquela que ocorreu em dezembro de 2007, na comunidade de Saracá, Polo 2, da RDS do Rio Negro. Tratou-se, de fato, de uma consulta pública para posicionamento dos moradores quanto à recategorização da região que antes era uma Área de Proteção Ambiental para configurar-se em uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável. Aliás, havia sobre esse vínculo anterior quase completo desconhecimento, embora esse próprio desconhecimento causasse inúmeros descontentamentos e relações tensas entre os moradores e os fiscais do IBAMA.

Embora fosse uma reunião pública com a presença de representantes institucionais, Jonas identifica tais presenças pela nomeação do então Secretário Estadual do Meio Ambiente, Prof. Virgílio Viana, tal como identifica a

instituição e uma das formas de legitimidade dessa posição. Por tal forma de identificação, informa, complementarmente, que o professor, no momento da entrevista, ocupava um importante cargo de decisão na FAS.

Ainda como tema relevante emergido nas conversas que tive com os moradores da RDS destaca-se uma variedade de normas quanto à atividade produtiva, sobre as quais eles elaboram, por negatividade ou constrangimento, em contraposição às normas que vigoravam no passado recente. Ou seja, as normas têm se introduzido nas práticas cotidianas como uma nova postura a ser assumida no trato dos recursos naturais historicamente explorados por moradores nessas comunidades. Contudo, assumem, nas suas narrativas, o peso da legalidade, que, reconhecidamente, eles não vivenciavam antes da criação da RDS.

O nosso trabalho era assim: ninguém trabalhava com madeira legalizada. A gente tirava a madeira, vendia normal, sem documento nem nada. A nossa produção, eu posso dizer assim, não era legalizada em nada. Então era dessa forma que a gente trabalhava. Normal, mas sem documentação.

Porque até mesmo, eu posso dizer assim, a extração de madeira, ela é feita de forma consciente. A gente recebeu todas as instruções. Então, hoje você não faz mais aquilo que fazia antes. Assim, pra você derrubar uma árvore tem todo um processo. Acho que isso ajuda muito e também na parte de turismo. Como nós fazemos um trabalho com turismo, aqui, a comunidade começou a se conscientizar de que não deve jogar lixo, muitas coisas não se pode fazer na comunidade porque isso depois vai trazer, mais na frente, prejuízo para nós mesmos. Eu acho que é dessa forma mais ou menos como eu entendo. (Sr. J. 30, Comunidade Tiririca, entrevista realizada em 21 de maio de 2011)

Em relação ao Programa Bolsa Floresta, implantado desde 2008 pelo governo do Estado do Amazonas na RDS do Rio Negro, o entrevistado acredita, assim, como a grande maioria dos entrevistados, tratar-se de um programa oriundo da esfera do governo federal. É possível que essa atribuição ao PBF como um programa federal e não estadual, deva-se ao histórico da relação cada vez mais estreita, estabelecida entre as instituições responsáveis pela fiscalização das áreas de proteção integral, criadas naquela região pela esfera federal do governo, e em relação ao comportamento de seus habitantes frente à exploração dos recursos.

O PBF tem, em seus objetivos, a adoção de um novo comportamento dos comunitários frente ao meio ambiente, embora nem todos percebam, nesse novo comportamento, uma postura que colabore para a melhoria da sua qualidade de vida, como é possível perceber na narrativa:

O conhecimento que eu tenho, o foco dele, é a melhoria de vida dos comunitários das RDS do Amazonas. O objetivo dele é esse? Conservar, mas também gerar uma renda para os comunitários porque a gente sabe que nesse programa a gente recebe 50 reais a família. Mas recebe 350 reais para o renda e 350 reais para o social. Parece que é mais ou menos 400 por família que dá. (Sr. J. 30, Comunidade Tiririca, entrevista realizada em 21 de maio de 2011)

Contudo, outros moradores têm uma visão fragmentária, destacando apenas um aspecto negativo, como é o caso de Paulo Sérgio, 38 anos, ensino fundamental incompleto, morador da comunidade desde que nasceu. Casado e com dois filhos, esse chefe de família, como a grande parte dos que moram na comunidade Tiririca, vive da atividade madeireira. A esposa e filhos produzem espeto, atividade considerada artesanal pela FAS e liberada pelo IBAMA. Seu

entendimento sobre a nova configuração da região em que mora, agora uma RDS, é destacada por ele no plano da legalização de suas atividades produtivas: *O que eu entendo é que a gente possa tirar da Reserva para nós podermos nos sustentar sendo legalizado. É o que eu posso lhe dizer.* No que se refere à sua percepção quanto a uma melhora de qualidade de vida relacionada a uma nova postura dos moradores dessa região no que diz respeito ao meio ambiente, ele declara:

(...) falam assim: – Você tem que receber pela “floresta em pé”. Mas só que a gente, você sabe que quem mora aqui nesse “beiradão”, todos vocês conhecem o “sobrevimento” das pessoas. A maioria trabalha com madeira, como você sabe. Outros com pesca e etc... Sobrevivem daquilo que tem na reserva. Eu posso dizer:, da natureza. E quando vem isso aí, muitas pessoas que não tem saber, eu não tenho, mas por outro lado, a gente ainda vive porque eu aprendi essa pequena profissão e trabalho. E outros que não têm nenhuma pequena profissão e que só sabem fazer isso que eu terminei de lhe falar? E a gente não pode criar, crescer, por meio de proibição. Porque, muitas vezes, a pessoa só vem proibir e não traz a solução. Só sabem criticar, só sabem colocar lei, porque, se fosse como eu falei, a gente vai a reuniões, e falam coisas boas, e se realizasse, poxa! Era bacana, jamais, quem é que queria ir pro mato carregar madeira na mata? No Sacrifício? (Sr. P.S., 38 anos, comunidade Tiririca, entrevista realizada em maio de 2011)

Em outros depoimentos é possível perceber um destaque apenas ao que acreditam ser um aspecto positivo, tal como o relato da moradora Maria José, 22 anos, que concluiu o ensino médio e, mesmo morando na comunidade, trabalha na Secretaria de Finanças da Prefeitura, na sede municipal de Novo Airão. Maria José mora com os pais nessa comunidade, e sua mãe é beneficiária do PBF por desenvolver atividade de agricultura. Seu pai presta serviço de carpintaria a um pequeno empresário da região e acolhe

em sua casa ainda um filho e sua esposa, que trabalham com a produção de espeto, mas seu filho também está envolvido na atividade do manejo florestal.

A percepção dessa comunitária quanto à nova configuração da região enquanto RDS e a inclusão dos comunitários no âmbito do PBF é destacada nas declarações a seguir:

... porque é uma reserva; se é reserva, temos que preservar onde nós vivemos, então foi muito bom porque, hoje em dia, a gente vê que com a reserva a natureza vai ficar protegida durante anos. (...) Melhorou porque, depois do Bolsa Floresta, as pessoas agora têm a noção de que não pode destruir as coisas e têm as reuniões agora, como a senhora falou. Antes não tinha tanta reunião, agora o presidente vai pra Manaus, vai nessas reuniões, e ele chega aqui com as pessoas e conversa, e tem um objetivo pra comunidade, que as pessoas no futuro possam ter sua renda melhor, melhoria de renda, que é a implantação dessa pousada, né? Então todos estamos acreditando nisso: que, com essa pousada, vai melhorar agora a vida aqui de nós, dos ribeirinhos. (Srta. M. J., 22 anos, comunidade Tiririca, entrevista realizada em maio de 2011).

A construção da pousada, citada na narrativa acima, é um desejo dos moradores, no entanto, faz parte de uma situação relatada pelo presidente da comunidade enquanto entrave causado pelo sistema de liberação dos recursos do PBF pela FAS. Corresponde a uma forma de poder de controle sobre as alternativas de promoção de renda pelos comunitários, tal como ocorre com projetos de assentamento, onde os recursos públicos, oriundos de projetos dessa natureza, são padronizados para serem transferidos em forma de produtos.

Por exemplo, a gente fez um projeto que era pra avicultura, criar uma granja comunitária, e nós estávamos com intenção de criar peixe também em gaiolas. Então nossos dois projetos eram esses; o nosso Bolsa Renda ia ser investido nisso. Aí, como teve a questão do Instituto Chico Mendes, que é difícil de

liberar a criação de peixe aqui na margem, por causa de Anavilhanas aí, que é perto, a gente tentou mudar nossa forma de projeto (...) como nós já trabalhamos com turismo, recebe turista, então nós mudamos pra tentar fazer uma pousada comunitária. Aí nós solicitamos a compra de um galpão que já está pronto, ele tem 16,0 x 8,0. Aí nós levamos pra FAS. Nós fomos na FAS, a comunidade me pagou passagem e alimentação, tudo pra ver se resolvia esse problema. Chegou na FAS, a FAS disse que não compra. (...) Aí mudou-se o projeto. Vamos fazer três apartamentozinhos de 5,0 x 4,0 pra atender três clientes. (...) Então hoje, a comunidade já não acredita que isso vai sair. Então eu acho que ficou assim um pouco difícil (...) já que esse dinheiro é comunitário (...)...eu acho que deveria ter uma forma de a comunidade participar mais. (Sr.J., 30, Comunidade Tiririca, entrevista realizada em maio de 2011)

Num primeiro momento, o que é possível observar, é que a falta de autonomia dos comunitários para gerenciar o recurso anual, proveniente do PBF, destinado a projetos que venham gerar renda, e que atendam a necessidades de subsistência das famílias, é uma reclamação constante. A definição do que pode ou não pode ser implantado com os recursos oriundos do PBF e que são destinados ao componente Bolsa Floresta Renda e Bolsa Floresta Social é dada pela FAS, a qual possui uma normatização própria destinada ao encaminhamento da aplicação desses recursos.

Contudo, pode-se observar ainda a perspectiva do poder disciplinar, que é abordada por FOUCAULT (1979), quando se nota a normatização que se impõe à rotina desses habitantes da RDS do Rio Negro, como às outras áreas de proteção ambiental implantadas no Amazonas. Esses habitantes passam de um regime de produção voltado ao mercado, para um regime voltado à subsistência, com o apelo da conservação ecológica que os denomina

“guardiões da floresta”, e, com isso, investidos de um poder de vigilância a ser exercido sobre as práticas exploratórias realizadas no interior da RDS.

Quando cheguei à comunidade Santo Antonio, a menor de todas do Polo 1, encontrei Keltylane, 17 anos, solteira, estudante do 2º ano do ensino médio, fazendo espeto, atividade artesanal autorizada pelo IBAMA para ser realizada pelos moradores daquela RDS por compreender que a mesma não promove danos ambientais. Essa moradora entende que a RDS corresponde a uma área liberada para o trabalho com recurso florestal, mas sendo legalizada. Ela reafirma sua ideia dando o exemplo de que, dentro da comunidade, não se pode cortar árvores sem permissão, o que, segundo a entrevistada, era comum antes da criação da RDS.

Figura 27



**Produção de espeto, comunidade Santo Antonio, RDS-Rio Maio/2011
Foto: Gimima Silva**

Quando perguntei sobre a forma como era comercializado o espeto que é produzido pelos comunitários, a entrevistada respondeu que essa comercialização dependia de um morador da comunidade Tiririca, que leva os espetos para Manaus, quando tem algum compromisso para cumprir. Quando

ele volta a Novo Airão presta contas, caso tenha conseguido venda para o produto.

Está muito ruim de emprego aqui. No final de semana, como agora, eu tô aqui fazendo espeto (...) não tem outro jeito. (...) A gente vende quando o homem tá disponível a levar, o homem dali do Tiririca, o Sr. Valdir. Às vezes ele vai, passa umas duas, três semanas em Manaus, aí ele volta e diz que não, que o homem não comprou,(...) aí a gente tem que ficar dependendo dele poder levar porque não tem mesmo outro comprador aqui na região. (Sta. K., 17 anos, comunidade Sto. Antonio, entrevista realizada em maio de 2011).

Lá conversei ainda com a Mariete, 35 anos, casada, agente de saúde, mas que também produz espeto e está envolvida com o manejo florestal. Mariete é vice-presidente da comunidade e divide as responsabilidades de presidente com seu cunhado, pois, quando há reuniões na sede de Novo Airão ou em outra comunidade da RDS, ela vai representando a comunidade. Quando as reuniões ocorrem em Manaus, quem participa é o seu cunhado, o presidente da Associação Comunitária.

Na percepção da Mariete, a RDS impõe aos moradores novas regras sob as quais devem se relacionar com a natureza. Segundo ela relata, o processo que levou à reconfiguração da região em que mora em Reserva de Desenvolvimento Sustentável deixou transparecer em alguns o receio de mudanças que poderiam ser prejudiciais às atividades econômicas desempenhadas pelos moradores da região.

A gente aceitou porque não tinha alternativa mesmo. Muita gente ficava com medo, uns diziam que ia piorar: – Rapaz isso é um meio de chegar um dia em que a gente não vai poder cortar mais nenhum pau. Outros diziam outras

coisas e que iria melhorar. Então a gente ficava em dúvida: – Rapaz, pior do que tá não pode ficar. (Sra. M., 35 anos, comunidade Santo Antonio, entrevista realizada em 21 de maio de 2011)

Figura 28



Gimima com Mariete, vice-presidente da Comunidade Santo Antonio, RDS-Rio Negro, Novo Airão-Am, novembro, 2011 Foto: Gilson de Paula

5.3. RDS e gestão dos *Guardiões da Floresta*

Os moradores que se mostram resignados à condição de *guardiões da floresta* demonstram uma percepção da região em que moram enquanto área a ser protegida das investidas de interesses de pessoas estranhas à RDS, bem como de moradores de outras comunidades que a compõem. Assim, colocam-se numa posição de vigília constante, o que fica evidente em depoimentos como os que foram colhidos na comunidade Marajá, na casa de Dona Alice, 85 anos, moradora da região do Baixo Rio Negro há cerca de 40 anos, mas originária da região do Janauacá (Am).

Nessa casa encontrei um núcleo familiar baseado na atividade agrícola. D. Alice recebe uma aposentadoria e é contemplada com a transferência mensal do Programa Bolsa Floresta. Vive com seu filho Manoel, 44 anos, solteiro, agricultor, nível fundamental incompleto e que demonstra uma percepção da mudança na forma como a exploração dos recursos naturais madeireiros tem se dado a partir da transformação da região em RDS. Segundo esse morador,

Antes era “normal”, você fazia o que queria, se quisesse derrubar tantas árvores e deixar caída aí podia naquela época. Hoje, não. Se, por exemplo, chegar alguém de fora e querer entrar aqui ninguém vai mais aceitar isso. E antes de ser essa Reserva, quem chegava entrava e derrubava pau, itaúba não precisava nem morar aqui. Enchia o batelão e ia embora. Agora, não. (Sr. M., 44 anos, comunidade Marajá, entrevista realizada em 21 de maio de 2011).

Nesse depoimento, o cotidiano vivido por esses sujeitos mostra-se enquanto um ambiente onde a exploração dos recursos não se dava pelos moradores e sim por terceiros que não são nomeados, mas que aparecem com frequência nas narrativas.

Na fala de outra moradora, Andréa, 30 anos, agricultora, casada, ensino fundamental incompleto, mãe de três filhos, beneficiária dos programas Bolsa Família e Bolsa Floresta Família e que, desde que nasceu, mora em outra ilha que compõe a comunidade de Marajá, é destacado esse aspecto da corresponsabilidade exercida pelos moradores da comunidade.

Estes, buscando adequar-se à nova configuração da região enquanto RDS, e de seus moradores enquanto *guardiões da floresta*, enfrentam conflitos no cotidiano a partir de questões que envolvem a exploração dos recursos

naturais tanto por terceiros não nomeados, como por outros moradores de comunidades dentro da RDS.

Esse papel, atribuído a eles pela orientação da política ambiental implantada pelo governo do Estado naquela região, intervém no seu relacionamento com os outros sujeitos que se utilizam dos recursos naturais da RDS, no sentido de estabelecer uma postura conservacionista, que propõe a delimitação de fronteiras no que diz respeito à exploração dos recursos naturais que se encontram nessas comunidades.

Lá na comunidade de Santo Antonio eles trabalham com o artesanato de espeto (...) Então o que é que acontece? Lá onde eles trabalham não tem mais o pau pra fazer espeto. E o que é que eles fazem? Eles entram aqui na nossa comunidade, vão invadindo, porque aqui a gente não trabalha com esse pau e a gente tem muito dele, a árvore é a ripeira (...) e lá na comunidade do Tiririca e na comunidade do Santo Antonio não tem mais. Aí agora eles querem vir pra cá. Então eu disse pro presidente: – Tu ouviu quando teve a reunião o que a dona Valcléia e o que a dona Fernanda (funcionárias da FAS, responsáveis pelo PBF) falaram? Que você não podia permitir que outra pessoa de comunidade invadisse a comunidade do outro, e nós não vamos lá na comunidade deles pra nada. Eu sei que nós chamamos eles à atenção, e sei que o pessoal lá ficou chateado com a gente por causa disso (...) Porque todo mundo se conhece, todo mundo é amigo, só que nessas horas a gente não pode confundir a amizade com trabalho. (Sra. A., 30 anos, comunidade Marajá, entrevista realizada em 21 de maio de 2011)

Esse posicionamento também é manifestado na declaração do Sr. Mário, 61 anos, casado, sete filhos, agricultor e pescador, morador da comunidade Marajá há mais de 30 anos. Ele entende a RDS como sendo “... *uma área de preservação que não se pode deixar ser invadida por outras pessoas de fora*”. E, nesse sentido, tem buscado junto aos vizinhos de

comunidade um acordo em relação à exploração dos recursos, limitando essa atividade à comunidade de origem de cada um, não extrapolando os limites das comunidades dentro da RDS.

Nas declarações dos moradores da RDS do Rio Negro, é possível perceber que há uma tendência a definir esse novo cenário de viver numa RDS a partir de uma perspectiva particular a cada comunidade. Assim, viver numa RDS, para a maior parte dos moradores da comunidade Nova Esperança, é viver sob a perspectiva da proibição, da limitação de atividades que antes se realizavam de forma a não existir um “dono” da região. Na perspectiva de comunitários do Marajá, viver numa RDS constitui-se em tornar-se “*Guardião da Floresta*” e, nesse papel, não se pode permitir que a exploração dos recursos naturais, destinados aos moradores daquela comunidade, sejam explorados por outros que estejam fora dos limites da comunidade, mesmo que sejam comunitários residentes na RDS.

Para uma parcela significativa dos moradores da comunidade Tiririca e da comunidade Santo Antonio, morar numa RDS está relacionado a adotar atividade de conservação do meio ambiente. Isso se realiza a partir da regularização da atividade madeireira, e, ainda, pela organização comunitária para a busca da promoção da qualidade de vida a partir de projetos que se coadunem com essa perspectiva da conservação ambiental, bem como a de atividades artesanais como a confecção de biojoias e espetos.

Nesses termos, a visão da amostra de 22 famílias de moradores do polo 1, da RDS do Rio Negro, quanto ao seu envolvimento nas ações que promovem a implantação da política ambiental do Amazonas naquela região,

pode ser associada, em proporções semelhantes, à percepção da proibição, da vigilância e da legalização da exploração dos recursos naturais, conforme demonstrado anteriormente, mas ressaltando-se que a perspectiva da proibição ainda se apresenta com maior frequência diante das outras.

Face a tal constatação, retomo o cerne desta discussão no que tange às relações de poder estabelecidas entre as esferas do governo e as populações locais e em torno do campo ambiental, para compreender o processo que envolve a convergência entre ordenamento territorial e gestão ambiental na região do Baixo Rio Negro. Se, numa das representações manifestadas pelos sujeitos entrevistados, sua condição é a de explorador legalizado, percebe-se que, nessa posição, ele é inserido numa ordem de permissividade, pela qual lhe é concedido o direito à existência física e social enquanto houver sua identificação no plano da legalização de suas atividades produtivas.

No que tange à representação na qual estes sujeitos se definem enquanto *guardiões da floresta*, o discurso criado no plano do exercício simbólico do poder eleva tais sujeitos à categoria de representantes da autoridade sobre aquele espaço/território, de cuja manutenção/conservação depende seu sustento, bem como a manutenção do equilíbrio do clima de forma planetária. Assim agindo, os *guardiões da floresta* incorporam atributos de prestígio vinculados à contribuição dada à conservação do ambiente, para evitar o colapso da vida na terra, alardeado por relatórios científicos que dão conta de previsões cataclísmicas sobre a vida na terra, caso não haja ações que intervenham na base da relação de exploração dos recursos naturais impetrada pela humanidade.

De outro modo, quanto à representação que dá conta de uma condição de viver sob um regime de proibição, possibilita afirmar, mais uma vez, que no campo do poder exercido na esfera política, que direciona ao campo ambiental uma preocupação com o futuro do planeta, as posições estão definidas no sentido de afirmar que as áreas são protegidas não por aqueles que nelas habitam, e sim por aqueles que impõem uma condição tutelar sob os que nelas habitam, definindo as formas permitidas de comportamento frente aos recursos naturais e sua exploração.

Para tanto, as estratégias utilizadas divergem em forma, mas não nos objetivos, podendo manifestar-se através de definição de áreas que devem ser esvaziadas da presença humana em seu interior, o que marcou a política adotada na esfera federal do governo até bem pouco tempo atrás, até à adoção do Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), mais utilizados por uma orientação conservacionista na gestão territorial e ambiental e que ganha forma na região do Baixo Rio Negro, no Amazonas, como um traço da política adotada na última década pela esfera estadual.

Contudo os ecos da primeira estratégia citada anteriormente ainda persistem, em se tratando da memória que leva à formulação de representações que os moradores da região em análise ainda elaboram, quando se trata de compreender sua atual condição em relação ao que foi priorizado na estratégia adotada por orientação preservacionista, pois segundo eles *“...aqui um jacaré pode comer uma pessoa, mas uma pessoa não pode comer um jacaré”*.

CAPÍTULO VI

6. SOBRE O REFLEXO DAS ESTRATÉGIAS DE GESTÃO AMBIENTAL E TERRITORIAL NO BAIXO RIO NEGRO-AM

6.1. Do (re)ordenamento das atividades socioeconômicas

Ao chegar à comunidade Nova Esperança, no Igarapé-Açú, em novembro de 2011, deparei-me com o Sr. “Mineiro”, ainda construindo o posto de saúde no qual estava trabalhando quando estive na comunidade, em maio do mesmo ano. Esse posto, que também servirá de laboratório para a Fundação de Vigilância e Saúde, conta com material cedido pela prefeitura de Novo Airão e a mão-de-obra voluntária desse comunitário. Ele passou a me relatar acerca da experiência do manejo madeireiro comunitário, atividade iniciada no mês de setembro de 2011 que, embora estivesse previsto para iniciar em junho, houve dificuldades de iniciar o trabalho por conta de alguns materiais que eram necessários para o início do trabalho e não havia recurso disponível para sua aquisição. Eram materiais como corrente, gasolina, óleo diesel e matão. Esse material foi fornecido por um comerciante de Novo Airão, que também é o único comprador local para a madeira oriunda do manejo.

Entretanto, esse comerciante opera de forma a descontar do montante da madeira apresentada o percentual que apresenta, segundo a sua análise, algum nível de imperfeição, reduzindo, em alguns metros cúbicos, o que é extraído pelos comunitários do que é realmente avaliado e pago a eles por esse comerciante.

A gente tirou 30m³ de madeira; descontando os materiais que ele passou pra gente, nós tiramos cerca de R\$ 460,00 cada pessoa, dos dez que tava trabalhando. E nós passamos um mês trabalhando. É pouco demais, é muita mão de obra, é muita dificuldade, ainda tem 10% da condução que tá puxando essa madeira (...) Depois nós tiramos 22m³, mas já sabendo que ele ia descontar, nós tiramos uma nota de 18m³ (...) Ele desconta qualquer coisinha, qualquer falha que a madeira tiver, mas é uma madeira tão sólida que é quase impossível essa madeira do jeito que ele quer. (Sr. R., comunidade Nova Esperança, entrevista realizada em novembro de 2011)

O Sr. Mineiro informou que o manejo iniciou com dez pessoas, contudo alguns foram desistindo e, naquele momento, somente oito pessoas estariam envolvidas no manejo. Ele mesmo saiu, pois tinha que cuidar de outros projetos pessoais, como mudas de árvores nativas para reflorestamento, visando, no futuro, basear-se não no manejo, mas na extração de óleos e sementes de espécies como andiroba e copaíba. Informou, ainda, que esses comunitários estariam procurando um outro comprador para a madeira, pois os descontos operados pelo atual desfavorecem em muito o resultado final do trabalho daqueles envolvidos no plano de manejo. O projeto da marcenaria deveria trabalhar com a madeira beneficiada, pois, ao agregar valor, fazendo, por exemplo, portal/aduela, o retorno financeiro a ser adquirido com a venda será multiplicado.

No mês de novembro de 2011, fui a outras duas comunidades, as mais envolvidas com o plano de manejo, a saber: Santo Antonio e Tiririca. Nelas obtive informações sobre a experiência dessa atividade, que é por eles desempenhada desde junho de 2011; e ainda sobre a realização dos projetos

que envolvem o emprego de recursos oriundos do Programa Bolsa Floresta Renda.

Nas duas comunidades, a experiência com o manejo florestal se deu de forma semelhante. Segundo Wilson, cerca de 25 anos, morador da comunidade Tiririca, foi realizado um primeiro contrato de venda para a Fundação Centro de Análises, Pesquisa e Inovação Tecnológica (FUCAPI), que pagou um preço acima do oferecido pelo comerciante local, comprador da madeira retirada da comunidade Nova Esperança. Entretanto, esse pagamento levou quase dois meses para ser efetuado. Isso fez com que as duas comunidades desistissem de operar outra venda para esse comprador e passou a submeter-se às condições e preço do comerciante que já realizava negócio com a comunidade Nova Esperança.

Segundo o morador da comunidade Tiririca:

Esse rapaz, ele deu condições de colocar um caminhão pra tirar a madeira, pois como o rio está seco a comunidade tem que fazer um ramal (...) Ele tá interessado, pois até colocou o caminhão. (...) Ele paga R\$ 350,00, mas a FUCAPI pagou R\$ 950,00 e ainda pagou o frete do barco. Sem descontar imperfeições na madeira. (Sr. W., comunidade Tiririca, entrevista realizada em novembro/2011)

Segundo os comunitários, o prazo para a exploração pelas comunidades do primeiro plano de manejo aprovado seria junho de 2012. Caso não conseguissem explorar o total de m³ aprovado dentro desse prazo de um ano, a comunidade deveria renovar o plano de manejo, cujo custo alcança R\$3.000,00 (três mil reais) para ser elaborado.

Na fala da Mariete, vice-presidente da comunidade Santo Antônio, a experiência com a FUCAPI foi boa pelo valor pago, mas a comunidade pagou R\$ 2.000,00 (dois mil reais) pelo barco que transportou a madeira até Manaus. Segundo ela, esse fato causou a demora no pagamento diante de erro na elaboração do contrato feito pela comunidade onde figurava uma multa a ser paga pela comunidade, se não houvesse o cumprimento do prazo para entrega da madeira, mas não havia uma data prevista para a efetivação do pagamento por parte do comprador. Com essa experiência, a comunidade Santo Antônio também desistiu de firmar novo contrato com a FUCAPI e passou a comercializar com um comprador local a R\$ 200,00 (duzentos reais) a madeira mole e R\$ 400,00 (quatrocentos reais) a madeira dura.

A comunidade tinha um plano de manejo para explorar 104m³, e conseguiu, até novembro de 2011, cortar e vender cerca de 46m³: uma venda para FUCAPI e duas para o comerciante de Novo Airão. Esse comprador, na verdade, intermediador/atravessador, pois a madeira acaba sendo comercializada por ele para Manaus, representando, assim, um atravessador desse recurso explorado inicialmente de forma comunitária.

Segundo Mariete, essa comercialização de madeira, da forma como estava sendo realizada, era muito trabalhosa e pouco rentável, pois, segundo ela:

na cubagem que nós fizemos aqui, eles contaram 21 m³, mas na cubagem que ele fez lá, só contou 15m³. Ele desconta muito (...) Da primeira não cobrimos nem a despesa, na segunda deu mais ou menos R\$ 500,00 (quinhentos reais) pra cada um. (Sra. M., 35 anos, comunidade Santo Antonio, entrevista realizada em 21 de maio de 2011)

No planejamento dessa comunidade para utilizar os recursos destinados ao Bolsa Floresta Renda já foi aprovada pela comunidade a aquisição de cinco máquinas de costura para as mulheres costurarem as bolsas ecológicas, destinadas a substituir as sacolas plásticas, consideradas, na atualidade, altamente poluentes. Os moldes virão de Manaus para serem montados na comunidade, contudo a rede elétrica precisa do funcionamento do Programa Luz para Todos para suportar o funcionamento das máquinas. Caso o programa não seja implantado até o início do projeto, a comunidade já está disposta a comprar um gerador mais potente que o lá existente para que as máquinas possam ser utilizadas na confecção das bolsas ecológicas.

Nesse sentido, é possível perceber que as escolhas dos comunitários, no que se refere a atividades econômicas mais adequadas ao ideário da sustentabilidade pretendida pelo programa Bolsa Floresta, estão constantemente orientadas pelo que é pré-determinado como sustentável pela FAS, numa clara demonstração de uma relação de tutela. Afinal, tais atividades levam esses comunitários a agir conforme o que é ou não permitido no âmbito de um projeto de gestão que se considere *sustentável*.

6.2. Dos efeitos do regime de tutela na (des)ocupação de áreas protegidas

É na perspectiva da submissão a um regime de tutela que se pode entender hoje um dos aspectos do cotidiano dos habitantes das áreas de proteção ambiental e que são contempladas por programas de pagamento por serviços ambientais, pois todos os aspectos da exploração dos recursos de que

fazem uso no cotidiano para sua reprodução enquanto grupo familiar passam a se adequar a uma autoridade que produz o que é considerado legal, dentro da nova configuração do território por eles habitado, a saber, uma RDS.

É nesse contexto que as narrativas a seguir destacam como era o cotidiano num passado não muito distante, contrastando com a situação atual, em que a restrição do uso dos recursos naturais se opera por força de lei.

É porque meu marido, quando era mais novo, fazia três quadras de roças sem pena da mata, mas hoje em dia tá um capoeirão; eu morei há vinte e seis anos lá no meu terreno, ali dentro nós fizemos quarenta e duas quadras de roças, mas hoje em dia tá tudo mata, tem só aqueles buraquinhos (...) Eles não proibiram, eles falaram que na capoeira eles dão duas quadras, na mata só uma e não tente fazer mais porque você vai ser multado, é arriscado de ser preso (...) Agora na capoeira você tem liberdade porque não tem mais aquela “vegetagem” daqueles pau grande, é só aqueles “pauzinho”, né? (Sra. J., 58, comunidade Nova Esperança, entrevista realizada em maio de 2011)

Figura 29



Capoeira, que já foi roçado, descansando a terra para uso futuro. Comunidade Marajá, maio/2011

Foto: Gimima Silva

Pela representação expressa na narrativa dessa agricultora, a vegetação nativa tem maior valor que a capoeira, isto é, a vegetação que nasce em áreas que já foram desmatadas para uso agrícola da terra. Nesse contexto, é possível afirmar que o Estado detém a hegemonia sobre o *poder simbólico* do campo ambiental (BOURDIEU, 1989), tendo em vista que os sujeitos se referem a suas atividades pretéritas enquanto uma forma de exploração do recurso natural fora do parâmetro que hoje é imposto. Isso significa dizer que o Estado, através de suas agências de gestão e fiscalização de Áreas Protegidas, possui o poder de imposição de uma determinada forma de visão da realidade no que concerne às problemáticas relativas ao meio natural. E isso implicaria também dizer, primeiramente, com base no monopólio que possui do exercício legítimo da coação, que ele detém o poder de ordenamento territorial, expresso prioritariamente na criação de unidades de conservação da natureza.

Além disso, com base na relação entre poder e conhecimento sob seu controle, o Estado detém o poder de jurisdição sobre o espaço, que se expressa na implantação de um modelo de legislação ambiental específico. Tal modelo se pauta no uso de uma série de instrumentos de mapeamento e que fornecem subsídios para essa gestão. Assim, a partir da implantação de programas voltados a esse público, comunidades habitantes de áreas de conservação ambiental são levadas a estabelecer uma relação mais estreita com as instituições de gestão e fiscalização, o que, de várias formas, limita a realização de práticas voltadas à reprodução desses grupos, como é o caso dos limites estabelecidos sobre o uso da terra.

Esses limites remetem diretamente à impossibilidade da posse da terra enquanto herança, traduzindo-se em possibilidades restritas de reprodução do grupo, que, no contexto de famílias que se organizam a partir da agricultura familiar, como assinala Margarida Moura(1978) está ligado, entre outras coisas, à relação mantida com a terra de trabalho.

Nesse sentido, a criação de Áreas de Proteção Ambiental, é uma prática que corrobora para a construção de um cenário que, em última análise, contribui para a redução de queimadas e, conseqüentemente, dos índices de emissão de carbono, emissão que atua como mola propulsora do processo de aquecimento global. Por outro lado, pode ser entendida por esses habitantes como elemento que impede a reprodução de sua permanência nesses locais, tendo em vista toda a restrição que se impõe para a continuação do desenvolvimento de suas práticas produtivas.

A permanência de seres humanos em áreas protegidas, condição que só se efetiva nas categorias de Reserva Extrativista (RESEX) e Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS), experimenta, neste cenário, uma situação em que a presença permitida vai aos poucos tornando-se ausência compulsória, ou seja, as áreas de proteção habitadas vão aos poucos tornando-se áreas de proteção desabitadas.

Tal situação se constrói no decurso das necessidades que são experimentadas no cotidiano desses habitantes, sobretudo as que concernem à formação acadêmica e profissional de seus filhos que, em sua grande maioria, desempenham atividades produtivas que envolvem o aproveitamento dos recursos naturais, como a terra. Eles, ao sair da comunidade em busca de

formação escolar em níveis não ofertados naquelas localidades, quando retornam, e se retornam, não encontram condições que lhes permitam dar continuidade ao sistema de reprodução dos núcleos familiares, associados que estão à apropriação de parte da terra destinada ao cultivo.

Essa impossibilidade se dá mediante a limitação do uso desse recurso, estabelecida pelo sistema de gestão ambiental e territorial próprio de uma RDS, onde as normas para uso dos recursos restringem o aumento das áreas destinadas a tais práticas. Tal cenário, construído a partir do estreitamento das relações estabelecidas entre as comunidades e as agências estatais de gestão e fiscalização, constitui-se num claro regime de tutela ao qual a organização política dessas comunidades também está atrelada.

6.3. Da organização comunitária sob tutela

Os habitantes da RDS do Rio Negro deixam transparecer, nas suas narrativas, certa inquietação quanto ao processo através do qual a comunidade, por mais que experimente o exercício da organização comunitária de tomadas de decisões quanto à aplicação dos recursos destinados pelos componentes Bolsa Floresta Social e Bolsa Floresta Renda, ainda permanece atrelada ao que é determinado pela Fundação Amazonas Sustentável (FAS).

Dentre as inquietações manifestadas através de seus depoimentos, percebe-se a mudança significativa no processo de organização das comunidades a partir da recategorização da área enquanto RDS e, conseqüentemente, da implantação do Programa Bolsa Floresta. Na fala deles é possível perceber tal inquietação, que revela a mudança nesse cotidiano

vivido a partir da presença constante do aval dessa agência de gestão, fiscalização e gerenciamento dos recursos destinados a promover atividades inscritas sob o signo da *sustentabilidade*

...no momento, eu sinto ainda que eles dizem: – É comunitário. Mas o comunitário não pode, ele não tem força pra pegar esse dinheiro e investir no que ele quer. Então é tudo por comando da FAS. Eu acho que dessa forma tem algum empecílio que impede ainda da comunidade desenvolver o trabalho que ela quer (...) Então os comunitários aqui ficaram até revoltado e disseram: – Não. Então esse dinheiro não é da comunidade, ele é da FAS; a Fundação faz o que quer. (Sr. J. 30 anos, comunidade Tiririca, entrevista realizada em maio de 2011)

São frequentes as narrativas de comunitários em que a percepção do regime de tutela está manifesta. Tal regime, que se apreende a partir da condição de moradores de uma área de proteção, em que, dentre as condições de permanência, está a obediência a tais normas impostas pelo programa de pagamento por serviços ambientais, se evidencia, a partir da reflexão sobre como se dá o cotidiano das comunidades no plano de sua representação frente às agências de gestão dessa áreas. Muitas vezes, as narrativas destacam a dificuldade de compreensão em alguns momentos dos trâmites que levam ao estabelecimento de algumas dessas normas.

Bem, quando a gente vai a reuniões, a gente chega muitas vezes a se alegrar, porque a promessa é incrível. Você, muitas vezes, se emociona, porque te falam as coisas que parece que vai acontecer, né? E a gente que mora por aqui, com pouco saber, que nem eu, às vezes a gente assina até uma proposta dessas, e acaba, muitas vezes, se prejudicando. (Sr. P.S., 38 anos, comunidade Tiririca, entrevista realizada em maio/2011)

As narrativas deixam transparecer, em alguns aspectos, que nem sempre a retórica que envolve tais ações de intervenção se efetiva no sentido

de atingir seus objetivos, que envolvem a melhoria das condições de vida das populações que habitam áreas protegidas associada à promoção de um novo paradigma de relação com os recursos naturais: o da *sustentabilidade*.

Os sujeitos que hoje experimentam a responsabilidade compartilhada com as agências estatais, na conservação das áreas que habitam, findam por experimentar também uma situação de tutela quando a organização comunitária tem autonomia limitada para a tomada de decisões acerca da destinação dos recursos provenientes dos componentes Bolsa Floresta Renda e Bolsa Floresta Social, que, em tese, se apresentam como formas de recompensa pelo seu trabalho de *guardião da floresta*.

6.4. Dos chamados e dos escolhidos à integração seletiva: o Centro de Conservação e Sustentabilidade do Baixo Rio Negro

Todo o processo que envolveu a recategorização da região em estudo como categoria de RDS foi envolto no discurso da melhoria de qualidade de vida daqueles habitantes, associando seu compromisso de *guardiões da floresta* ao propósito da conservação ambiental.

Dentre as ações voltadas a beneficiar as comunidades envolvidas com o Programa Bolsa Floresta, houve, através da FAS, a aquisição de ambulanchas¹³ que serviriam às dezenove comunidades que compõem a RDS do Rio Negro. Porém, essas ambulanchas foram disponibilizadas por polo, sendo entregue três delas, uma para cada polo que compõe a Reserva, o que,

¹³A “ambulancha” tem correspondido à denominação da embarcação utilizada pelos habitantes de comunidades, que se situam de forma dispersa ao longo dos rios da Amazônia, para transporte de pessoas enfermas quando precisam deslocar-se para as sedes municipais em busca de atendimento médico.

na fala de alguns entrevistados, não resolveu plenamente os problemas de deslocamento de moradores doentes para a sede do município, em busca de atendimento médico e de outras emergências enfrentadas no cotidiano.

Segundo alguns moradores, essa situação foi objeto de discussão e deliberação realizada em reuniões entre representantes da RDS e da FAS, que definiram pela destinação de recursos do componente Bolsa Floresta Social para a aquisição de um motor 15 kw, com o casco, para servir a cada comunidade da Reserva, o que, segundo alguns, foi a solução melhor ajustada ao cotidiano desses sujeitos.

No que se relaciona ao emprego dos recursos liberados pela FAS, por conta do Programa Bolsa Floresta Renda e Bolsa Floresta Social, algumas comunidades têm buscado atender às demandas que mais afetam as populações que enfrentam o cotidiano do isolamento no interior da região amazônica, a promoção de renda, educação e saúde. Assim, em alguns casos, a organização comunitária tem se dado por conta da presença de indivíduos mais proativos, como é o caso do Sr. “Mineiro”, morador da comunidade Nova Esperança, que articulou projetos de agregação de valor à madeira que vem sendo explorada desde setembro de 2011, a partir do plano de manejo aprovado para aquela comunidade pelo Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM).

Com recursos do Programa Bolsa Floresta Renda, esses sujeitos envolvidos no plano de manejo da comunidade Nova Esperança estão adquirindo instrumentos para montar uma marcenaria na própria comunidade e trabalhar a madeira, no sentido de beneficiá-la, e, dessa forma, agregar valor

antes de comercializá-la. Segundo os envolvidos no manejo, embora essa atividade, realizada agora de forma legalizada, o que não ocorria antes da transformação daquela região em uma RDS, ter criado expectativas de rentabilidade no imaginário de muitos dos envolvidos, a mesma não tem se mostrado como uma atividade que atendesse às expectativas criadas a seu respeito.

Outro exemplo da aplicação desse recurso é que, em novembro de 2011, os moradores dessa comunidade haviam adquirido, com recursos do Bolsa Floresta Social, uma antena parabólica para uso de internet pela única escola da comunidade.

Figura 30



Sr. “Mineiro”, vice-presidente da comunidade Nova Esperança, mostrando a antena adquirida com recursos do PBF para o acesso à internet pela escola da comunidade, Comunidade Nova Esperança, nov/2011
Foto: Gilson de Paula

Essa escola, através de solicitação apresentada pela comunidade à prefeitura de Novo Airão, passou a funcionar no horário matutino e noturno, contemplando a demanda do ensino fundamental 1 e da alfabetização de jovens e adultos, que não podem se afastar de suas atividades produtivas

durante o dia. Dessa forma, os professores que lá atuam passam a semana na comunidade e se deslocam para a sede de Novo Airão nos fins de semana ou feriados.

Dentre os benefícios que figuravam como projetos voltados a essa melhoria da qualidade de vida das comunidades do Baixo Rio Negro, constava a criação de uma escola de alto nível no interior da RDS do Rio Negro, que ofereceria aos habitantes da região a possibilidade de um ensino diferenciado, no sentido de ser adaptado à realidade de suas práticas produtivas, como é o caso da produção rural. Esse ensino teria base no uso de tecnologias que não estão presentes nas escolas instaladas nas sedes de Novo Airão, Iranduba e Manacapuru, municípios de abrangência da RDS do Rio Negro; muito menos nas escolas que se encontram nas comunidades do interior da RDS.

Entretanto, mesmo com a iniciativa de criação do Núcleo de Conservação e Sustentabilidade, que foi projetado para atender às comunidades da RDS do Rio Negro, há lacunas na abrangência dessa política social direcionada aos habitantes dessa RDS do Amazonas, pelo fato de o polo 1 não estar sendo contemplado plenamente pelo transporte, o qual assegura que as crianças da comunidade frequentem o Núcleo e usufruam dos cursos ofertados.

Esse Núcleo, inaugurado em março de 2010, sob a gestão da FAS em corresponsabilidade com a Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino (SEDUC), está estrategicamente localizado no centro da RDS, na comunidade do Tumbira, polo 2 da RDS do Rio Negro, município de Iranduba. O Núcleo é composto de escola pública, alojamentos para alunos e professores

(Casa Familiar da Floresta e Casa do Professor), posto de saúde e base operacional de apoio à Fundação Amazonas Sustentável.

Figura 31



Vista aérea do Núcleo de Conservação e Sustentabilidade na RDS do Rio Negro, março/2010
Fonte: FAS

Durante a semana, os alunos do ensino fundamental ficam nos alojamentos, recebendo todo o apoio necessário, e, nos finais de semana, regressam às suas comunidades. O sistema aplicado é a pedagogia de alternância, que divide o tempo de aprendizagem entre a escola e a comunidade. Trata-se de uma proposta que abrange um modelo de educação definido como adaptado para a realidade local.

A estrutura é adaptada para receber os alunos da comunidade do Tumbiras e das comunidades do entorno; tem capacidade para atender cerca de 70 alunos, do ensino fundamental (tecnológico) e do PROJOVEM, Programa desenvolvido no âmbito do Ministério da Educação (MEC), e que se destina a promover, por intermédio de parceria com as secretarias municipais e estaduais de educação, a inclusão social dos jovens brasileiros de 18 a 29 anos que, apesar de alfabetizados, não concluíram o ensino fundamental, buscando sua reinserção na escola e no mundo do trabalho.

Estão incluídos, ainda, como componentes curriculares, as técnicas de permacultura, agroecologia e sistemas agroflorestais, estando os alunos inseridos nessas atividades comprometidos em levar para as suas comunidades as técnicas aprendidas no Núcleo, constituindo-se em difusores dos ensinamentos adquiridos naquele núcleo.

Contudo, o polo 1 da RDS do Rio Negro, à época da última viagem de campo, realizada em novembro de 2011, se apresentava como um polo onde os benefícios sociais projetados para as comunidades residentes na RDS ainda não haviam se efetivado plenamente. Como exemplo dessa situação, cito as condições de acesso ao ensino por três das quatro comunidades que compõem o Polo 1 da Reserva.

Na comunidade Santo Antonio há uma escola que atende a crianças de três comunidades (Tiririca, Santo Antonio e Marajá), as quais, até novembro de 2011 ainda não eram contempladas com transporte para levar as crianças ao Núcleo de Conservação e Sustentabilidade no Tumbiras.

Figura 32



Escola de Ensino Fundamental na Comunidade Santo Antonio, RDS do Rio Negro, Novembro, 2011
Foto: Gimima Silva

Embora seja uma estrutura muito precária, é nela que ocorrem as aulas do 1º ao 4º ano do ensino fundamental. A partir do 5º ano elas precisam se deslocar à sede de Novo Airão para cursar as outras séries em escolas da sede do município.

Essa realidade da educação precária é uma preocupação presente em todas as entrevistas realizadas, pois houve, na maioria delas, a manifestação de insatisfação com o atendimento à saúde e à educação por parte dos moradores da RDS do Rio Negro, como cito a seguir na fala de uma moradora da comunidade Marajá, mãe de três crianças, sendo duas em idade escolar:

Todo mundo quer aqui que o pessoal da FAS ajudasse a fazer uma escola aqui para as crianças estudarem, porque é muito difícil o transporte pra ficar indo lá pro Santo Antônio. E professor também, tem dia que não vem, aí passa tempo pra vim professor.(...) a aula às vezes tem e às vezes não tem. O transporte é um rapaz que vem pegar aí. Quando tem ele vem, quando não tem ele não vem. (Sra. R., 26 anos, comunidade Marajá, entrevista realizada em maio de 2011)

Outros relatos a respeito desse cotidiano do processo educacional em comunidades do Polo 1 da RDS do Rio Negro dão conta dessa deficiência do acesso a esse direito garantido na Constituição Federal a todo brasileiro, tanto com relação ao nível fundamental do ensino como o nível superior. Os que conseguem concluir o ensino médio, muitas vezes se veem sem alternativas de conseguir inserção noutros espaços de atuação, salvo o da atividade produtiva primária ou extrativista de subsistência, como relata o morador da comunidade Tiririca:

Aqui não tem colégio. Essa comunidade aqui, rapaz, é difícil trazer educação pra cá. Olha, as crianças aqui quando entram na idade escolar vão pra outra comunidade, Santo Antonio. Lá tem escola, mas tá caindo aos pedaços

também. Só tem até a 5ª série lá. O resto, da 5ª em diante, vai para Novo Airão. (...) Eu fiz assim, passei um tempo em Novo Airão e depois do ensino médio vim pra cá. (...) - É melhor nem estudar, eu falei pra mamãe. A gente vai ficar estudando pra ficar aqui? (Sr. F. 22 anos, comunidade Tiririca, entrevista realizada em maio de 2011)

A narrativa a seguir demonstra o anseio de uma parcela desses sujeitos que, ao término dessa etapa do processo formal de educação, por não serem contemplados com alternativas que viabilizem sua inserção em outros campos de atividade, reclamam oportunidades de atuação profissional associadas à sua condição de morador de RDS, ou seja, no campo da gestão e fiscalização ambiental.

(...) como nós estamos na reserva, eles tinham como dar uma faculdade de engenharia ambiental (...) por que não? Isso aí era uma questão que iria melhorar muito e íamos trabalhar na nossa área, sem ter que vir gente de fora pra trabalhar no nosso lugar, entendeu? Aí ficava muito melhor. Porque nós moramos aqui, aí, por exemplo, eu tenho terceiro ano, tem meus irmãos, tem as outras pessoas da comunidade ali, todo mundo aí parado querendo estudar, ter uma faculdade, mas não tem como pagar. Já que nós estamos aqui na reserva, moramos nesse lugar, tinha como o governo criar uma faculdade pra essas pessoas em cima disso, na Reserva. Por que não? Vêm as pessoas lá de fora pra trabalhar aqui, no nosso lugar. E a gente estando aqui, morando, fica muito mais fácil, né? Nós conhecemos a área e eu tenho essa vontade de estudar pra engenharia Ambiental. (Srta. M.J., 22 anos, comunidade Tiririca, entrevista realizada em maio de 2011)

O propósito de promoção da melhoria da qualidade de vida da população, apresentado como um dos objetivos a serem atingidos mediante a criação da RDS do Rio Negro, como cita a Lei nº 3.355, em seu artigo 3º, tem sido reclamado pelos moradores do polo 1 dessa RDS como um compromisso que ainda não se efetivou. É isso que se percebe nas narrativas anteriormente apresentadas.

Ainda em entrevistas realizadas, esses moradores relataram que três das quatro comunidades que compõem esse Polo não estavam fazendo uso do Núcleo de Conservação e Sustentabilidade, em função do que compreendi como “desajuste” político. Atribuo tal compreensão ao fato de que representantes desse Núcleo de Conservação e Sustentabilidade terem ido às comunidades do polo 1 e terem realizado o cadastro das crianças que iriam estudar no ano letivo de 2011. Entretanto, após o início das aulas, foi argumentado que, pela distância daquelas comunidades em relação ao Núcleo, o transporte das crianças seria inviável.

Quando os comunitários tomaram conhecimento e retornaram à prefeitura de Novo Airão para solicitar a matrícula dos alunos nas escolas da sede do município e o transporte, as crianças já haviam perdido metade de um bimestre de aulas. Esse fato demonstrou que a esfera responsável pela gestão do Núcleo de Conservação e Sustentabilidade, da qual participa a Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino (SEDUC), necessita de articulação política mais estreita com as esferas municipais de gestão, pois o que constatei é que, estando a comunidade do Tumbiras localizada no município de Iranduba, e as comunidades que compõem o polo 1, localizadas no município de Novo Airão, essa esfera de gestão se desobrigou de fornecer o transporte para os habitantes das comunidades. Estas, embora estando no interior da Reserva, encontram-se localizadas dentro do limite territorial de outro município, donde a iniciativa de apoio ao transporte das crianças supostamente deveria partir.

Entretanto, se na esfera da administração municipal constata-se esse comportamento limitado no sentido de não estabelecer parcerias com as

instituições envolvidas na promoção dos benefícios sociais prometidos como “moeda de troca” em relação ao propósito de adequar o comportamento desses moradores de RDS ao que orienta a política ambiental do estado do Amazonas implantada naquela região, o propósito da promoção de uma consciência que leve a termo a *sustentabilidade ambiental* fica cada vez mais difícil de ser atingido.

A criação de Núcleos de Conservação e Sustentabilidade em algumas RDSs, no Amazonas, corresponde a uma demonstração do empenho por parte dos setores responsáveis pela política ambiental implantada nesse estado, em prol de atingir objetivos propostos na esfera de abrangência dos recursos destinados ao PBF. Assim, a missão desses núcleos, destina-se, segundo a FAS, a:

Educar e gerar conhecimento para a melhoria da qualidade de vida dos povos e comunidades tradicionais, promovendo a conservação ambiental e o uso sustentável dos recursos naturais. (Disponível no site www.fas.am.org.br)

Figura 33



Localização dos Núcleos de Conservação e Sustentabilidade implantados em RDS's no Amazonas até abril/2012. Fonte: FAS

Como demonstra a figura anterior, já são quatro Núcleos de Sustentabilidade implantados em áreas de proteção, a saber: RDS do Mamirauá, RDS do Rio Negro, RDS do Juma e RDS do Uatumã. Esses núcleos, localizados estrategicamente no centro das Reservas, correspondem a um panoptismo que se volta a uma maneira de dissimular um certo controle, disciplinando, assim, as condutas individuais. Dessa forma, podem ser entendidos ainda enquanto estratégia que, através de um processo educacional adaptado ao cotidiano dessas populações, irá difundir, no plano ideológico, a partir de práticas pedagógicas específicas, uma orientação voltada ao desenvolvimento de uma *consciência ambiental* como postura a ser assumida por essas gerações e pelas gerações futuras em relação aos recursos naturais de que fazem uso para a reprodução de sua condição de vida.

Essa perspectiva de uma nova postura a ser assumida pelas novas gerações se manifesta em relatos como este a seguir:

Eu sou madeireiro, dependo da madeira, se não tiver madeira eu não posso construir. Mas hoje eu tenho três filhos e meus filhos não serão mais o que eu sou. Eles não são mais. Estudaram já estão em Manaus trabalhando, eu só tenho um filho comigo, tá estudando no Núcleo, daqui a pouco termina e ele também não quer saber mais de madeira. E eu estou ficando velho. Então a madeira praticamente na minha família vai parar em mim, já parou em mim, já não vai passar mais para o meu filho como passou do meu pai pra mim. Então daqui a uns dez anos, seis anos, os nossos filhos já não serão mais madeireiros. Então essa atividade não será mais a prioridade das comunidades. E, com isso, as comunidades, elas vão se adaptar em outras metas de trabalho, seja pousada, o turismo, os filhos já poderão ser os próprios técnicos da Reserva, a geração de emprego pode acontecer e essas pessoas

poderão ser os nossos filhos. Então eu acredito que no futuro a vida se tornará melhor e terão uma vida mais digna, né?(Sr. J. R., comunidade Terra Preta, entrevista realizada em maio de 2011)

O relato desse sujeito demonstra que o ideário do *desenvolvimento sustentável*, enquanto paradigma a ser seguido pelas gerações presentes e futuras, encontra-se em processo de assimilação nos esquemas mentais de alguns dos sujeitos que têm acesso aos benefícios promovidos por políticas sociais com recursos do PBF, como o caso desses Núcleos de Conservação e Sustentabilidade.

Nesse sentido, o cenário da propagação de um ideário *sustentável* por parte de uns e não de outros realiza-se parcialmente por estar condicionado ao atendimento das necessidades mais prementes na realidade vivida por moradores de Áreas Protegidas, como a garantia do acesso à educação, por exemplo.

7. PARA CONCLUIR

Na Amazônia a implantação de empreendimentos para o uso das potencialidades e o estímulo governamental à execução de projetos de colonização, energéticos, minerais, metalúrgicos, agropecuários e outros, aliados à abertura de estradas inter e intra-regionais, intensificou, nas décadas de 60 a 80 do séc. XX, as atividades econômicas nessa região. Contudo, tais ações atraíram grande contingente populacional de diversas procedências e qualificações, agravando os impactos sociais e ambientais a serem enfrentados pelo poder estatal, como observa SILVA (2003).

Assim as mudanças causadas a partir dos projetos de desenvolvimento do período militar agravaram os impactos sociais e ambientais na Amazônia, gerando conflitos com habitantes tradicionais da região, bem como danos à flora e à fauna, que atingem grandes dimensões, principalmente em função dos desmatamentos e das queimadas que contribuem para intensificar o efeito estufa, degradação da biodiversidade e alterações no regime hidrológico (Idem).

A importância atribuída ao ordenamento territorial no âmbito da elaboração de políticas públicas, é percebida a partir da correspondência com a expressão espacial de políticas econômicas, sociais, culturais e ecológicas, que em alguns casos apresentam como objetivo reduzir diferenças regionais, através de uma melhor distribuição das atividades produtivas e de proteção ao meio ambiente, visando proporcionar à sociedade uma melhor qualidade de vida, respeitando valores culturais e interesses das comunidades.

Como instrumento governamental que visa o ordenamento territorial o ZEE já pôde revelar a fragilidade do controle do Estado Nacional sobre o ordenamento de seu território, quando em 1991 a Funatura, o CNPq e a Secretaria de Assuntos Estratégicos, ao realizarem um zoneamento ecológico-econômico em algumas áreas da Amazônia, perceberam que as áreas consideradas públicas, na verdade não existiam mais nos estados de Roraima, Acre, Mato Grosso, Tocantins e parte significativa do Pará. No Estado do Amazonas as áreas indígenas estavam recortadas por áreas municipais e/ou de propriedades particulares. Ou seja, as terras indígenas não foram consideradas na demarcação das 701 unidades definidas como áreas de preservação, conservação, manejo sustentável, parques, reservas extrativistas, áreas estratégicas federais e municipais definidas àquela época. Este foi um dos fatores que, segundo SILVA (1999) influenciaram a revisão do decreto de demarcação das terras indígenas, agora questão recrudescida com a renovação dos conflitos agrários na Amazônia.

Esta falta de controle do Estado sobre o território implica conseqüentemente no surgimento e/ou agravamento de conflitos de natureza socioambiental. De modo geral, os conflitos relacionados aos recursos naturais ocorrem sobre a terra que contem tais recursos, e se dão entre os grupos humanos que reivindicam esses espaços como seu território de moradia e vivência (LITTLE, 2001; p.109-10).

Assim, os conflitos sobre a terra apresentam dimensões políticas, sociais e jurídicas que se traduzem da seguinte maneira: a partir da dimensão política, que se expressa por meio das disputas sobre a distribuição dos recursos naturais. Há ainda a dimensão social, que se expressa por meio das disputas

sobre o acesso aos recursos naturais e, ainda, a dimensão jurídica, que se expressa por meio das disputas sobre o controle formal dos recursos naturais.¹⁴

Compreendo, neste sentido, que todas essas dimensões apresentadas são passíveis de sofrer intervenção pelo Estado que, com o intuito de buscar encaminhamentos a fim de solucionar as disputas que são geradas em torno dos recursos naturais, envolvendo sua distribuição, acesso e controle formal, se apresenta como a esfera do exercício do poder. Este se utiliza de todo o aparato técnico e científico das instituições a ele subordinadas para se coloca a par da configuração do território que abriga tais recursos e intervir nesse processo.

Tendo em vista que, no âmbito do discurso oficial a postura do Estado brasileiro, com relação à Amazônia, traduz-se desde a década de 90 do séc. XX na reversão do processo de ocupação desordenado e predatório, de forma a realizar a exploração dos recursos naturais combinada com a proteção e conservação do meio ambiente e, tendo em vista a assimilação das orientações em nível planetário sobre a manutenção dos sistemas responsáveis pela promoção e manutenção da vida no planeta, destaca-se dentre as ações de intervenção no âmbito da gestão territorial e ambiental um processo que leva ao aumento do surgimento de áreas protegidas, espaços utilizados como instrumento que combina esses dois campos de gestão.

¹⁴ Paul Little elabora uma tipologia dos conflitos socioambientais a partir das dimensões que envolvem estes conflitos no artigo “Os conflitos socioambientais: um campo de estudos e de ação política” In: Burzdyn, Marcel (Org) **A Difícil Sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais**. São Paulo: Garamond, 2001.

É válido ressaltar que tal postura logrou à imagem do governo do estado do Amazonas entre os anos de 2003 e 2010, uma imagem de estado que dedicou à questão ambiental um nível de atenção explicitada pelos objetivos dos programas voltados à promoção de uma adequação das atividades produtivas aos preceitos da almejada *sustentabilidade* ambiental, pleiteada em nível planetário, obtendo premiações que lograram reconhecimento nacional e internacional ao governo compreendido no período em destaque. A este aspecto é possível fazer referência ao estado-teatro analisado por GEERTZ (1991) em Bali no final do sec. XIX, quando a esfera estatal apresenta a pompa dentre os outros elementos que a compõem, a saber, o status e o governo.

Ao lançar o olhar ao cenário construído na região do Baixo Rio Negro no Amazonas, no que se refere a um processo de gestão ambiental e territorial no qual a ação estatal, que antes se efetivou basicamente pautada pela punição, secundariando a orientação quanto a uma nova postura frente à exploração dos recursos naturais, é possível perceber que hoje esta ação pauta-se em distintas estratégias para atingir os objetivos almejados no âmbito dessa gestão.

Se para os habitantes de áreas protegidas o estranhamento de si num ambiente outrora largamente familiar levou a um intenso movimento de saída dos moradores de áreas protegidas, dado que não aceitavam mudar práticas que estabeleciam outra forma de relação com os recursos naturais alvo de proteção com a criação de áreas protegidas, como o Parque Nacional do Jaú, de Anavilhanas e a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Negro, por outro, o discurso da conservação dessas áreas a partir da parceria que se firma numa gestão por corresponsabilidade, ganha corpo quando uma parcela

desses sujeitos passa a inserir em seus esquemas representativos os termos e valores passados através desse discurso, o qual constitui-se na esfera do poder simbólico, formulado por BOURDIEU (1989) e exercido pelas agências que nessa relação representam o Estado, utilizando-se do discurso da *sustentabilidade ambiental*, largamente difundido e quase que obrigatoriamente associado às ações que envolvem a exploração dos recursos naturais pelos seres humanos.

Considerando que o modo mais expressivo através do qual o Estado exerce seu poder de controle é o ordenamento do território, torna-se evidente que a gestão territorial no Baixo Rio Negro, se opera com eficácia, do ponto de vista do exercício desse poder, face ao verdadeiro esquadramento da região por instrumentos de mapeamento que dão margem à definição de áreas destinadas tanto à preservação, seja parcial ou total, quanto a áreas destinadas a exploração de determinado recurso. Assim, constata-se que para ordenar é necessário conhecer, de tal modo que o Estado através da criação de categorias jurídicas de ordenamento territorial, alegadamente em acordo com preceitos científicos, se arroga também a prerrogativa de definir a verdade sobre os territórios que enquadra.

No que se refere ao caso da criação do Parque Nacional do Jaú e do Parque Nacional de Anavilhanas, esse ordenamento se deu a partir de uma orientação pautada na perspectiva de preservação do aspecto biótico da região desconsiderando o social. Fato é que após a criação desses Parques muitos conflitos se iniciaram com base nas limitações impostas aos moradores dessas áreas que em larga escala foram levados a abandoná-las.

Os moradores do PARNA Jaú experimentaram assim uma série de restrições impostas referente ao acesso e exploração dos recursos naturais e às possibilidades de comercialização local desses recursos, como os cipós, a madeira e os peixes que eram frequentemente explorados comercialmente pelos comunitários locais.

É relevante ressaltar que a falta de verba destinada a pagar as indenizações e o fracasso do projeto de reassentamento do INCRA levou ao acirramento dos conflitos entre os moradores do PARNA Jaú e os porta-vozes do IBAMA, pois no período que se seguiu à criação do Parque, a fiscalização intensificada pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente – IBAMA causou aos habitantes locais uma situação de vigilância constante. É neste sentido que se efetiva enquanto perspectiva para a análise desse contexto a idéia de panóptico desenvolvida por FOUCAULT e utilizada por SANTOS (2002).

A criação do PARNA-Jaú pode ser considerada ainda a partir da expansão de uma fronteira “tecno(eco)lógica” que segundo BECKER (1990), se deu na forma de criação de UCs. Essas Áreas protegidas, nesse contexto, tem sua finalidade compreendida a partir, basicamente, de dois conjuntos principais de normas relativas à conservação da biodiversidade: as que dizem respeito aos direitos das populações humanas que habitam áreas que se tornaram UCs de proteção integral e aquelas que circulam em torno da idéia de que a proteção de ecossistemas complexos não é garantida quando há a presença humana nesses espaços protegidos.

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) no Brasil, em 2000, tentou conjugar os dois conjuntos de normas através da conceitualização de dois grupos de unidades de conservação, as de proteção integral, como o

caso do PARNA-Jaú e PARNA-Anavilhanas e as de uso sustentável, como RDS do Rio Negro e RDS do Juma, bem como a RESEX Catuá-Ipixuna. Mas a celeuma está longe de ter sido resolvida, pois existem ênfases distintas entre as duas posições que fazem toda a diferença.

Nesse contexto a garantia de melhores condições e de direitos específicos para as populações tradicionais, se faz por intermédio de uma série de condicionantes e expectativas normativas que recaem sobre os grupos que poderão ser ou já são contemplados com o adjetivo tradicional. Assim, o grau de mudança social autorizado a tais grupos existe, porém, este deve ocorrer dentro de determinados limites, os quais são estabelecidos pelas agências de gestão que representam o Estado, seja no nível federal, seja no nível estadual.

Ressalto que nas intenções manifestas nos objetivos dos programas destinados a essas populações que habitam áreas de proteção, é frequente a ideia de melhoria da qualidade de vida, o que se daria, a meu ver, com a fixidez aos seus lugares, em um raciocínio segundo o qual a mudança de território também acarretaria perda cultural e, talvez, tradicionais desvirtuados. Esse é um tema que é caro aos antropólogos e cientistas sociais, por remeter a debates sobre perdas culturais, o que pude observar também ao longo dessa tese quando analisei os reflexos das estratégias de gestão, remetendo o olhar observador ao processo de saída dos sujeitos que não tem mais na RDS a autonomia do uso da terra como herança.

Como ressaltai na introdução desse texto, RIOS (2006) destaca os mecanismos que os diversos grupos humanos utilizam para estabelecer e manter seu território. Entre os mecanismos, tem destaque o regime de propriedade, os vínculos afetivos que os agentes mantêm com seu território

específico, a história da sua ocupação construída por memória coletiva, o uso social que eles dão ao território e às formas de defesa dele.

O cenário observado na região do Baixo Rio Negro, leva à percepção de que tem se estabelecido o impedimento do uso de um desses mecanismos, causado pela submissão a um regime de propriedade que, conseqüentemente, impede o uso social do território com base nas formas antes estabelecidas. O que se percebe no discurso de alguns dos moradores, quando referem-se às normas de exploração da terra enquanto impedimentos e/ou proibição.

Este cenário leva os atores a buscar fora desses espaços outras oportunidades para reprodução de seus núcleos familiares e comunitários. Assim, a RDS finda por assemelhar-se ao Parque Nacional enquanto Unidade de Conservação de Proteção Integral, ou seja, sem a presença humana, pois junto aos gestores de UCs persiste a visão de que em áreas de proteção integral, como é o caso do PARNA-Jaú, não pode haver moradores e usuários diretos de recursos, ao mesmo tempo em que os residentes permanecem em uma situação incerta, desde 1980, na qual não se indeniza, não se reassenta, e se vai restringindo cada vez mais o uso e o acesso a determinados recursos e os indivíduos são atraídos pela alternativa de deixar seus antigos sítios e de migrar para sedes municipais, nas quais tentarão conciliar o seu estilo de vida pregresso ao novo, muitas vezes sem concretizar efetivamente esse intento.

Nesse contexto a visão de cativo desenvolvida por VELHO, (1984), também se aplica principalmente no caso dos ex-moradores dos rios Jaú e Carabinani, encarnada na figura do parque e/ou na libertação da vida tornada clandestina no interior do PARNA-Jaú. Assim, a saída e o estabelecimento no município foram muitas vezes associados com a possibilidade de se ir atrás

dos direitos e de se ter mais liberdade, conforme relatos locais. Apesar dessa possibilidade nem sempre ter sido atingida após a mudança.

A saída pelo reassentamento, contudo, em uma área similar à do parque esbarra nos limites de acesso à terra na região do baixo rio Negro e na morosidade desse processo. Destaco a seguir uma declaração do diretor-executivo da FVA, que constava em notícia vinculada na página eletrônica da ONG Instituto Sócio-Ambiental, e que converge com essa observação sobre as dificuldades de acesso à terra: *“(...) O problema é que, na Bacia do Rio Negro, não existem áreas para realocação de população. Há muitas unidades de conservação, muitas terras indígenas ou, então, lugares já ocupados’, conta Durigan. ‘Outra coisa é que não existem perspectivas de que as famílias sejam indenizadas no curto prazo, então, é interferir para que, crescendo as atividades na região, como é a tendência, elas não sejam mais danosas (...)”* (ISA, 2003)

A respeito da saída daqueles que migraram para Novo Airão, pode-se avaliar que as alternativas sócio-econômicas apresentadas não se equiparam às que usufruíam anteriormente, apesar de haver algumas iniciativas que visem oferecer alternativas no âmbito local voltadas ao projeto de *desenvolvimento sustentável*. Dentre as quais, enquadram-se as iniciativas da FAM (Fundação Almerinda Malaquias), na área de capacitação profissional em artesanato em madeira, e da AANA (Associação de Artesãos de Novo Airão), de artesanato com fibras naturais.

É possível ainda, a partir dos estudos realizados sobre o PARNA-Jaú, por CREADO (2006), pensar na tendência das UCs de proteção integral reforçarem o estímulo da produção de não-lugares: alguns espaços são, assim,

transformados em espaços destinados a determinados fins, no caso a manutenção de serviços ecológicos e da biodiversidade e/ou a realização de pesquisas científicas. Mas, que, na prática, para serem legitimados social e politicamente muitas vezes acabam transformando-se em espaços voltados para o turismo, que é entendido pelos especialistas que auxiliam os gestores públicos como atividade menos deletéria e mais manejável do que os usos diretos dos recursos naturais, ao lado do interesse em suas divisas e recursos financeiros.

Na região em análise, essa forma de turismo corresponde a uma forma que converge com as tendências internacionais hegemônicas: um turismo capitalizado, que acaba deixando a maioria de fora, enquanto restringe o acesso a determinadas áreas e aos seus recursos e emprega a população local, moradores e ex-moradores das áreas protegidas nos postos mais desqualificados.

A exemplo disso, cito o caso da RDS do Uatumã no Amazonas, analisado por FARIA e DUTRA (2010) onde a ênfase dada ao turismo foi para o turismo de pesca esportiva, atividade já praticada muito antes de ser delimitada a RDS do Uatumã, que possui uma procura bastante representativa, e para essa prática vislumbra a inserção de agentes turísticos para organizarem e administrarem a atividade, com a obrigatoriedade de inclusão dos moradores nas suas vagas de empregos, enquanto contrapartida. Contudo, são destinados aos comunitários empregos de serviços gerais como piloteiro, guia, mateiro e limpeza em futuras pousadas ou hotéis de selva, como contrapartida dos agentes turísticos.

Os hotéis flutuantes e acampamentos de pesca trabalham assim ativamente para a consolidação das altas partes do rio Unini e imediações nas imagens que por eles são vendidas, empreitada na qual têm obtido relativo sucesso. Dessa forma, aqueles que não se inserem nesse tipo de atividade tem dificuldades em dar continuidades a suas práticas produtivas ao enfrentar as limitações impostas pelas formas de intervenção estatal na gestão ambiental que define o que é permitido ou não no sentido da exploração dos recursos naturais por parte dos moradores dessas áreas protegidas.

A experiência empírica mostrou-nos, portanto, que parte desses sujeitos assimilam parcialmente as mudanças que a criação dessas Unidades de Conservação gera nas suas vidas, embora seja possível questionar a que custo e como isso se deu, no caso do PARNA-Jaú, e tem se dado no caso da RDS do Rio Negro, o que nos leva a crer que muitos dos dilemas morais de se conciliar conservação, presença humana e justiça social permanecem ainda como tema de análise, estudo e compreensão, por meio da investigação das teias de relações de poder estabelecidas nos vários níveis de gestão.

Entretanto, é possível afirmar que as mudanças ocorridas na forma de exploração dos recursos naturais por parte de habitantes de áreas protegidas na Região do Baixo Rio Negro são orientadas ora pela assimilação do ideário da *sustentabilidade*, o que, em alguma medida, pode ser percebido quando nos discursos de alguns desses indivíduos identifica-se a reprodução dos argumentos utilizados pelas agências que desenvolvem as ações interventoras nessa relação, ora pela imposição da normatização, sob a qual passam a ser orientados, e em relação à qual manifestam seu descontentamento quando

estas interferem em suas estratégias de reprodução social, sobretudo no que diz respeito à relação com a terra enquanto elemento base dessa reprodução.

Por outro lado, as relações de poder estabelecidas no âmbito da correlação de forças que se opera diariamente na definição dos rumos a serem dados a essa região, muitas vezes compreendida como uma - quase inesgotável - fonte de recursos da qual os habitantes de áreas protegidas fazem parte enquanto capital social, tem se dado no sentido a reproduzir, no âmbito do discurso, o paradigma da *sustentabilidade* enquanto balizador da relação estabelecida entre esses sujeitos e tais recursos. Pode-se arguir ainda que se tem operado uma busca de adequação de estratégias de poder, reelaboradas e praticadas com vistas à conquista de formas melhor ajustadas.

É no referencial analítico desenvolvido por BALANDIER (1997) acerca da perspectiva dinamista do poder na modernidade que concluo que o exercício do poder no âmbito da gestão territorial e ambiental na região do Baixo Rio Negro, no período em análise, parece atingir sua meta, pois, as agências de gestão ao utilizar a melhor forma de adequar suas estratégias reelaboram formas de intervenção nessa região a partir de programas que apresentam como meta a adequação das práticas produtivas desempenhadas no interior de áreas protegidas ao ideal da *sustentabilidade*

Assim, seja a partir de uma teatralização na postura assumida pelo estado do Amazonas, que se efetiva no âmbito da retórica dos discursos que envolvem a adoção de um novo paradigma a ser assumido frente às formas de exploração dos recursos naturais pelas populações que tiram seu sustento dessa relação, seja a partir do simbolismo que envolve essas relações de poder, que concede a essas populações o status de *guardiões da floresta*,

numa condição de corresponsabilidade na preservação dos sistemas que promovem a manutenção da vida no planeta, o que se destaca a partir dessa retórica é realmente a dinâmica no exercício do poder que, no âmbito da gestão territorial e ambiental na região em análise, atinge sua meta de difusão do *slogan* que prega o ideário da *manutenção da floresta em pé*.

Mesmo que ele seja passível de interpretação e reinterpretação pelos sujeitos que ao se depararem com tal nível de argumentação reelaboram suas interpretações quanto à sua condição de morador de RDS, seja como sujeitos submetidos a um regime de proibição, trabalhadores legalizados ou *guardiões da floresta*.

8. REFERÊNCIAS

- ABÉLÈS, Marc. *Le lieu du politique*. Paris: Société d'Ethnographie, 1983.
- ACSELRAD, Henri. O Zoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia e o 'panoptismo' imperfeito. In: *Planejamento e Território: Ensaio Sobre a Desigualdade* – Cadernos IPPUR: ano 1, nº. 1 – Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 1986.
- _____. O Zoneamento Ecológico-Econômico e a multiplicidade de ordens sócio-ambientais na Amazônia. In: *Novos Cadernos NAEA*. V. 3, nº. 2 – Belém: UFPA, Dez. 2000.
- _____. Políticas Ambientais e Construção Democrática. In: VIANNA, Gilney; SILVA, Marina e DINIZ, Nilo. *O Desafio da Sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil*. São Paulo: Fundação Perceus Abramo, 2001.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Terras de Quilombo, Terras Indígenas, "Babaçuais Livres", "Castanhais do Povo", Faxinais e Fundos de Pasto: Terras Tradicionalmente Ocupadas*. Manaus: PPGSCA/UFAM, 2006
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. [et al]. *Mobilizações étnicas e transformações sociais no Rio Negro*. Manaus: UEA Edições, 2010.
- Amazonas, Governo do Estado do. MACROZEE – Macrozoneamento econômico-ecológico do Estado do Amazonas – Resumo Executivo. SDS/Manaus, junho/2008.
- _____. *Plano Estadual de Prevenção e Controle do Desmatamento no Amazonas*. SDS/Manaus-Am, julho/2009.

_____. *Plano de Gestão da Reserva Extrativista Catuá-Ipixuna*. V. I e II. SDS/Tefé e Coari-Am, fevereiro/2010.

_____. *Plano de Gestão da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Juma*. v. I e II. SDS/Novo Aripuanã-Am, março/2010.

BALANDIER, Georges. *O Contorno: poder e modernidade*. Trad. Suzana Martins. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 1997

_____. *As dinâmicas sociais*. Sentido e Poder. São Paulo: Difel, 1976.

BARRETO FILHO, Henyo T. Notas para uma história social das áreas de proteção integral no Brasil. In : RICARDO, Fany (org). *Terras indígenas e unidades de conservação da natureza : o desafio das sobreposições*. São Paulo : Instituto Socioambiental, 2004. P. 53-63

BECKER, Bertha K. A Amazônia e a política ambiental brasileira. . In: Santos, Milton. et. al. *Território, Territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. DP&A, 2006, 2ed.

_____. *Novos Rumos da Política Regional : por um desenvolvimento sustentável da fronteira amazônica*. In : *A Geografia Política do Desenvolvimento Sustentável*. Rio de Janeiro : Editora da UFRJ, 1997,p. 421-443.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

BRUNET, Roger. *Le développement des territoires: formes, lois, aménagement*. Paris: Éditions de l'Aube, 2004

CAPOBIANCO J. P. R.; VERÍSSIMO, A.; MOREIRA, A.; SAWYER, D.; SANTOS, I. & PINTO, L. P. (orgs.) 2001. Biodiversidade na Amazônia Brasileira: avaliação e ações prioritárias para a Conservação, Utilização Sustentável e Repartição dos Benefícios da Biodiversidade da Amazônia Brasileira. Disponível em: www.isa.org.br. (acesso em 22/02/2012)

CARDOSO, Thiago Mota. Depoimento: O Mosaico do Baixo Rio Negro. Março/2010. disponível no site <http://uc.socioambiental.org/territ%C3%B3rio/depoimento-o-mosaico-do-baixo-rio-negro>.(acesso em 22/02/2012)

CARVALHO, Albertino de Souza. Documento Básico para a Apresentação do Estado do Amazonas no Workshop “Dez anos do Programa ZEE no Brasil: Avaliação e Perspectivas”. Brasília: (Relatório Técnico), junho, 2001.

CASTRO, Edna & PINTON, Florence (orgs.) *Faces do Trópico Úmido: conceitos e novas questões sobre desenvolvimento e meio ambiente*. Belém: Cejup,UFPA/NAEA, 1997.

CREADO, Eliana Santos Junqueira. Entre lugares e não-lugares: restrições ambientais e supermodernidade no Parque Nacional do Jaú (AM) . Campinas, SP, UNICAMP, 2006 (Tese de Doutorado - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas)

DURKHEIM, Emile & MAUSS, Marcel. “Algumas Formas Primitivas de Classificação”. In: MAUSS, M. *Ensaio de Sociologia*. São Paulo: Perspectiva, 1981. p.399-455.

FARIA, Ivani e DUTRA, Raimundo. Manejo do Território em Unidades de Conservação no Amazonas: uma análise a partir do Plano de Gestão da RDS do Uatumã. In: *VI Seminário Latino Americano de Geografia Física II Seminário Ibero Americano de Geografia Física*. Universidade de Coimbra, Maio de 2010.

FARIAS JÚNIOR, E. Práticas agrícolas e territorialidades dos quilombolas do Tambor. In: *Agriculturas*. v. 8 - n. 4, dezembro de 2011.

FAURE, Alain, NÉGRIER, Emmanuel. *Les politiques publiques À l'épreuve de l'action locale: critiques de la territorialisation*. Paris: L' Harmattan, 2007.

FAURE, Alain, POLLET, Gilles, WARIN, Philippe. *La construction du sens dans les politiques publiques: Débats autour de la notion de référentiel*. Paris: L' Harmattan, 1995.

FOUCAULT, Michael. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 1987.

FREITAS, Marcílio de (Org.) *Amazônia: a natureza dos problemas e os problemas da natureza*. Colaboradores Olivier Meunier et al. - Manaus: EDUA, 2005, v. 1. 244 p

FUNDAÇÃO VITÓRIA AMAZÔNICA – FVA. Uma análise crítica das unidades de conservação do Baixo Rio Negro com propostas para as unidades estaduais. Documento técnico vinculado ao *Relatório Técnico No. 1 do Projeto Geopolítica da Conservação no Baixo Rio Negro, Amazônia Brasileira*, Manaus, 2005.

GARBIN, Victor Hugo. Políticas públicas e desenvolvimento sustentável: problemática e desafios para sua implementação. In: OLIVEIRA, José Aldemir

de, GUIDOTTI, Humberto (Orgs.) *A Igreja Arma sua Tenda na Amazônia*. Manaus: EDUA, 2000.

GEERTZ, Clifford. *Negara O Estado Teatro no Século X I X*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991

GUHA, Ramachandra. O biólogo autoritário e a arrogância do anti-humanismo. In: DIEGUES, Antônio Carlos (org.). *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. São Paulo: Hucitec, 2000.

GUIMARÃES, Roberto P. A ética da Sustentabilidade e a formulação de políticas de desenvolvimento. In: VIANA, Gilney et ali (Org.) *O Desafio da Sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

_____. Desenvolvimento Sustentável: da retórica à formulação de políticas públicas. In.: BECKER, Bertha e MIRANDA, Mariana (Org.) *A geografia política do desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.

HAESBAERT, Rogério. Concepções de Território para entender a Desterritorialização.; BECKER, Bertha. A Amazônia e a política ambiental brasileira. In: Santos, Milton. et. al. *Território, Territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. DP&A, 2006, 2ed.

IANNI, Octavio. *Ditadura e Agricultura: o desafio do Capitalismo na Amazônia (1964-1978)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

LALLEMENTE, Michel. *História das Idéias Sociológicas: Das Origens a Max Weber*. Vol. 1. Petrópolis: Vozes, 2003.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Ed. Moraes, 1991.

LEITE, José Sergio. Sobre processos de “ambientalização” dos conflitos e sobre dilemas da participação. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 31-64, jan./jun. 2006

LITTLE, Paul. Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. *Série Antropologia*, Brasília, n. 322, 2002.

MMA/CONAMAZ. *Política Nacional Integrada para a Amazônia Legal*. CONAMAZ/SDS/MMA: Brasília, 1995

MOURA, Margarida Maria. 1978. *Os herdeiros da terra: parentesco e herança numa área rural*. São Paulo: Hucitec.

NEVES, D. P.. O MEB – Movimento de Educação de Base, a organização comunitária e a preservação ambiental. Texto apresentado no VII CONGRESSO LATINO AMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL – ALASRU – Quito, Ecuador, 20 a 24 de novembro de 2006.

_____. Os Ribeirinhos e a Reprodução Social sob Construção. In: ESTERCI, Neide, LIMA, Déborah e LENA, Philippe. *Boletim Rede Amazônia: dinâmicas de ocupação e de exploração*. Ano 2, nº. 1, (2003) – IRD, PPGSA/UFRJ, NAEA/UFPa-Rio de Janeiro/Belém: Sindicato Nacional dos Editores de Livro, 2003

OLIVEIRA, Humberto. Workshop com Humberto de Oliveira (Secretário de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário). OPPA-GEPOLAGRI. 2006

OLIVEIRA, João Pacheco de. A Problemática dos “Índios Misturados” e os limites dos estudos americanistas: um encontro entre Antropologia e História. In SCOTT, Parry. ZARUR, George (Org.); colaboração David Maybury-Lewis... et

ali. *Identidade, fragmentação e diversidade na América Latina*. – Recife: Ed. Universitária da UFPE. 2003.

PEREIRA, H. S. Iniciativa de co-gestão dos recursos naturais da várzea. Manaus: Ibama\Provárzea, 2004.

RÍOS, Francisco. Complejidad territorial y sustentabilidad: notas para una epistemología de los estudios territoriales. *Horizontes Antropológicos / UFRGS*. IFCH. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Ano 12, nº 25. Porto Alegre: PPGAS, 2006, pág. 105-116.

SANTOS, Luiz Fernando de Souza. *O Panóptico Verde: a ambientalização da Amazônia através do Parque Nacional do Jaú*. Dissertação de Mestrado, Manaus:UFAM, 2002

SANTOS, Milton. O Dinheiro e o Território. In: *Geographia*. Niterói-RJ, EDUFF, Vol. 1, n. 1, 1999.

SCA. Workshop Avaliação da Metodologia de Zoneamento Ecológico-Econômico para a Amazônia. Brasília: SCA/SDS, 2000

SCHWEICKARDT, Kátia Helena Serafina Cruz. *Um Olhar sobre a Produção do Espaço na Amazônia: os encontros e desencontros entre a política de reforma agrária e a política ambiental no Estado do Amazonas*. Manaus, Dissertação de Mestrado: UFAM, 2001

_____. *As diferentes faces do Estado do Amazonas: etnografia dos processos de criação e implantação da RESEX Médio Juruá e da RDS Uacari no médio Rio Juruá*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010. (Tese de Doutorado).

SEPLAM-Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico. *Perfil da Região Metropolitana de Manaus*. Manaus, 2007

SILVA, G.B.M. *Estratégias de Ordenamento Territorial no Amazonas, Impactos na qualidade de vida das populações tradicionais*. Manaus: UFAM/ICHL, 2003

SILVA, Marilene Corrêa da. *Metamorfoses da Amazônia*. Manaus: EDUA, 1999.

VELHO, Otávio. Por que se migra na Amazônia. In: *Revista Ciência Hoje*, v. 2, n. 10, p. 34-39, jan./fev. de 1984.

VIANA, Virgílio. Bolsa Floresta um instrumento inovador para a promoção da saúde em comunidades tradicionais na Amazônia. *Estudos Avançados*. vol.22 n. 64 São Paulo: Dec. 2008

WEBER, Max. *Economia e Sociedade*. Vol. 1. 4. ed. Brasília: Editora UnB, 2000.

WIGGERS, Raquel. Programa Bolsa Floresta: comunidades rurais em Unidades de Conservação Ambiental do Amazonas. In: VIII REUNIÓN DE ANTROPOLOGÍA DEL MERCOSUR (RAM) - "DIVERSIDAD Y PODER EN AMÉRICA LATINA", BUENOS AIRES, 2009

Legislação Consultada

Decreto Nº 53, de 05 de junho de 2007. Institui o Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC).

Lei nº 3.355, de 26 de dezembro de 2008, Governo do Estado do Amazonas (cria da RDS do Rio Negro e estabelece outras providências).

Lei Ordinária nº 3135/2007 de 05 de junho de 2007, Governo do Estado do Amazonas (institui a Política Estadual sobre Mudanças Climáticas, Conservação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas, e estabelece outras providências).

Sites consultados:

<http://fas-amazonas.org>

<http://www.isa.org.br>

<http://www.sds.am.gov.br/index.php/noticias/38-em-foco-/403-unidades-de-conservacao-no-amazonas-estrategia-para-a-conservacao-da-biodiversidade-e-modelo-de-desenvolvimento-sustentavel.html>

<http://uc.socioambiental.org/territ%C3%B3rio/depoimento-o-mosaico-do-baixo-rio-negro>.(acesso em 22/02/2012)